



**SUGESTÕES
PARA VIVER
MELHOR
NESTES DIAS**

ATIVIDADES
PARA TODA
A FAMÍLIA



**HOJE COM
O EXPRESSO**

Celebre
o Dia da
Mãe com
um saco
especial
para pintar



idealista

O portal imobiliário
líder em Portugal

1 de maio de 2020
2479 • €4

Diretor: João Vieira Pereira
Diretores-Adjuntos: David Dinis,
Martim Silva, Miguel Cadete e Paula Santos
Diretor de Arte: Marco Grieco

Fundador: Francisco Pinto Balsemão

Expresso

www.expresso.pt

24h

**Poiares Maduro
na Católica**

Miguel Poiares Maduro regressa a Portugal para assumir a Cátedra Vieira de Almeida em Digital Governance, na Católica Global School of Law.

**Recessão em Itália
confirmada**

A economia italiana contraiu-se 4,7% no primeiro trimestre face aos últimos três meses de 2019, o que coloca Itália em recessão técnica.

**Alunos estrangeiros
aumentam 15%**

As universidades e politécnicos receberam no primeiro semestre do ano letivo mais de 58 mil estudantes estrangeiros, um aumento de 15%. Os brasileiros são a maioria, com quase 20 mil inscritos.

**PCP perde
na Relação**

O Tribunal da Relação de Lisboa chumbou o recurso do PCP, depois de o partido ter sido condenado na primeira instância por despedimento ilícito de Miguel Casanova. O quadro e filho do histórico dirigente comunista José Casanova é reintegrado na Direção Regional do PCP de Setúbal, sendo o partido obrigado a pagar todos os salários devidos.

**Portugueses nunca
viajaram tanto**

As viagens da população residente em Portugal registaram em 2019 o valor mais alto da última década. Houve um total de 24,5 milhões de viagens, especialmente ao estrangeiro e para lazer, recreio ou férias, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

**Há 753 que não
conseguem voltar**

Brasil (261), Cabo Verde (139) e Estados Unidos (78) são os países com os maiores grupos de portugueses impedidos de voltar por causa das restrições do espaço aéreo. No total, há 753 portugueses que querem regressar espalhados por 38 países.

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos:
ECONOMIA, REVISTA E



**QUAL
A PRIMEIRA
COISA QUE
QUER FAZER?**

Personalidades contam os seus desejos para quando regressarmos a alguma normalidade

P20



TUDO SOBRE AS MEDIDAS DE DESCONFINAMENTO

Governo recorre a plano de emergência para travar fome

➔ Programa do tempo da *troika* já ajuda **90 mil famílias**, mais 30 mil do que em março ➔ **Teletrabalho mais um mês** ➔ Máscaras em lojas, transportes e escolas ➔ Liga pode regressar em **menos estádios** ➔ **Apps** para controlar vírus prontas em maio ➔ Casamentos caíram 92% P6,10,16,18,37e38

**AUTOCARROS NÃO
PERMITEM DISTÂNCIA
DE SEGURANÇA**

P18

**COSTA QUER
RESTRICÕES ATÉ
HAVER VACINA**

P6

**HOSPITAIS PEDEM
REDUÇÃO DE MEIOS
RESERVADOS À COVID**

P17

**AINDA NÃO HÁ DATA
PARA VISITAS A LARES**

150 mil idosos estão fechados e sentem-se esquecidos, alertam instituições P23



FOTO JOSÉ COELHO/LUSA

“Vamos ter bancos muito mais fracos”

Vice-governador do Banco de Portugal avisa que, “como é óbvio”, banca sofrerá com a crise E8

Portugueses suspeitos em golpe de €5 milhões na Galiza

Máscaras fora de prazo podem estar à venda em Portugal. Espanha pediu ajuda à PJ P25

Juan Carlos: ascensão e queda de um rei R20

As escutas de Marcello a Sá Carneiro e Pinto Balsemão R36

Como Belém e São Bento negociaram o 1º de Maio

Marcelo, Costa, Jerónimo e Camarinha discutiram ao pormenor modelo das comemorações P14

PRÉMIOS CAIXA SOCIAL

APRESENTE A SUA CANDIDATURA ATÉ 23 DE MAIO EM CGD.PT.

Apoio a entidades do setor social – cuidados de saúde, solidariedade e inclusão e promoção do emprego.

CONFIANÇA MESMO À DISTÂNCIA.





João Vieira Pereira

O NOVO (A)NORMAL

O prazo de validade deste conjunto encadeado de palavras deve terminar dentro de 3 minutos, mais ou menos o tempo que demorará a lê-las. É como se não pudesse confiar no que escrevi, não por simples idiotice, que nunca podemos descartar quando se escreve opinião, mas porque a realidade parece mudar cada vez que pestanejamos.

A pergunta repete-se em quase 90% dos telefonemas que recebo: “João, o que achas que vai acontecer?” Não acho nada. E quem lhe disser o contrário está provavelmente, sem dolo, a mentir.

Sorriso, condescendentemente, para quem diz que vai ficar tudo bem. Que vamos regressar à normalidade. O que é ficar bem? O que é normal?

Não é de certeza o que tínhamos antes. Na próxima segunda-feira o país dá início ao princípio do fim do confinamento. Algumas coisas vão abrir, outras não. Teremos de passar a marcar a ida ao barbeiro ou cabeleireiro e deixar que nos tirem a temperatura para poder comer uma simples refeição. Acabou aquela coisa de entrar numa loja “só para ver”. Provar uma peça de roupa ou um par de sapatos. Tudo substituído por filas agora guardadas por alguém que passou a ter uma nova profissão: contar o número de pessoas permitidas no mesmo espaço. Vamos passar a ver o mundo através de uma viseira ou a viver amordaçados por máscaras sociais. Tudo a bem da nossa proteção e de todos os que nos rodeiam.

Lembra-se da economia da partilha? Aquela que ia revolucionar o mundo, onde a propriedade era coisa do passado e já ninguém ia ter carro próprio. Usavam antes os transportes públicos, bicicletas e trotinetas comunitárias, boleias pré-combinadas em apps sociais ou carsharing. Era o futuro. Lembra-se? Pois esqueça. Eu não quero partilhar nada com ninguém. Muito menos quero o metro apinhado em hora de ponta ou dar aquele jeitinho no autocarro porque “cabe sempre mais um”. Provavelmente vamos regredir para o binómio superineficiente “uma pessoa/um automóvel”.

Aquele restaurante simpático onde ia com a família vai passar a ter apenas metade das mesas. Isso quer dizer metade dos clientes, metade das refeições, metade dos empregados. Meio restaurante, mas com muito mais custos com limpeza, material de proteção, medidores de temperatura... o mais provável

é que nem abra. Talvez nunca mais. O mesmo para hotéis, ginásios, bares, discotecas. Ninguém imagina estes sítios a funcionarem com *numerus clausus* ou com regras de afastamento.

Há quem diga maravilhas do teletrabalho. De não ter de sair de casa, das reuniões que passaram a ser aos quadradinhos, da nova mania “a minha estante é mais gira que a tua”, das quebras de rede e de ter deixado de haver horários de trabalho. Trabalha-se de noite porque de dia há filhos que trouxeram a escola e o recreio para casa. E só quem não tem filhos pequenos é que pode pensar que trabalho e crianças até aos 5/6 anos são coisas compatíveis. Mesmo assim há abaixo-assinados para que as creches não abram. Tentei perceber os argumentos de quem defende que as crianças devem continuar em casa, o facto de não se conseguirem manter afastadas, o perigo de contaminação

Só quem não tem filhos pequenos é que pode pensar que trabalho e crianças até aos 5/6 anos são coisas compatíveis

para funcionários e pais, mas nenhum deles suplanta a necessidade de as pessoas regressarem ao trabalho. Sim, porque o teletrabalho é um privilégio só de alguns, provavelmente dos que assinaram o dito documento.

A maioria das pessoas faz férias em sítios onde há mares de gente. Praias, piscinas, esplanadas, parques de campismo, balneários públicos, feiras, santos populares ou a festinha lá da terra. Tudo controlado, com afastamento, viseira e máscara.

Se este é o novo normal, então não acho que vá ficar tudo bem.

Agora que já passaram 3 minutos, é muito provável que tudo o que escrevi esteja já errado. Os próximos tempos vão ser marcados pela capacidade de adaptação e a rapidez com que o fazemos. Em todos os sectores. O amanhã vai ser melhor do que existe hoje, mas vai estar muito longe do que era antes.

Ana Mendes Godinho tinha um trabalho para fazer: garantir que as empresas recebiam o pagamento dos *lay-off* até ao dia 28 de abril como prometido. Não o fez, pondo em risco empresas, trabalhadores e suas famílias. Inadmissível.

jvpereira@expresso.imprensa.pt

Duelo O novo normal com a pandemia é sempre anormal. Mas até que ponto é que os portugueses vão conseguir gozar férias?

Eduardo Abreu



Partner da Neoturis



Elidérico Viegas

Presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA)

VAMOS CONSEGUIR FAZER TURISMO NO VERÃO COM ALGUMA NORMALIDADE?

SIM A resposta afirmativa a esta pergunta só é possível devido à palavra “alguma”. Vejamos: as pessoas — que conseguem — querem usufruir de alguns dias de férias no verão? Sim. Podem realizar essas viagens? Podem. O enquadramento legal permite? Permite. A oferta está instalada? Está. Há destinos com maiores dificuldades de regresso? Há. A qualidade demonstrada, a percepção de periferia, o sucesso do combate efetuado e o histórico de segurança podem fazer de Portugal a escolha de viajantes individuais, famílias e pequenos grupos com origem nacional, de Espanha e de países europeus com hábitos de viagem enraizados.

Com a Europa a desconfinar, estradas abertas, aviões no ar — ainda que de forma limitada — e empresas com capacidade de abrir, o verão será um teste à capacidade de reação de todos; e o primeiro passo do caminho — duro — para a recuperação. Não será um verão com níveis de ocupação similares a 2019, longe disso, mas um verão onde o objetivo das empresas será aproximarem-se do *break-even* e preparar os trimestres seguintes.

Tendo a população europeia obedecido às diretrizes, não é previsível uma desobediência às regras de abertura. Distanciamento social, controlo da capacidade de carga dos espaços, organização de acessos e circulações e limitações ao comportamento normal num parque, numa praia ou num museu são suportáveis quando a alternativa é ficar em casa.

Hotéis com espaços ao ar livre e em territórios de baixa densidade, mas também as praias de Portugal, têm várias diretrizes para lidar com o tema e propostas criativas para ultrapassar as limitações, sendo uma das características dos trabalhadores a capacidade de adaptação a procedimentos, funções e horários. É razoável pensar que o compromisso entre saúde e economia seja alcançado.

Tema diferente é a necessidade de o sector contar com medidas urgentes que capitalizem as empresas, prolonguem o *lay-off* simplificado e (re)financiem a operação e o investimento.

Os portugueses e os europeus estão confinados há sete semanas; faltam ainda oito para o início de julho. Sendo que todos vão contribuir para o esforço e serão de alguma forma afetados, mais do que a normalidade possível, exige-se dos turistas, das empresas, do Governo e do Turismo de Portugal um comportamento e planeamento que permitam a normalidade necessária.

NÃO O turismo é uma atividade de pessoas para pessoas, pelo que o fator humano desempenha neste sector um papel muito mais relevante do que em outras atividades económicas.

Para beneficiar dos produtos turísticos, os consumidores estão obrigados a deslocar-se ao local de produção. Ou seja, os valores turísticos, como o clima ameno, as praias, o património natural, gastronómico ou outro, não são fisicamente transferíveis.

Esta realidade pressupõe, desde logo, mobilidade, seja ela terrestre, marítima ou aérea. O turismo do Algarve, por exemplo, depende essencialmente do transporte aéreo para a sua viabilidade económica, atendendo ao facto de a maioria dos turistas ser oriunda de países terceiros.

As restrições impostas pela pandemia do coronavírus, consubstanciadas no confinamento dos cidadãos às suas residências e países de origem, impedem-nos de viajar, tendo reduzido a atividade turística em todo o mundo a pouco mais de zero. O regresso à normalidade da economia do turismo vai depender, largamente, do levantamento das restrições à mobilidade das pessoas e da evolução do transporte aéreo. É por isso que no atual contexto assume relevância especial o chamado turismo de proximidade, designadamente o interno.

No Algarve, nos meses de verão, o turismo nacional tem sido desde sempre o mais importante, quer em número de turistas, quer em número de dormidas. Daí que a região tenha algumas expectativas positivas, uma vez que a procura externa será residual nos próximos meses.

O facto de o cariz sazonal da atividade turística no Algarve condicionar a rentabilidade das empresas agrava substancialmente a sua estabilidade económica e financeira. E isto porque, saídos de um longo período de gestão deficitária, enfrentamos uma época alta também deficitária, seguindo-se novamente outra estação baixa até abril de 2021.

A normalidade dentro da anormalidade não só não é possível como inviável, independentemente de as medidas de contingência poderem induzir confiança nos consumidores e de o Algarve ser, muito justamente, considerado com um destino “Covid Free”, o que constitui uma mais-valia competitiva importante. Não é possível antever uma retoma viável e um regresso progressivo à normalidade antes da Páscoa de 2021, e, mesmo assim, de forma lenta e gradual.

Será um verão onde o objetivo das empresas será aproximarem-se do break-even

A normalidade dentro da anormalidade não é possível antes da Páscoa de 2021, apesar de o Algarve ser, justamente, considerado um destino “Covid Free”

A Semana

Por MARTIM SILVA
mgsilva@expresso.imprensa.pt

FUTEBOL DE REGRESSO

Ainda se lembram das polémicas intermináveis? Das discussões sobre as nomeações dos árbitros, sobre o VAR ou sobre uma qualquer declaração de um qualquer dirigente? Pois, parece que a partir de junho vamos voltar ao mesmo. Pelo menos, o futebol nacional conta abrir portas (em sentido figurado) a partir dessa data.

PORTUGUESES NO JAPÃO

Já pensou fazer um daqueles cruzeiros, num daqueles paquetes maravilhosos, a um sítio distante? Provavelmente, era esse o objetivo de muitos dos mais de 600 que em janeiro entraram no “Costa Atlântica”. O problema é que estão retidos há meses no Japão, encerrados no navio, devido ao coronavírus. Entre eles, oito portugueses.

NOTRE-DAME

Há umas semanas, nesta mesma coluna, dava-se conta de que o incêndio na catedral parisiense tinha sido há um ano e que até

agora as obras de restauro e reparação ainda não tinham começado. Pois, esta semana as autoridades fizeram saber que é já para a próxima segunda-feira que está marcado o início das obras.

1º DE MAIO

Se há uma semana vivemos o mais estranho 25 de Abril

das nossas vidas, sem festejos na rua, com um Parlamento reduzido ao mínimo, agora chegamos ao Dia do Trabalhador exatamente na mesma situação. Que aqueles que chegam a este dia depois de terem perdido os seus empregos na sequência da crise provocada pela pandemia rapidamente vejam a sua situação resolvida.

IRMÃ SUCEDE A KIM?

Em 1948, o avô de Kim Jong-un, Kim Il-sung, fundou a Coreia do Norte. Sucedeu-lhe o filho e depois o filho deste. Após 20 dias desaparecido, as especulações e rumores sucedem-se. Inclusive sobre quem poderá estar a seguir nesta linha dinástica. Aparece na primeira linha a irmã de Kim. Mais uma Kim.

AS APPS E A COVID-19

À medida que os países vão aplicando medidas de desconfinamento e ensaiam o regresso a alguma normalidade, a discussão vai ganhando força: qual ou quais os mecanismos para sabermos se contactámos com alguém infetado? A utilização dos meios eletrónicos, nomeadamente através de aplicações nos telemóveis, é uma arma. Mas uma arma que levanta enorme discussão e debate.

BRISA VENDIDA

Há um parceiro de longo prazo da Sonae. Há quem já tenha feito um negócio com a EDP. E há quem, devido a um escândalo de corrupção, se tenha virado para fora do seu país. Estas são características dos novos donos da Brisa, a maior concessionária de autoestradas do país.

O lento regresso



AUSTRÁLIA Nos antípodas, o lento regresso à normalidade começa a fazer-se, com a reabertura da praia de Bondi aos surfistas e banhistas esta semana. Ainda que com muitas restrições. Por cá, este é um cenário que ainda vai demorar FOTO LOREN ELLIOTT/REUTERS

117

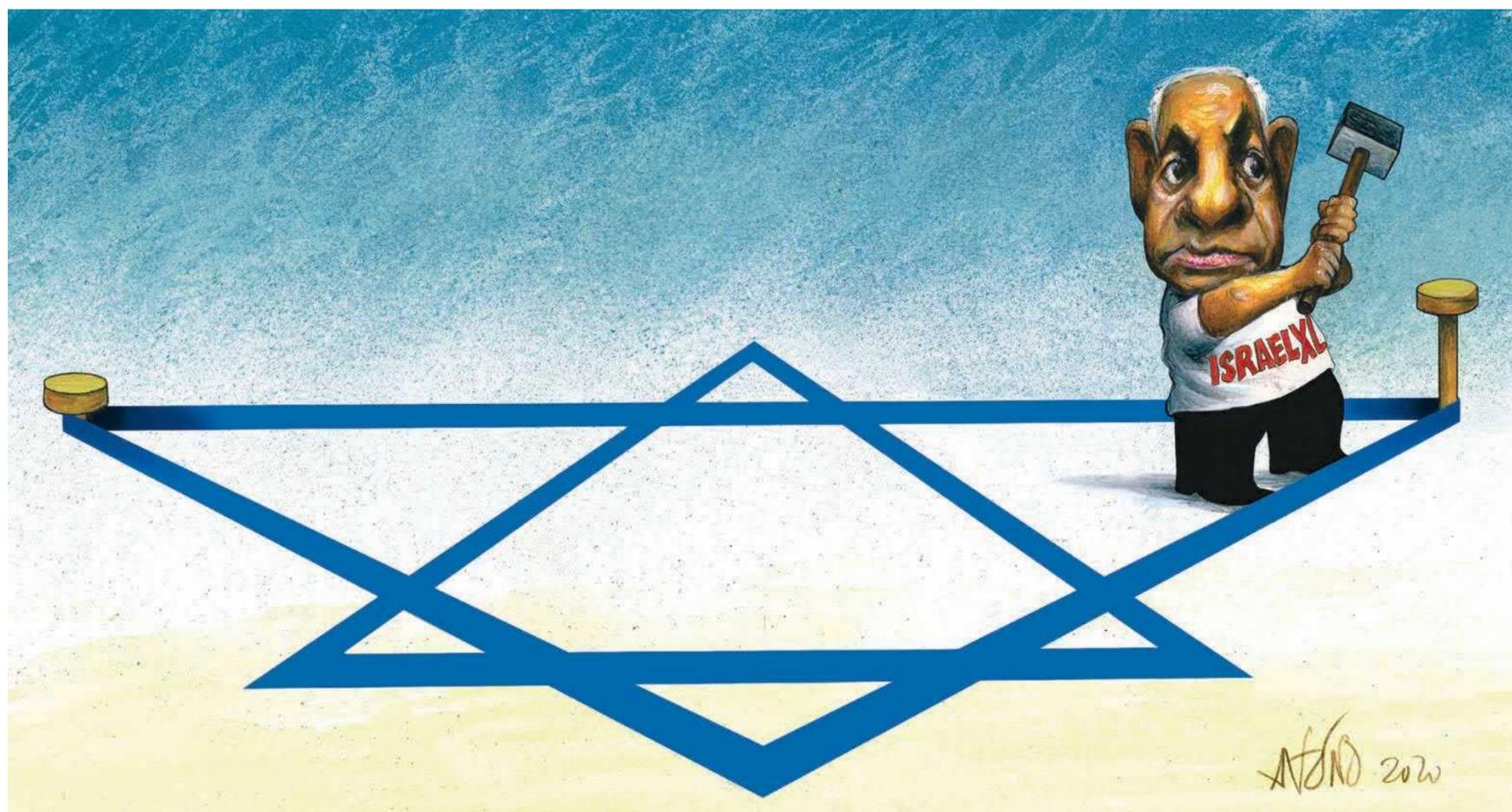
As autoridades chinesas, na sequência do aliviar das medidas de confinamento, esperam que durante o feriado do Dia do Trabalhador qualquer coisa como 117 milhões de chineses façam deslocações entre as várias regiões do país



10

Em França, o Paris Saint-Germain foi declarado administrativamente campeão de futebol, mesmo sem o campeonato ter terminado

O Cartoon de António Make Israel great again!



A 9 de março de 2020, subitamente, a Itália parou. Nesse dia foi como se se tivesse rendido, de repente, desmaiada sob o bombardeamento de dados dramáticos que lhe mostravam, a ela só, a letalidade de um vírus cujo real alcance era até então desconhecido. Nessa manhã desligou os motores a oitava potência económica mundial e a terceira da Europa, nono maior exportador absoluto.

Pela primeira vez na História, num país, foram fechadas num instante escolas, lojas, fábricas, indústrias e escritórios, e tudo tombou num silêncio irrereal. Os italianos, confinados entre paredes domésticas, tendo perto de si apenas os familiares mais próximos, iniciaram uma íntima reflexão sobre o que lhes estava a acontecer. Na nossa introspeção compreendemos então que talvez tivéssemos visto o perigo aproximar-se sem o reconhecermos, julgando que ele só diria respeito a países exóticos e longínquos. Mas em vez disso, de rompante, o perigo manifestou-se entre nós, no coração da Europa, e veio alterar todas as nossas percepções, fazendo alastrar um sentido de angústia sobre o nosso presente e o nosso futuro.

Não saberia dizer se foi exatamente nesse momento que o resto do mundo também adquiriu, e de forma igualmente repentina, a consciência de que as epidemias que se julgava pertencerem a um passado remoto voltavam a estar entre nós, ganhando um alcance original e inimaginável em termos de feridas profundas do ponto de vista sanitário, humano e económico. De facto, enquanto o mundo observava com mágoa as cenas de cadáveres sepultados sem que os familiares pudessem acompanhá-los num último gesto de consolo, ao longo dos dias e com a difusão do vírus e dos seus trágicos efeitos, essa percepção começou a enraizar-se no resto da comunidade internacional, até tornar-se na consciência plena do que isso implicaria nas exigências de solidariedade, a querer contribuir para conceber um futuro no qual o sentimento de angústia não fosse apenas parte do sentimento comum à sociedade moderna.

O coronavírus, com efeito, atinge sem distinções, subverte categorias e redesenha confins. Além da crise económica, desde a eclosão da emergência, entrámos também noutra, dúplice, crise: a biológica e a civilizacional, com a “brusca passagem de uma civilização da mobilidade para a obrigação à imobilidade” (Edgar Morin).

PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA, NUM PAÍS, FORAM FECHADAS NUM INSTANTE ESCOLAS, LOJAS, FÁBRICAS, INDÚSTRIAS E ESCRITÓRIOS, E TUDO TOMBOU NUM SILÊNCIO IRREAL

Alma Grande
A crónica do convidado

Covid-19. A oportunidade além da crise

Carlo Formosa



Embaixador de Itália em Portugal fala sobre os efeitos devastadores da covid-19 no seu país, sobre a reconstrução e o papel da União Europeia

Desde a eclosão da emergência, o mundo começou a entrar em recessão. O FMI confirmou recentemente que a covid-19 já provocou a crise económica mais profunda desde 1929. Para dar o sentido da proporção, as recessões mundiais após a Segunda Guerra Mundial tinham determinado um abrandamento do crescimento, mas nunca uma sua diminuição. Também é preciso avaliar o produto agregado resultante do confinamento forçado, o qual, ao levar centenas de milhões de cidadãos em todo o mundo, de forma

assimétrica, a instruírem-se, reencontrarem o gosto pela leitura e ouvirem música, acabou também por fazê-los descobrir novas definições do conceito de “bens de primeira necessidade” até agora em vigor. Fica ainda por apurar qual o impacto que esta alteração radical no mecanismo da propensão para o consumo, que antes da emergência alimentava o círculo virtuoso da procura e da oferta, terá sobre as economias de muitos países que até agora prosperaram com esse nível de tendência para a despesa. Por muitos manuais de economia que se tenham escrito acerca das escolhas do consumidor, é improvável que a ideia pascaliana de que “toda a infelicidade do homem provém da sua incapacidade de ficar sozinho no seu quarto” permaneça inalterada depois desta experiência coletiva de confinamento.

Qualquer calamidade, trágica e catastrófica, deve ser colocada dentro do exato paradigma sociocultural em que se manifesta. Nesta fase da História, economistas, filósofos e sociólogos já há algum tempo tinham começado a debater sobre o facto de termos entrado numa sociedade do risco. A pergunta conseguinte que se coloca é se, a partir deste risco, que se manifestou sob

forma de pandemia, a crise poderá, bebendo das fontes da ética, revelar-se salutar e contribuir para desenvolver ainda mais a solidariedade e a responsabilidade já existentes em toda a sociedade humana.

Quando nos deparamos com situações de um tal impacto emocional, além de material, é espontâneo e instintivo olharmos para o passado para tentarmos compreender se há nele lições a retirar da História. Na opinião de muitos, a primeira lição a retirar da História é que nunca aprendemos com as lições da His-

A UNIÃO EUROPEIA, COM OS SEUS ESTADOS-MEMBROS, ESTÁ A MOSTRAR QUE ACREDITA PLENAMENTE NA IMPORTÂNCIA INCOMENSURÁVEL DOS SEUS VALORES FUNDAMENTAIS

tória. Mesmo que assim seja, já sabermos isso seria uma ótima lição. Se limitarmos o nosso raciocínio ao que aconteceu na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial até hoje, observamos que os momentos constituintes de processos que se revelariam virtuosos na construção de novas estruturas institucionais foram sempre geridos por personalidades afetadas pela presbiopia. Ou seja, por uma tendência a fitar os cenários futuros desfocando o condicionamento negativo que poderia surgir da observação do presente, de forma a poder focar melhor o objetivo positivo mais distante.

Assim foi quando se lançaram as bases teóricas para a construção daquele edifício europeu que trouxe tanto bem-estar e segurança às nossas populações. Valores e ideais, de resto, que também foram concebidos pelos pais fundadores numa condição de “confinamento forçado”, durante a última guerra mundial.

Esses ideais exerceram uma extraordinária capacidade de atração para tantos países que, na perspetiva de uma agregação à instituição europeia, encontraram a força e a motivação para promoverem a introspeção necessária a partilhar com plena convicção a exigência de que numa sociedade evoluída devem prevalecer os valores da inclusão, tolerância, justiça, não discriminação e solidariedade. Precisamente para permitir que o maior número de países na Europa se reconheça nesses valores, e contribua à sua consolidação, a União Europeia acolheu e apoiou com extraordinária generosidade quem tenha mostrado partilhar os altos objetivos que a União persegue, mais tardes ratificados no tratado assinado aqui em Lisboa, em 2007, com o determinante contributo português. Ficou claro, entretanto, para todos os seus membros que esta crise minou as certezas de cada um de nós ao ponto de determinar que sentimentos de frustração e mortificação possam alimentar no tempo formas de ceticismo capazes de fazer recuar os ponteiros da História da construção deste magnífico edifício europeu em que todos vivemos.

Hoje, perante uma pandemia que pelas razões acima esboçadas altera tão profundamente as tradicionais inter-relações no interior do corpo social e económico do nosso continente, a União Europeia, com os seus Estados-membros, está a mostrar que acredita plenamente na importância incomensurável dos seus valores fundamentais e na exigência de os defender, permitindo-nos sair desta crise mais solidários e portanto mais fortes do que quando entrámos nela.

ALTOS



Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

Os discursos do 25 de Abril servem por vezes para se deixar marcas importantes na vida política nacional. O Presidente da República teve desta vez uma intervenção absolutamente marcante e cristalina, ao deixar claro que os deputados não se podiam eximir a assinar a data, ainda que de forma muito condicionada perante a pandemia vivida.



Pedro Nuno Santos
Ministro das Infraestruturas

A situação da TAP é dramática com a crise da covid-19. Mas os resultados apresentados antes já eram muito negros. O ministro Pedro Nuno Santos deixou claro esta semana, com um verdadeiro muro na mesa, que não concorda com a ideia de um empréstimo feito pela empresa, com a garantia do Estado, sem que os privados entrem com mais capital.



Fernando Gomes
Presidente da Federação Portuguesa de Futebol

O futebol português tem muitos dirigentes, e muitos presidentes, e muitos líderes. Mas neste processo de busca de uma solução para o regresso a alguma normalidade no desporto que mais multidões atrai em Portugal, a liderança parece estar definitivamente entregue à Federação Portuguesa de Futebol. E ao seu presidente.



Bruno Nogueira
Comediante e ator

Como as notícias dos últimos dias têm mostrado, o sector cultural é dos que mais sofre com esta paralisação. Até porque, mesmo num regresso a alguma normalidade, o consumo de espetáculos e eventos culturais ainda vai estar condicionado durante muito tempo. É notável assistir à capacidade de inovação e de reinvenção que vai surgindo na sociedade portuguesa. “Corpo Dormente” é a rubrica de diretos diários que Bruno Nogueira criou numa rede social, em que fala com outras pessoas, tipo conversa de amigos, só que transmitida *online*, e com milhares a assistirem todos os dias.

E BAIXOS



Ana Mendes Godinho
Ministra do Trabalho e Solidariedade

Numa crise de proporções colossais, as respostas por parte do Estado serão sempre uma equação difícil de concretizar de forma inteiramente satisfatória. Mas numa altura em que já há perto de um milhão de trabalhadores portugueses em regime de *lay-off*, a resposta do Executivo parece meio trapalhona, coxa e hesitante. O próprio número dois do Governo já veio admitir que, ao contrário das promessas feitas, há pagamentos por fazer.

MARTIM SILVA
mgsilva@expresso.imprensa.pt

EM DESTAQUE



Qual é o nosso impacto no planeta? E o nosso papel enquanto pais, leitores, cidadãos e consumidores? Qual é a responsabilidade do Estado? E das empresas? O que precisa de mudar? Durante 100 dias, o Expresso e a EDP trazem à terra o debate sobre o nosso futuro. Porque os problemas do planeta começam na nossa vida, nas nossas cidades e no país, vamos dar-lhe ideias de como podemos ser mais sustentáveis. Acompanhe no Expresso e em expresso.pt/vidasustentavel. Participe, discuta e influencie a forma como olhamos para estes desafios. Porque a única certeza é a que está na assinatura deste projeto: Nada muda se não mudarmos

NESTA EDIÇÃO

Da horta ao prato, a distância deve ser curta. A agricultura de proximidade permite tornar o país mais autossuficiente e preparado para crises futuras, defendem especialistas e pequenos agricultores **p27**

António Horta Osório, banqueiro português, sobre as alterações climáticas **p23**

A Minha Pegada: O triunfo da compra *online* **p30**

Iniciativa Como nasceu o movimento Caixa Solidária

Fotógrafo do Expresso conta como teve a ideia de uma caixa com bens alimentares. Iniciativa pegou e já há quase 2 mil

A ideia surgiu neste contexto de pandemia, pensei e falei com a minha esposa sobre como poderíamos ajudar. Ambos continuamos a trabalhar, temos um filho pequeno por isso voluntariado não era possível fazermos. Então pensei que nesta fase deveria haver muita gente a passar por dificuldades. Tinha uma caixa cá em casa em desuso e lembrei-me: porque não usar a caixa, colocá-la aqui perto de casa com bens alimentares e ajudar desta forma? Depois foi passar à ação. Coloquei a caixa com os bens lá dentro e com um papel a dizer “caixa solidária — leve o que precisar, deixe o que quiser”. Rapidamente, os vizinhos começaram a ajudar e outros a levar bens. Divulguei no meu Facebook pessoal e depois uma vizinha divulgou no dela, começou a crescer o número de partilhas e criei a página de grupo [@caixa.solidaria](https://www.facebook.com/caixa.solidaria) a desafiar as pessoas a fazerem o mesmo no seu bairro.

A primeira caixa foi colocada em Sassoeiros a 4 de abril e, neste momento, a iniciativa ganhou asas e está espalhada pelo continente e ilhas. Contamos com mais de 1800 caixas solidárias.

O espírito de entreatajuda é notório e sinto que chegamos a pessoas com dificuldades, por um lado, porque as caixas vão ficando vazias e, por outro, porque já houve pequenas mensagens de agradecimento em muitas das caixas. A solidariedade e cooperação também se sentem, porque as caixas esvaziam-se, mas voltam a compor-se.

No próximo dia 4 de maio, segunda-feira, exatamente um mês depois da primeira, será colocada uma caixa solidária em substituição da primeira. Foi produzida e doada à iniciativa pela empresa FullQuest. A Câmara de Cascais associou-se ao movimento das Caixas Solidárias. A autarquia liderada por Carlos Carreiras pretende alargar a rede de caixas no território



Iniciativa começou por ser divulgada no Facebook. Agora, ganha o apoio da Câmara de Cascais
FOTOS NUNO BOTELHO



e assume que a iniciativa inspirou o lançamento de uma *app* que centralizará os donativos da sociedade civil. Uma Caixa Solidária Virtual, em que a Câmara dobrará qualquer contributo individual registado para aquisição de bens alimentares, equipamentos de proteção individual, entre outros. “Em Cascais, como gostamos de dizer, somos ‘Todos por todos’”. E esta ideia do Nuno é bem prova desse espírito de comunidade vibrante”, diz Carlos Carreiras.

NUNO BOTELHO
sociedade@expresso.imprensa.pt

Estradas Confinamento faz diminuir acidentes e mortes

Estradas quase vazias durante o início da pandemia são a explicação para a quebra abrupta do número de condutores detidos

O último relatório da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) vem comprovar que uma grande parte dos portugueses respeitou as regras do confinamento, ficando em casa em vez de pegar no carro. É que todos os índices de sinistralidade rodoviária desceram a pique no período de 19 a 31 de março, que marca o início do estado de emergência em Portugal.

Em comparação com os períodos homólogos de anos anteriores (entre 2016 e 2019), registaram-se -66,6% de acidentes com vítimas; -61,3% de acidentes com mortos e/ou feridos graves; -75,0% de vítimas mortais; -66,1% de feridos graves e -70,7% de feridos leves.

Em relação ao número de vítimas mortais registadas no ano passado, verificou-se uma forte redução em 2020 (-76,5%), sendo significativa a ausência de vítimas mortais por colisão e um decréscimo de -71,4% em

despistes. Por outro lado, o número de mortos por atropelamento manteve-se estável.

Em números concretos, houve quatro vítimas mortais contra 17 no mesmo período do ano passado. Menos 40 feridos graves (passou de 60 para 20 casos). E 356 feridos ligeiros, quando em 2019 esse valor tinha atingido os 1421.

A ANSR refere que os despistes foram os acidentes que ocorreram com mais frequência, representando 45,7% da sinistralidade com vítimas no período em análise. Já os atropelamentos e colisões tiveram uma redução mais relevante (-80,9%) e (-78,6%), respetivamente.

2,4 milhões de veículos fiscalizados

As autoridades parecem ter tido menos dores de cabeça. O número total de detenções na estrada naquele período diminuiu 78,9%, em comparação com 2019, atingindo 239 pessoas. Já os condutores apanhados em excesso de velocidade foram menos 12,8%.

Ainda de acordo com o relatório, foram fiscalizados 2 milhões e 400 mil veículos, quer presencialmente quer através de radares, o que significa uma redução global de 20,5%. Em 2019 tinham sido alvo mais de 3 milhões de veículos.

A ANSR, através do sistema de radares fixos, fiscalizou mais de 2 milhões e 300 mil veículos no período (-12,4%). Também a GNR e PSP diminuíram o número de fiscalizações no trânsito naquele período de março (-78,2%).

HUGO FRANCO
hfranco@expresso.imprensa.pt

Nova Zelândia Triunfo sem triunfalismo de Ardern

Primeira-ministra celebra fim da transmissão comunitária da covid-19, mas não acelera aligeiramento das medidas de distanciamento social

Após 12 dias seguidos com menos de 10 casos novos de covid-19, o país que fica nos antípodas de Portugal canta vitória sobre a pandemia. Com mais de 84% de recuperações (1241 dos 1476 casos diagnosticados), a Nova Zelândia, com 5 milhões de habitantes, chora 19 mortos.

O êxito não sobe à cabeça da primeira-ministra neozelandesa. Jacinda Ardern assegura que leva a ameaça “muito a sério”, aconselha cuidado permanente e recusa pressas no aligeiramento das precauções. “É vital mantermos o distanciamento físico e ficar em casa se não houver necessidade de sairmos”, afirmou a trabalhista na semana em que 400 mil dos seus concidadãos regressaram ao trabalho, depois de quatro semanas de confinamento estrito.

A governante assegura que 75% da economia do país está ativa. Os restaurantes podem servir para fora, mas bares, centros comerciais e cabeleireiros, por exemplo, ficarão fechados mais duas semanas. As escolas neozelandesas reabriram na quarta-feira, mas o Governo continua a recomendar ensino à distância e

teletrabalho (as empresas que voltam a acolher funcionários têm de ter planos anticovid). Apenas 2 a 4% dos alunos foram às aulas.

Ardern esclareceu que ao falar de “erradicação”, no início da semana, referia-se ao fim da transmissão comunitária da doença. A média de contagiados por cada paciente era de 0,4, ou seja, a covid-19 está em regressão. O diretor-geral da Saúde, Ashley Bloomfield, explicou que não é preciso que haja “zero” infetados para abrir mais sectores. Por agora não são retomadas viagens, nem para a vizinha Austrália.

O Governo destinou 20 mil milhões de dólares neozelandeses (11 mil milhões de euros) de estímulo à economia, incluindo apoios fiscais às pequenas e médias empresas. A pandemia fez o desemprego crescer de 4 para 13%. A primeira-ministra, que cortou 20% ao salário dos deputados, promete que o próximo Orçamento do Estado irá “dar mais rendimento a quem tem menos”.

No poder desde 2017, Ardern vai a votos este ano e promete não adiar as legislativas de 19 de setembro, que terão três meses de campanha. A sua gestão da crise é aprovada por 90% da opinião pública, mas as sondagens eleitorais estão renhidas.

PEDRO CORDEIRO
pcordeiro@expresso.imprensa.pt

Voos Portugal pressiona para uso de vouchers

Regras da UE obrigam a fazer reembolso. Comissão Europeia diz que há países “que estão a aplicar regras diferentes”

As normas europeias obrigam as companhias aéreas a reembolsarem os passageiros caso os seus voos sejam cancelados, mas vários países da União Europeia (UE) querem mudar temporariamente esta solução em nome da sobrevivência das companhias, cujas frotas estão praticamente paradas. Por essa razão, assinaram uma declaração conjunta a defender a adoção de um sistema de *vouchers* como alternativa aos reembolsos imediatos. Portugal é um dos signatários, confirmou o Expresso junto do Ministério das Infraestruturas e Habitação. A TAP tem estado a encaminhar os seus passageiros com voos cancelados para a remarcação de novos voos através de *vouchers*, contornando a possibilidade de os reembolsar, como permite a lei.

Na declaração, assinada por 12 países — a que, segundo o jornal *online* “Político”, se juntaram entretanto mais três, como a Alemanha, Espanha e Roménia —, é apontado o “impacto (da pandemia) sem precedentes no transporte internacional, incluindo nas viagens aéreas. O negócio está parado, apesar de estas companhias continuarem a ter de suportar elevados custos de funcionamento”, referem os ministros, acrescentando que a norma que obriga a reembolsar os passageiros “coloca as empresas numa situação difícil”. O “objetivo da UE e dos seus Estados-membros”, justificam ainda os signatários, “deve ser preservar o mercado do tráfego aéreo europeu, considerando os interesses dos passageiros e garantindo a sua proteção”.

É assim sugerido à Comissão Europeia que proponha, “com urgência, uma alteração temporária” da tal norma, permitindo desse modo às companhias aéreas “escolher de que forma pretendem reembolsar os seus clientes”. Tal “medida temporária”, defende-se, “permitiria solucionar os atuais constrangimentos financeiros e manter a competitividade da aviação europeia, bem como garantir que consumidores de diferentes países tenham acesso a níveis de proteção similares”.

Fugir ao reembolso

Os países que assinam a declaração convidam ainda “todos os acionistas, incluindo o setor da aviação e as associações de consumidores, a juntarem-se a esta iniciativa, no sentido de encontrar uma solução construtiva para o mercado da aviação europeu”. Essa “solução”, sublinham, “irá não só proteger as companhias aéreas e os consumidores numa altura tão difícil como esta, mas também estimular a recuperação do mercado através da flexibilização das viagens e do reforço da confiança dos consumidores a longo prazo”. Em resposta ao Expresso, um porta-voz da comissão afirmou que há países “que estão a aplicar regras diferentes”, mas que a situação está a ser “analisada”. “As regras da UE são claras e temos de garantir uma abordagem clara e coerente por parte dos diferentes países.”

A.C., HELENA BENTO e SUSANA FREXES



A solução para a TAP só levantará voo com o aumento do poder do Estado na empresa

Pedro Nuno Santos defende que um empréstimo garantido seria uma forma de os privados manterem o poder na TAP sem correr riscos. Em cima da mesa está uma emissão convertível e uma recapitalização

Governo rejeita solução de Neeleman para a TAP

Texto ANABELA CAMPOS e PEDRO LIMA
Foto NUNO BOTELHO

A salvação da TAP está nas mãos do Governo, e Pedro Nuno Santos, o ministro das Infraestruturas, deixou claro esta semana que o Estado não vai aceitar um modelo que sirva apenas os interesses dos privados. Está, por isso, fora de questão a companhia aérea recorrer apenas a um empréstimo garantido pelo Estado, como pretendia o acionista norte-americano, David Neeleman, de forma a combater a crise provocada pela pandemia.

Neeleman tem-se desdobrado em esforços para mostrar que há bancos internacionais disponíveis para emprestar dinheiro à TAP e a companhia fez chegar à Parpública, a 20 de março, uma proposta de emissão obrigacionista de €350 milhões. Mas Pedro Nuno Santos não gostou da ideia — aliás, já avisou que “a música agora é outra na TAP”. Esta solução, considera, seria uma forma de os acionistas privados continuarem a mandar na companhia sem investirem mais um cêntimo.

O ministro está realmente convencido de que um empréstimo privado com garantia pública não é boa alternativa. Porquê? Porque não há evidência de que a TAP, com dois anos consecutivos de prejuízos e uma dívida superior a €850 milhões, o consiga pagar. Por isso, o mais provável é que a solução do Governo passe por ou um empréstimo público convertível em capital — hipótese que o acionista privado português, Humberto Pedrosa, já admitiu — ou um aumento de capital. Ou uma combinação das duas em simultâneo. O desenho final da ajuda não está fechado, e o Governo, na questão da TAP, tem vozes dissonantes.

Os acionistas privados — Neeleman e Pedrosa, que controlam a meias a Atlantic Gateway, que, por sua vez, tem 45% da TAP — já contavam com o

reforço da posição do Estado, quanto mais não fosse com a presença deste na comissão executiva, onde não está neste momento. Mas tinham a esperança de que a posição estatal se mantivesse nos 50% (os outros 5% estão com os trabalhadores). Ora, o que ficou claro é que o Governo não só quer ter uma palavra a dizer na gestão da empresa como também admite — e quer — ter mais de 50%. E assim será se os privados não colocarem mais dinheiro.

Acusações de má gestão

Pedro Nuno Santos foi muito duro na quarta-feira, na audição da Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas. “Não é por ser ministro que vou passar a dizer que a empresa é bem gerida. Faço uma apreciação negativa da gestão da TAP, como já fazia antes da covid-19.” A mensagem foi direta e sem rodeios: o Estado vai meter dinheiro na empresa e por isso vai passar a mandar.

A animosidade face ao acionista privado norte-americano é grande. O ministro deu a entender que o Governo se sentiu enganado por Neeleman e Antonoaldo Neves, o presidente executivo da companhia, que lhe andaram a garantir que a TAP iria ter lucro a partir de 2018. Ora, não foi isso o que aconteceu — a transportadora teve prejuízos de €118 milhões em 2018 e de €105,6 milhões em 2019, explicou aos deputados. O elevado endividamento da TAP e os seus prejuízos resultaram

O ENDIVIDAMENTO DA TAP RESULTOU DA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO ACELERADO QUE FOI DITADA PELOS ACIONISTAS PRIVADOS

dos pesados investimentos que, sob a gestão de Neeleman, a empresa fez, com abertura de várias rotas, numa estratégia de crescimento acelerado que até poderia correr bem se tudo tivesse corrido como previsto.

O governante não acredita que os €350 milhões cheguem para resolver os problemas da empresa e desafiou a gestão a dizer quanto é que a TAP precisa até ao final do ano. Esta quinta-feira, o “Jornal Económico” dizia que serão precisos €700 milhões só este ano. Montante que fontes da administração confirmam. O ministro receia que a TAP não consiga pagar e que acabem por recair em cima do Estado. “E se a empresa não pagar, o empréstimo é de quem? É do povo português. Deve o povo português pagar e o privado continuar a mandar?”. O privado está disponível para meter capital? Se sim, cá estaremos para cada um meter a sua parte, e tudo ficará como está. Se o privado não meter nada, o Estado fica maioritário.” No seguimento da intervenção do ministro, o Bloco de Esquerda apresentou um projeto-lei para nacionalizar a TAP e promover uma auditoria independente às suas contas.

Em aberto está também o regresso à atividade da TAP. Um dos cenários passa pela retoma progressiva dos voos a meio de maio, mas está dependente da lotação máxima determinada pelo Governo e das medidas de segurança a aplicar. A questão se se coloca é como tornar rentáveis voos com lotações tão limitadas, como se tem falado, apenas um terço da lotação. A subida de preços será inevitável. Mas poderá haver situações em que se perde mais dinheiro com a retoma dos voos do que se os aviões estiverem parados. Dentro da administração teme-se que o arrastar da solução para a ajuda do Estado — havia a expectativa de que fosse anunciada esta semana — acabe por fragilizar a TAP e comprometer a retoma dos voos. A empresa decidiu prolongar o *lay-off* (suspensão temporária do contrato de trabalho) de 90% dos seus trabalhadores até 31 de maio.

Com LILIANA VALENTE
acampos@expresso.imprensa.pt

NO FIM ERA O VERBO

PRÉMIO CAUTELAS E CALDOS DE GALINHA

“Se as coisas começarem a correr mal, teremos de dar um passo atrás”

António Costa
Primeiro-ministro

PRÉMIO A LUZ CONTINUA AO FUNDO DO TÚNEL

“O fim do estado de emergência não é o fim do surto”

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

PRÉMIO QUERO, POSSO E MANDO

“A música agora é outra no que diz respeito à TAP. Qualquer intervenção do Estado soberano implicará que, através do Governo, acompanhe todas as decisões que serão tomadas com impacto no futuro da empresa”

Pedro Nuno Santos
Ministro das Infraestruturas, no Parlamento

PRÉMIO PROMESSA A COBRAR

“Havia já um impacto positivo das renováveis, temos esta descida histórica do petróleo. Contribuirão de certeza para uma descida do preço da energia de forma sustentada”

António Mexia
Presidente executivo da EDP

PRÉMIO 1º DE MAIO

“Atrás do surto epidémico, está a ser promovida a epidemia do ataque aos trabalhadores, aos seus direitos, salários, vínculos, condições de trabalho, segurança e saúde”

Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP

PRÉMIO AO CUIDADO DE GRAÇA FREITAS

“A ministra da Saúde ligou-me a pedir desculpa”

Rui Moreira
Presidente da Câmara Municipal do Porto, sobre o cerco sanitário, ao “Observador”

PRÉMIO URGENTE CORRIGIR

“Sim [defraudou as expectativas das empresas]. A máquina da Segurança Social não conseguiu assegurar os pagamentos nas datas em que o Governo os gostaria de ter feito”

Pedro Siza Vieira
Ministro da Economia, à SIC Notícias

PRÉMIO QUE TAL NÃO INTERFERIR?

“Lamento, mas quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagres”

Jair Messias Bolsonaro
Presidente do Brasil, sobre o facto de o número de óbitos no país ser superior ao da China

PRÉMIO A CONTAGEM DECRESCENTE JÁ COMEÇOU

“O mundo não está preparado para o regresso do futebol competitivo”

Michel D'Hooghe
Presidente do Comité Médico da FIFA

PAULA SANTOS
paulasantos@expresso.imprensa.pt

COVID-19 GOVERNO

Plano António Costa lançou plano de reabertura da economia, com mão no travão. O “novo normal” implicará sempre restrições, até haver vacina. Ninguém sabe quais

Até haver vacina haverá restrições

LILIANA VALENTE

Mês e meio depois de dar ordem de confinamento quase total ao país, António Costa lançou o plano de reabertura. As novas regras chegam em três fases de implementação: começam a 4 de maio, continuam a 18 de maio, mas têm olhos postos para o depois do dia 1 de junho. Esse é o novo dia D, de desconfinamento, para António Costa: é quando começa o “novo normal”, se tudo correr bem, com toda a economia já em funcionamento. Mas não será uma economia em pleno, confirmou o Expresso junto de fonte do Executivo: daqui até haver vacina (ou medicamento, ou imunidade de grupo ao vírus) manter-se-ão sempre algumas regras gerais e outras específicas, diferentes por sectores. Até porque, “enquanto houver covid, não há vida normal”, explica a mesma fonte.

Esta quinta-feira, o primeiro-ministro admitiu que é preciso acelerar para estancar a crise económica e social. E marcou a “reabertura plena” da economia para junho, dependendo da avaliação que for feita em termos sanitários. Mas deixou a incógnita de como vai ser o dia a dia do país depois disso. Deixou em aberto, porque esta é a grande dúvida que ecoa dentro do Governo: como definir regras para o “novo normal”, que durará “até que haja vacina”, que não esmaguem a atividade económica, numa altura em que as empresas estão num ataque de nervos? A certeza é que “não podemos estar ilimitadamente com o nível de restrições que temos tido. Não é suportável”, diria mais tarde em entrevista à RTP. “A liberdade total, a realidade que tínhamos em fevereiro, essa não vamos ter”, disse.

As regras que ontem foram definidas para os três períodos de 15 dias irão sendo atualizadas para o período da tal abertura final. O plano está em construção, e nesta altura ainda nem está definido com que regras voltarão bares, discotecas, ginásios e eventos de grande dimensão, como festivais e congressos. Só há a certeza de que, mesmo com uma abertura “plena”, haverá sempre limitações.

“Esta é uma situação precária”, reconheceu o primeiro-ministro. As regras serão para

cumprir pelos cidadãos, de etiqueta respiratória, de distanciamento social e de uso obrigatório de máscaras em transportes públicos, escolas, comércio e espaços fechados (haverá multas), mas também pelos empresários. Será obrigatória a higienização dos espaços e haverá restrições para hotelaria e turismo no verão e até para a ida às praias. Tudo o resto se verá adiante: quais as lotações das lojas e comércios e até dos transportes. Mas existirão. Este sábado serão conhecidas as regras para a reabertura do comércio na segunda-feira (que poderão ainda não contemplar o que será a partir de junho), e o Governo vai fazer acordo com o comércio e com a associação de cabeleireiros e barbeiros, estabelecendo normas de distanciamento e higienização, e depois também com a restauração.

No dia em que abriu algumas atividades, o primeiro-ministro foi deixando vários avisos. Este plano só será possível se não se descuidarem os deveres de recolhimento e proteção. Apesar do fim do “estado de emergência, a emergência sanitária não desapareceu”. É por isso que o teletrabalho, essencial para manter mais pessoas longe de transportes públicos e em circulação, se vai manter obrigatório pelo menos até ao fim de maio. Mesmo depois, tudo funcionará em escalas e com regras estritas.

A responsabilidade é de todos, frisou Costa, para que seja possível a tal “reabertura plena”, dando esperança que o verão terá alguns assomos de normalidade. Costa espera que seja possível fazer férias a partir de junho, mas não sabe “se será possível”, pois não é “futurólogo”.

Será uma decisão tomada em cima do risco, na verdade, entre dois riscos: o de descontrolo da pandemia e o de descontrolo da queda da economia. Mas Costa agora optou por mudar um pouco o discurso. Apesar de garantir que a prioridade é a segurança das pessoas, chegou a hesitar na utilização das palavras, para dizer que, além do problema sanitário, estamos com um problema económico: “Se queremos estancar esta crise social e económica,

temos de acelerar (...) o esforço para estancar a pandemia, e isso depende de cada um de nós.”

O que isto significa é que o plano de abertura da economia que começa esta segunda-feira, sob a chancela do estado de calamidade em substituição do estado de emergência, será medido passo a passo, de forma “gradual, progressiva e com todas as cautelas”, tendo em vista “o desconfinamento e a eliminação das limitações que têm sido impostas à vida dos portugueses”. Mas se, e só se, a evolução dos indicadores de saúde continuar numa tendência positiva, desde que não haja uma “inversão”.

Risco político

Nestes últimos dois meses, o Governo trabalhou sempre com o horizonte do trimestre, até ao fim de junho. Mariana Vieira da Silva, ministra de Estado e da Presidência, chegou a dizer em entrevista ao Expresso que não era possível fazer “planeamentos de longo prazo”. Agora, António Costa acena com uma cenoura para que todos, enquanto comunidade, lá cheguemos em segurança. Mas com mais peso sobre os ombros: se a declaração do estado de emergência foi um risco partilhado com o Presidente da República — “O Presidente da República tomou a decisão e o Governo concordou”, disse Costa —, desta vez, a decisão de passar ao estado de calamidade foi tomada pelo Executivo.

O plano de abertura é assumido por Costa, tal como os reveses que poderá ter de fazer. “Este percurso gradual, cauteloso, tem sempre dois sentidos possíveis, o que todos ambicionamos, de seguir em frente e dar o passo seguinte de limitar menos a nossa liberdade ou de dar o passo atrás que ninguém deseja”, muito menos o líder do Executivo. “Sou a pessoa que menos quer dar um passo atrás. Não terei vergonha de dar um passo atrás para assegurar o bem essencial que é a segurança dos portugueses. Este é um percurso que temos de fazer com confiança e em conjunto”, reforçou. Pós-se na mão de todos e garante que não está a acautelar o seu futuro político. “O preço político é o que ninguém quer saber nesta pandemia. Estar a avaliar custos políticos perante o drama sanitário, social e económico que é enfrentar esta pandemia é algo que não pode estar na nossa contabilidade.” Veremos se o dia 1 de junho traz as boas notícias da abertura. O que é certo é que, “até lá, temos muito trabalho para fazer”. Depois disso também.

lvalente@expresso.imprensa.pt

TUDO O QUE VAI MUDAR NO DESCONFINAMENTO

Com os indicadores da evolução da epidemia e o impacto no SNS a mostrarem uma melhoria sustentada, António Costa anunciou o plano para reabertura dos serviços e da economia. Se tudo correr bem, o “novo normal” fica consumado a 1 de junho

FASE I (4 de maio)

REGRAS GERAIS

- Confinamento obrigatório para pessoas doentes e em vigilância ativa
- Dever cívico de recolhimento domiciliário
- Proibição de eventos ou ajuntamentos com mais de 10 pessoas
- Lotação máxima de 5 pessoas/100 m² em espaços fechados
- Funerais: só com a presença de familiares

TRANSPORTES PÚBLICOS

- Lotação de 2/3
- Uso obrigatório de máscara; higienização e limpeza

TRABALHO

- Mantém-se regime preferencial de teletrabalho, sempre que as funções o permitam

SERVIÇOS PÚBLICOS

- Reabrem repartições de Finanças, conservatórias, etc. (exceto Lojas do Cidadão)
- Uso obrigatório de máscara; atendimento só com marcação

COMÉRCIO

- Comércio local: reabrem lojas até 200 m² e com porta para a rua. Uso obrigatório de máscara por funcionários e clientes
- Cabeleireiros, manicures e similares, só por marcação
- Livrarias e comércio automóvel, independentemente da área

CULTURA

- Bibliotecas e arquivos voltam a abrir portas
- Jardins de monumentos e museus nacionais

DESPORTO

- Prática de desportos individuais ao ar livre — golfe, ténis, jogging, surf
- Sem utilização de balneários nem piscinas



ESCOLAS Um regresso tímido

Sem surpresas, o primeiro-ministro manteve-se fiel às ideias que apresentou a 9 de abril e confirmou que o regresso às aulas presenciais acontecerá este ano letivo apenas para alunos do 11^º e do 12^º e para os anos equivalentes nas outras vias de ensino secundário. No caso das creches, a reabertura acontecerá a 18 de maio para as que cumprirmos as condições que ainda vão ser emitidas pela Direção-Geral da Saúde. Costa reconhece que alguns pais poderão querer adiar um pouco mais a decisão e admite a manutenção dos apoios às famílias até ao final do mês, no caso de os filhos não irem para as creches. Os jardins de infância e os centros de atividades de tempos livres só reabrem a 1 de junho. Mas o Governo tem de começar a pensar já no próximo ano letivo e numa eventual segunda vaga da pandemia. Costa garantiu novamente que, caso as escolas voltem a fechar, todos os alunos vão ter acesso a um equipamento pessoal e internet que lhes permita ter aulas à distância.



SAÚDE Mais cirurgias e ajuda dos privados

O Serviço Nacional de Saúde reinicia na segunda-feira o atendimento programado. A cirurgia sem internamento será a prioridade e a tele-saúde, sobretudo com consultas à distância, a grande aposta. Há muitos doentes sem resposta, e o Governo diz que pedirá ajuda aos privados. Centros de saúde e hospitais passam a escalar os serviços para evitar concentrações e doentes e profissionais vão ver-se menos, pois a máscara torna-se indispensável, tal como a higienização. Em vários cuidados será necessário o despiste prévio da infeção.



COMÉRCIO Primeiro passo na rua

As lojas de rua com menos de 200 m² reabrem segunda-feira, a partir das 10h, juntamente com cabeleireiros, livrarias e comércio automóvel. Na etapa seguinte, a 18 de maio, reabrem as lojas de rua até 400 m², assim como a restauração. Se tudo correr como previsto, o último passo é dado a 1 de junho, com a entrada em cena das lojas maiores e dos estabelecimentos em centros comerciais. A

norma de cinco pessoas por 100 m² é para manter, a máscara é obrigatória, a marcação prévia nos cabeleiros também e há mais medidas de segurança definidas entre as associações de cada sector e a DGS que serão anunciadas até lá.



HOTÉIS E VIAGENS Férias cá dentro

É cedo para saber quando e para onde se poderão voltar a fazer viagens de avião. António Costa não se pronunciou sobre o retomar das viagens, que ficará para a última fase do plano de desconfinamento a partir de 1 de junho, dependendo da reabertura de fronteiras e só se até lá não for preciso “dar um passo atrás”. Já sobre os hotéis, frisou não haver datas de reabertura, porque nunca foi decretado o seu fecho, e o que está a ser discutido são formas de “dar confiança” às pessoas para que os possam frequentar. Há hotéis que continuam a funcionar e várias cadeias planeiam reaberturas faseadas a partir da segunda quinzena de junho e com mais ênfase no verão, recebendo clientes aos poucos. Máscaras, distância social e normas de higiene serão o “novo normal” nas próximas férias, pois como frisou Costa, “enquanto houver covid-19, a nossa vida não vai ser normal”.

FASE II (18 de maio)

CERIMÓNIAS RELIGIOSAS

• Celebrações em locais de culto com restrições levantadas a partir do último fim de semana de maio (30 e 31)

COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO

• Reabertura de lojas com porta para a rua até 400 m² ou partes de lojas até 400 m² (ou maiores por decisão da autarquia), com uso obrigatório de máscara e funcionamento a partir das 10h

• Reabertura de restaurantes, cafés e pastelarias, com lotação máxima de 50% e encerramento às 23h. As condições específicas de higienização e segurança estão ainda a ser acertadas entre a DGS e a associação do sector

ESCOLAS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

• Recomeço das aulas presenciais para o 11º e 12º anos dos cursos gerais e 2º e 3º anos de cursos profissionais e outras ofertas formativas do secundário. O horário será entre as 10h e as 17h. Uso de máscara obrigatório por alunos, professores e funcionários

• Reabertura de creches (com opção de apoio à família) e equipamentos sociais na área da deficiência

CULTURA

• Museus, monumentos e palácios, galerias de arte e similares voltam a abrir portas

DESPORTO (DIAS 30 E 31)

• Futebol: voltam as competições oficiais da 1ª Liga de Futebol e Taça de Portugal. Todos os jogos serão à porta fechada

RESTAURAÇÃO
Reabertura
a meio gás

Os restaurantes, cafés ou esplanadas vão abrir portas a 18 de maio mas com algumas condições de segurança. O Governo estipulou que serão obrigados a um limite de 50% da lotação habitual, de modo a existir mais espaço livre entre os clientes. O primeiro-ministro revelou que estão neste momento a ser preparadas medidas de higienização e segurança para serem implementadas nestes estabelecimentos entre a AHRESP, a associação que regula o sector, e a DGS. “É necessário que os clientes tenham confiança na ida a um restaurante para ter um espaço higienizado e com o pessoal protegido”, disse Costa. Estes espaços irão encerrar às 23h.

CULTURA
O pano cai
fase a fase

Após reconhecer que a cultura foi “um dos primeiros sectores a encerrar e um dos mais duramente atingidos pelas medidas de contenção”, António Costa anunciou que as bibliotecas e arquivos, assim como os jardins dos museus e monumentos nacionais, reabrem a 4 de maio. Para 18 ficam os museus, palácios,

galerias de arte e salas de exposições, e para junho a reabertura, “com lugares marcados, lotação reduzida e distanciamento físico adequado”, dos cinemas, teatros e auditórios. Os festivais de verão ainda estão “em avaliação”.

RELIGIÃO
Retorno das
cerimónias

Depois de dois meses sem missas ou celebrações presenciais, o primeiro-ministro referiu que “no diálogo entre as confissões religiosas serão adotadas as medidas que permitam que, a partir do fim de semana de 30 e 31 de maio, sejam levantadas as restrições às celebrações comunitárias de qualquer religião”. Funerais, batizados e casamentos voltam a ser permitidos, assim como a realização de missas, com regras ainda a definir.

PASSEIOS
E DESLOCAÇÕES
#FiqueEmCasa.
Outra vez

Apesar de o documento disponibilizado pelo Governo ser omissivo em relação às viagens e deslocações, mantém-se o “dever de confinamento domiciliário”, pelo que será necessário um “motivo válido” para efetuar viagens entre municípios,

FASE III (1 de junho)

TRABALHO

• Teletrabalho parcial, com horários desfasados ou equipas em espelho

SERVIÇOS PÚBLICOS

• Reabertura das Lojas do Cidadão

• Uso obrigatório de máscara / Atendimento por marcação prévia

COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO

• Reabrem lojas com área superior a 400 m² ou inseridas em centros comerciais, com uso obrigatório de máscara e funcionamento a partir das 10h

ESCOLAS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

• Reabrem creches / pré-escolar / ATL

CULTURA

• Reabertura de cinemas, teatros, auditórios, salas de espetáculos, só com lugares marcados, lotação reduzida e distanciamento físico

como a atividade laboral, a assistência à família ou razões médicas. O número máximo de pessoas que podem estar juntas foi alterado, passando de cinco para dez. No dia 6 vamos saber como será feito o regresso às praias, mas o primeiro-ministro já explicou que poderão ser abertas para “atividades físicas e náuticas”.

DESPORTO
Liga à porta
fechada

A partir da próxima segunda-feira passa a ser permitida a prática de desportos individuais ao ar livre — golfe, ténis, jogging, surf —, mas sem utilização de balneários nem piscinas. As modalidades de pavilhão — hóquei em patins, andebol, voleibol, futsal — estão proibidas. Já as competições oficiais da I Liga de futebol vão regressar aos relvados no fim de semana de 30 e 31 de maio, embora a retoma das provas esteja ainda dependente da aprovação pela DGS do protocolo sanitário apresentado pela Liga. A II Liga, por sua vez, fica suspensa. Os jogadores do principal campeonato vão ter assim quase um mês para treinos, uma mini-pré-época para ganharem ritmo e forma, após quase dois meses confinados a treinos físicos em casa ou corridas a solo. A Taça de Portugal, que chegou a estar em dúvida, também será realizada, embora não seja ainda conhecida a data.

Ver P37



Proximidade com distanciamento: o Presidente irá para o terreno medir a temperatura dos efeitos económicos e sociais da crise FOTO ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Marcelo. A crise como chance de voltar às pessoas

Esta é a hora do Governo. Mas, mal possa, o Presidente irá para o terreno tomar o pulso à crise

Marcelo Rebelo de Sousa já tem na cabeça um esboço para o seu próprio desconfinamento. Até meados de maio, o Presidente da República entende que é preciso ver como corre o plano montado pelo Governo para a saída do estado de emergência. Mas se esta é a hora de António Costa — e não será por acaso que Marcelo decidiu não falar do modelo de abertura montado pelo Executivo —, a partir do meio deste mês, e se evolução da pandemia o permitir, o Presidente planeia voltar à rua, visitar o que entretanto abriu e começar a ver no terreno o impacto económico e social da crise. Um programa politicamente robusto para quem está a poucos meses de uma esperança recandidatura presidencial.

“Se as coisas estiverem a correr bem, o Presidente admitirá sair para contactar os sectores que abriram”, confirmou ao Expresso a sua Casa Civil — sublinhando que tudo vai depender do que se irá passar nos primeiros 15 dias de maio e da decisão que o Governo irá anunciar a 14, quando terminar o atual período de estado de calamidade. Se a abertura tiver corrido bem e permitir ao Presidente pôr de pé o seu programa, basta ver os sectores entretanto reativados — pequeno comércio, fábricas, creches, livrarias, cabeleireiros, depois restaurantes, mais tarde lares de idosos — para ter uma ideia de como a crise lhe pode, inesperadamente, oferecer um guião para a pré-campanha eleitoral que nos próximos meses antecederá as presidenciais de janeiro.

“Por enquanto, ainda é navegar à vista”, previne-se em Belém. Porque para um Presidente da República que fez da rua o palco, saber quando voltar, como voltar e quem contactar ainda envolve muitas incógnitas. Mas esta semana, após comemorar o 25 de Abril, Marcelo aproveitou uma ação de apoio aos sem-abrigo para ensaiar como se faz a política de proximidade em pandemia. De máscara e luvas, inaugurou o toque de cotovelo, trocou palavras com um sem-abrigo, máscara a máscara, e arriscou *selfies* à distância. E vai ser assim. Com as restrições de quem sabe que não pode antecipar com o seu comportamento abusos que estraquem a contenção

pedida pelos políticos ao país, Marcelo Rebelo de Sousa tem uma certeza: quer continuar a monitorizar de perto o impacto da epidemia na vida de empresas e famílias, depois de o ter feito com as audiências que concedeu em Belém. É inevitável que acabe por ser um interlocutor no terreno de reivindicações, frustrações, projetos e esperanças. Isso continuará a garantir-lhe um papel central na gestão desta crise e um estatuto de válvula de escape no contacto com as pessoas.

A máxima política que tanto lhe convém a ele como ao primeiro-ministro — coordenação e compromisso, algo que ambos têm alimentado com uma permanente linha de contacto aberta — é para manter. Mas Marcelo sabe que será o primeiro a ir a votos e não desperdiçará esta oportunidade para reforçar o seu elo com os portugueses, que as sondagens mostraram no último mês e meio ter perdido terreno para o chefe do Governo. Também por isso, o Presidente nos últimos dias recuou na boca de cena para que fosse o Executivo a assumir a passagem do ‘seu’ estado de emergência para o novo estado de calamidade.

Na terça-feira, Marcelo já foi mais discreto na reunião dos políticos com os epidemiologistas — não falou lá dentro e foi curto e rápido cá fora. Na quarta-feira, quando o primei-

ro-ministro foi o protagonista em sucessivas reuniões com parceiros sociais e partidos, o Presidente nem sequer teve agenda. E à noite esperava António Costa para jantar e para o pôr ao corrente do plano de desconfinamento que o Conselho de Ministros haveria de aprovar no dia seguinte. Mas as audiências de Costa com os partidos prolongaram-se noite fora e acabaram por só ontem se reunir em Belém (sem que o país ouvisse uma palavra do Presidente sobre o plano de desconfinamento do Governo).

Emergência no apoio social

Afirmar autoridade e valorizar o seu próprio papel na condução bicéfala da crise foi o que o Presidente tentou fazer nas últimas semanas em que, com raras exceções, cumpriu o confinamento em Belém. Tirando uma visita a uma exploração agrícola e outra a uma fábrica de máscaras, Marcelo tem passado os dias em audiências (cerca de 50), a ouvir meio mundo, gente de todos os sectores, sem deixar praticamente ninguém de fora. E assim continuará nas próximas duas semanas de maio. Para a semana será a vez dos patrões dos principais grupos de comunicação social, outro sector severamente afetado pela crise.

O facto de o Presidente também já ter inscrito na agenda uma segunda ronda de audiências com responsáveis das misericórdias e de instituições de solidariedade social prova que há uma prioridade que ele não vai largar: a situação dos mais carenciados, que a pandemia agravou. E também a situação dos idosos (ver caixa).

A sua maior causa social — acabar com os sem-abrigo até 2023 — ganha uma nova expressão e a assessoria social do Presidente antevê que as visitas de Marcelo a locais de apoio a estes sectores vão continuar. “A última saída do Presidente antes de decretar o estado de emergência foi ao Casal Vistoso, para ver como estavam a ser organizados os apoios aos sem-abrigo no terreno, e Isabel Jonet, presidente do Banco Alimentar, foi sempre falando com o Presidente”, recorda-se em Belém. “E vai voltar a haver ações destas. O Presidente há de dar prioridade às áreas empresarial e social.” Se esta é a hora do Governo, a hora de Marcelo também está a contar.

ÂNGELA SILVA

asilva@expresso.imprensa.pt

COVID-19 ANÁLISE

Balanço Surpresas, previsões, recuos, avanços, polémicas. Olhamos para trás, desde o momento em que a covid-19 passou a ser um assunto muito sério em Portugal. Faz dois meses, mas podiam ter sido dois anos

Cronologia de uma maratona inesperada

Texto **MICAEL PEREIRA**
Foto **RUI DUARTE SILVA**

há um lado emocional aqui. Talvez esse seja até o maior dos lados na história dramática de como a síndrome respiratória aguda grave SARS-CoV-2, a que nos habituámos a chamar de covid-19, entrou tão de repente na vida dos portugueses. Um lado que ajuda a explicar por que é difícil sentir que passaram apenas dois meses sobre esse momento, quando a diretora-geral da Saúde admitiu como cenário, numa entrevista que fez a manchete do Expresso a 29 de fevereiro, que um milhão de portugueses poderiam vir a ficar infetados com o novo coronavírus. “Pre vemos 21 mil casos na semana mais crítica”, dizia então Graça Freitas. Parecia o anúncio de um dilúvio. Nessa altura havia menos de 900 contagiados e apenas 21 mortos em Itália, a porta de entrada do vírus na Europa. Os hospitais da Lombardia não tinham ainda entrado em colapso e as dúvidas sobre o alcance da tragédia eram muitas. Mas logo dois dias depois surgia o primeiro infetado em Portugal. E o assunto nunca mais deixaria de ser manchete no Expresso.

Um dos exemplos mais emblemáticos sobre como tanta gente foi apanhada desprevenida por esta nova realidade está na forma como Jorge Buescu, um matemático da Faculdade de Ciências de Lisboa, mudou radicalmente de opinião. Primeiro, mostrou-se incrédulo, apontando o dedo à histeria que parecia começar a levantar-se à volta deste vírus num texto publicado nas redes sociais a 1 de março. Depressa daria uma volta de 180 graus. Duas semanas mais tarde era ele que se queixava ao Expresso: “Fiquei revoltado quando, na quarta-feira à noite, ouvi a diretora-geral da Saúde dizer, em conferência de imprensa, que o crescimento da doença não era exponencial. Só pode estar em negação.” Buescu referia-se à data crítica — 11 de março — em que a Organização Mundial da Saúde declarou haver uma pandemia e quando, já tarde nesse dia, Graça Freitas concordou com um parecer do Conselho Nacional de Saúde Pública que ia contra o encerramento imediato de todas as escolas no país.

Contrariando esse parecer, uma decisão em sentido oposto seria anunciada no dia seguinte pelo primeiro-ministro, António Costa. Desde 16 de março que todos os jovens e crianças, das creches às universidades, têm permanecido em casa. E com eles, muitos dos seus pais. No prognóstico que fez para o Expresso na altura, recorrendo a um modelo matemático, Buescu vacinou: sem nenhuma medida tomada

pelo Governo, haveria 61 mil infetados até ao final desse mês. Pelo contrário, se houvesse uma suspensão imediata de todas as atividades, o número de infetados seria próximo dos 4200.

Olhando para o que aconteceu, vemos que a 31 de março o número acumulado de casos foi de 7443, aproximando-se mais da fasquia de baixo. Com medo do que podia acontecer, Marcelo Rebelo de Sousa optou por uma solução extrema, não usada desde 1975. O estado de emergência foi declarado pelo Presidente da República a 19 de março, com o confinamento obrigatório da população e o encerramento de todas as atividades não essenciais. E com efeitos colaterais: de um dia para o outro, o consumo de internet aumentou 70%. A ansiedade era tanta que chegou a haver 70 mil pessoas à espera para entrar num hipermercado *online*.

A primeira morte tinha ocorrido a 17 de março e 11 dias depois, a 28, era

O primeiro infetado em Portugal foi confirmado a 2 de março. A primeira morte ocorreu a 17 de março. E 11 dias depois, a 28, era atingida a barreira psicológica dos 100 óbitos

Até 23 de abril, 327 idosos residentes em lares morreram de covid, representando um terço de todos os óbitos. A maioria deles acabou por falecer no hospital

atingida a barreira psicológica dos 100 óbitos. Numa análise comparativa, o mês terminava com uma evolução de mortes pior do que em Itália na mesma fase da epidemia. Entretanto, em Espanha os hospitais estavam já à beira do colapso, com mais vítimas do que na China. E nos Estados Unidos o governador de Nova Iorque, a cidade mais afetada, desesperava por ajuda nas suas conferências diárias. “Hoje, os enfermeiros são como os bombeiros durante o 11 de Setembro”, dizia ao Expresso, a 28 de março, Eileen Sullivan-Marx, professora de enfermagem na Universidade de Nova Iorque. “Morrerão a salvar os outros.”

Ventiladores e lares

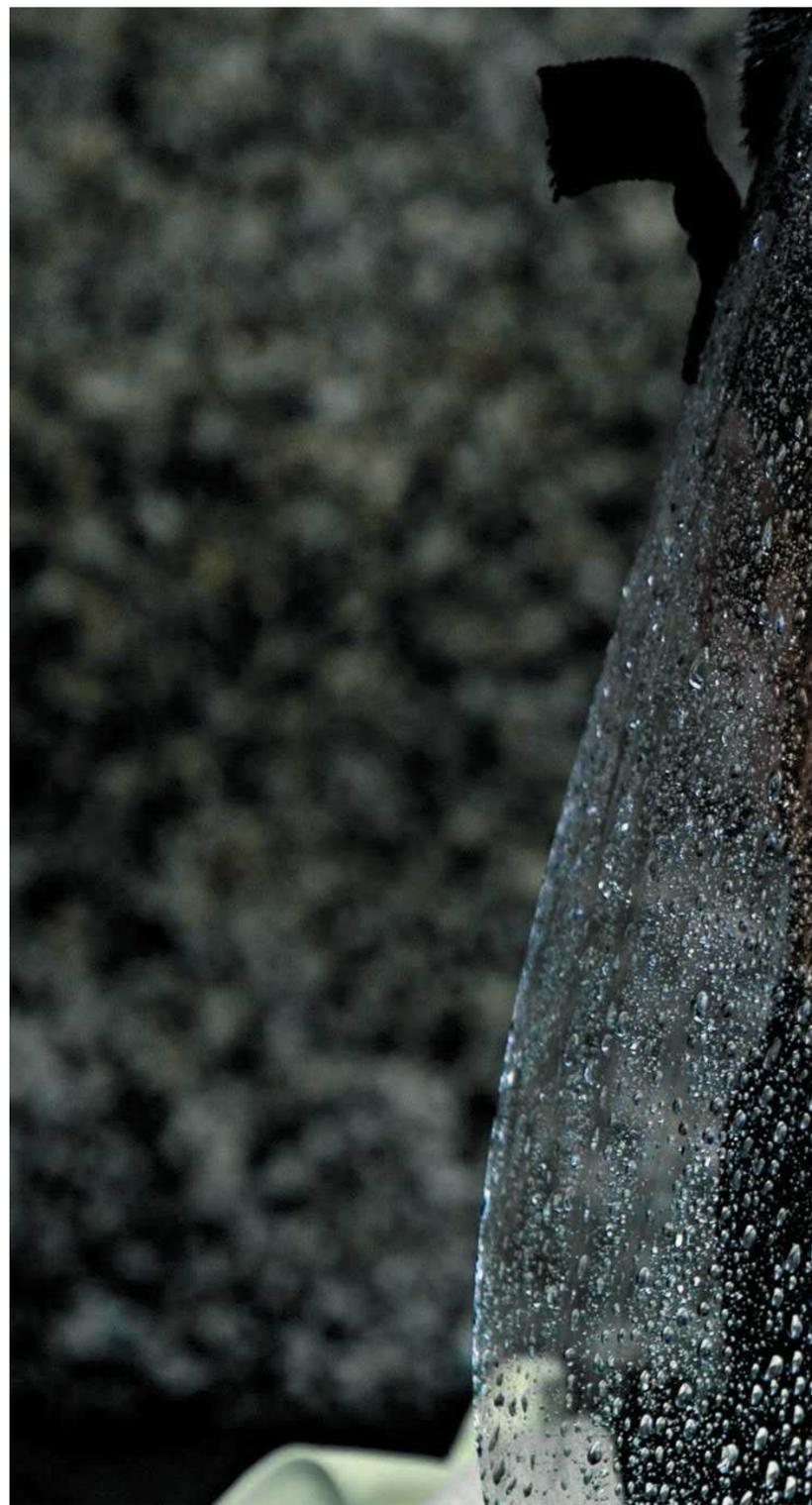
Março foi um mês sem uma ponta de otimismo. Os turistas abandonaram o país. Quase todas as ligações aéreas foram suspensas, representando milhares de voos só na TAP. Em Ovar, um foco preocupante de casos obrigou à declaração de calamidade pública e a que fosse montada uma cerca sanitária à volta do cancelho. Mas pelo menos a prioridade tinha-se tornado clara: era preciso ganhar tempo para ter condições de tratar uma vaga crescente de doentes críticos, com graves deficiências respiratórias.

Foi traçado um objetivo: reforçar a quantidade de camas nos hospitais, especialmente nos cuidados intensivos, e garantir um total de três mil ventiladores, o dobro do que havia. O desafio era que a maior parte teria de vir da China, onde se acumulavam solicitações vindas de todo o lado. “Deito-me com ventiladores comprados e acordo com esses ventiladores suspensos porque entrou uma encomenda maior”, chegou a desabafar ao Expresso João Gouveia, responsável por essas aquisições no Serviço Nacional de Saúde (SNS). A isso somavam-se outras necessidades urgentes: milhões de máscaras para proteger médicos e enfermeiros e também milhões de zangas para testar potenciais doentes.

Quando um número recorde de 1516 novos casos diários foi atingido, a 10 de abril, a taxa de crescimento da infeção já estava a diminuir e a curva já tinha começado a achatarse vários dias antes em Portugal — mantendo uma tendência decrescente até hoje.

Desde então que o otimismo, embora tímido, vem em crescendo. Entre compras, cedências e doações, os três mil ventiladores passaram a estar assegurados. E os hospitais ficaram preparados para dias piores. O São João, no Porto, aumentou de 38 para 98 as camas nos cuidados intensivos, 63 delas só para doentes covid. Em Lisboa, o Santa Maria passou de 80 para 120 camas, com a equipa reforçada com uma reserva de mais 45 médicos.

Foi nos lares de terceira idade, precisamente onde está a população mais vulnerável à covid-19, que os problemas surgiram. Até 23 de abril, um ter-



ço de todos os óbitos por covid tinham sido de idosos residentes em lares. Ou seja, 327 vítimas tinham sido infetadas com o vírus aí, sendo que a maioria acabaria por morrer no hospital. Mas nem todos. Segundo a diretora-geral da Saúde, até esta quinta-feira, 4% de todos os óbitos por covid aconteceram nos próprios lares. O que significa 39 mortes.

Os testes à covid no universo de mais de 2500 unidades para idosos que existem no país começaram a ser realizados apenas a 30 de março, com um lote inicial de 10 mil testes. Com mais de 800 funcionários infetados e obrigados a ficarem em casa, o Governo tentou compensar esse flanco deixado aberto com o lançamento de uma campanha para angariação de voluntários — e em dois dias conseguiu que três mil pessoas se oferecessem.

No meio disso, outras coisas foram acontecendo. Depois de uma semana intensiva de filmagens envolvendo 112 professores, a 20 de abril voltou a haver teleescola em Portugal, com transmissões diárias na RTP2 e na RTP Memória, a tempo do terceiro período de aulas.

Nem tudo, no entanto, tem sido feito a tempo e horas. O Governo não conseguiu começar a pagar o aumento de 0,3% aprovado para a função pública aos profissionais de saúde. Pior ainda é a situação enfrentada pelos que foram obrigados a parar de trabalhar. Mais de 62 mil empresas entregaram pedidos para aderir ao regime de *lay-off* oferecido pelo Governo — com o Estado a subsidiar os salários para os patrões não despedirem os trabalhadores —, mas só 38 mil foram aceites até agora. É apenas mais um dos muitos problemas que estão pela frente. Esta maratona, que já vai longa mas ainda agora começou, parece-se cada vez mais como uma sequência de corridas de 100 metros.

mrpereira@expresso.imprensa.pt

DA DÚVIDA...

“A convicção de que vai chegar existe, se se vai propagar ainda não temos a certeza”

Graça Freitas
Diretora-geral da Saúde,
ao Expresso, 29 de fevereiro

“É preciso acabar de vez com o vírus da corona-histeria”

Jorge Buescu
Matemático na Faculdade
de Ciências de Lisboa, num texto
publicado no Facebook, 1 de março

“Se ultrapassarmos isto antes da Páscoa e, chegando ao verão, a situação já estiver controlada, provavelmente a retoma do turismo irá ser muito forte”

Pedro Siza Vieira
Ministro da Economia,
ao Expresso, 7 de março

“Não vai ser uma gripezinha que me vai derrubar”

Jair Bolsonaro
Presidente do Brasil, 20 de março



MANCHETES Desde 29 de fevereiro que a pandemia da covid-19 tem dominado as edições do semanário. A evolução de acontecimentos tem sido muito rápida. A 28 de março, o governador do Banco de Portugal admitia numa entrevista: Estamos perante uma situação de incerteza total

... À CERTEZA?

“É muito provável que este possa ser um surto mais duradouro do que se possa ter estimado inicialmente”

António Costa
Primeiro-ministro, 12 de março

“Precisamos de um milagre”

Jorge Buescu
Matemático, ao Expresso, 14 de março

“Temos de aceitar que vai haver um número muito maior de mortes porque senão a economia não vai recuperar. É a posição de alguns, incluindo alguns líderes empresariais. É uma posição revoltante. Já ouvi a própria palavra ‘senicídio’, ou seja, como são velhos podem morrer”

Durão Barroso
Chairman do Goldman Sachs, ao Expresso, 28 de março

“Estamos no princípio dos princípios da epidemia”

Pedro Simas
Virologista, ao Expresso, 25 de abril

Análise

OS 45 DIAS QUE VIRARAM O NOSSO MUNDO POLÍTICO

Em 2001, quando as Torres Gêmeas foram atacadas, disseram-nos que o mundo mudou. Em 2008, quando começou a crise financeira, disseram-nos que o mundo tinha mudado. Esta semana, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde disse que “o coronavírus é pior do que um ataque terrorista”. Em Portugal, em seis semanas de estado de emergência, o jogo político virou: não é o mesmo que era há dois meses e o tabuleiro será outro nos próximos anos. O mundo da política mudou.

Foi único. Nunca tinha havido tréguas na luta partidária. Nunca um Presidente da República eleito tinha decretado um estado de emergência (e contra a opinião do Governo). Nunca um primeiro-ministro tinha chamado, de forma repetida, os líderes das oposições a São Bento para os informar (e os consultar) sobre os passos a dar na gestão de uma crise. Nunca os chefes políticos tinham sido convocados para reuniões técnicas de avaliação de um momento crítico onde ficam na posse da mesma informação (ou quase) do Governo.

A gravidade da pandemia fez-nos descobrir que os nossos políticos têm mais sensatez do que imaginámos. Por exemplo, em Espanha, foi ao contrário. Se Marcelo Rebelo de Sousa deu um novo contributo para o regime semi-parlamentar ganhar mais pendor semi-presidencialista, António Costa deu um abraço de urso a todo o sistema político.

As tréguas, porém, serão passageiras: conforme a fase crítica da pandemia for passando, a democracia regressará à “normalidade”. Resta saber se a avaliação altamente positiva do Governo, com índices de aprovação absolutamente fora do comum, se vão manter quando a economia mergulhar numa depressão nunca vista ou um segundo surto voltar a fechar as pessoas em casa.

Até ver, António Costa ganhou com a forma como lidou com o surto, em completo contraste com o desempenho durante os fogos. Quando foi decretado o estado de emergência — depois de um período em que começava a perder fôlego —, 75% dos portugueses confiavam na gestão da crise por parte de Costa, segundo a sondagem do ISCTE/ICS para o Expresso/SIC. Esta semana, no barómetro semanal da Marktest, 88,7% dos inquiridos davam nota positiva ao Governo. Perante um cenário de catástrofe, só possível em maus filmes, o primeiro-ministro mostrou liderança, nunca saiu do palco mediático — as pessoas precisam de perceber que há alguém aos comandos — e mesmo com (muitas) falhas mobilizou um Governo focado em soluções e disposto a assumir e corrigir erros.

Manter estes altíssimos níveis de aprovação no futuro será quase impossível. Perante um quadro de incerteza total, porque ninguém sabe quando o vírus será vencido nem a dimensão da crise económica e social, António Costa tem o maior teste da sua vida política pela frente: provar que é capaz de fazer melhor do que José Sócrates e Pedro Passos Coelho, sem austeridade, ou perderá toda a credibilidade. Ainda resta saber até quando contará com Mário Centeno, mas a resposta europeia será decisiva: se os biliões da Comissão vierem como empréstimos agravar a dívida, a

solução pode ser um desastre em cima de um acidente; se vierem a fundo perdido é possível a Costa refazer a história.

Tempo e espaço político, em princípio, terá. Apenas há umas semanas, especulava-se sobre as dúvidas de o Governo durar a legislatura, tendo em conta as tensões com a esquerda e a agressividade do PSD (até Marcelo chamou a atenção para isso), agora temos um paradoxo: o tsunami recessivo vai garantir a estabilidade política. Quem vai ficar com o ónus de somar uma crise política a uma crise económica e sanitária? Rui Rio não vai ter pressa para governar em piores circunstâncias do que Passos, e é provável que, pela necessidade de “salvação nacional”, permita a Costa

O paradoxo desta crise é que o tsunami recessivo pode garantir mais estabilidade política mesmo no meio de todas as incertezas: quem ia querer governar nestas condições, ou arriscar o ónus da queda do Governo?

manter-se no cargo (com a viabilização de orçamentos se a esquerda faltar) para mais tarde capitalizar. O cenário de outro PEC4 é pouco provável.

O líder do PSD mais do que mudou: inverteu a estratégia de guerrilha para a “colaboração” com o Governo na fase crítica da pandemia (ainda se lembra do IVA da eletricidade, das obras do Metro ou do aeroporto do Montijo?). Como possível fiel da balança nos próximos anos, precisa de ter cuidado: quanto mais brando com o Governo, mais espaço abrirá a André Ventura.

No caso de Marcelo Rebelo de Sousa, a atuação durante a crise da covid-19 não foi uma mudança, mas o reforço da

ideia de que em Belém não vive uma Rainha de Inglaterra: “Eu sou o primeiro e não o último responsável perante os portugueses”, disse quando decretou o estado de emergência. O Presidente obrigou o Governo trabalhar em estado de exceção com o apoio esmagador da população, e ganhou. Se as restrições não tivessem sido tão violentas, talvez não houvesse o “milagre” português — de que falou num discurso — e Costa talvez ainda não pudesse começar a desconfinar. Com a reeleição assegurada no início de 2021, o desafio do Presidente é outro: Marcelo já achava que um segundo mandato ia ser politicamente mais complexo, mas nunca imaginou que pudesse ser tão violentamente crítico.

À esquerda, uma vez desenterrado o machado de guerra, a resposta à crise pode acentuar as diferenças em relação ao PS. O Bloco de Esquerda e o PCP tiveram atitudes diferentes: o BE reativo com muitas propostas para testar o Governo; e o PCP enquistado na doutrina a considerar os estados de exceção como “alarmismo” ou disfarce para atacar os direitos dos trabalhadores.

Dos restantes não rezará a história: o CDS perdeu protagonismo e os partidos emergentes que fizeram correr rios de tinta nos últimos meses viram as suas agendas desaparecer: os direitos dos animais e a emergência climática do PAN perdeu tração, o papel essencial do Estado na crise emperrou o discurso da Iniciativa Liberal e até o populismo de André Ventura perdeu gás (teve de inventar inimigos internos no Chega e demitir-se) porque os políticos tradicionais conseguiram transmitir a confiança necessária. O futuro mudou. Resta-nos desejar um regresso a uma “normalidade” normal e que o mundo não mude assim tanto que nos esmague.

Por Vítor Matos Editor de Política

COVID-19 GOVERNAÇÃO



O ministério de Ana Mendes Godinho vai distribuir mais 30 mil cabazes alimentares para famílias carenciadas
FOTO NUNO VEIGA/LUSA

Governo reutiliza plano negociado com a troika

Assistência alimentar sobe 50% em dois meses e **pode abranger trabalhadores em lay-off**. UGT reclama plano de emergência social

ROSA PEDROSO LIMA

O Governo vai distribuir, em maio, 90 mil cabazes alimentares a famílias em situação de carência económica, em muitos casos causada pela pandemia da covid-19, através de instituições sociais. A medida vai, por isso, abranger trabalhadores em situação de *lay-off* ou desempregados e representa um acréscimo de 50% do número de cabazes distribuídos no passado mês de março. Os custos do projeto são financiados por verbas europeias, negociadas nos tempos da *troika* para fazer face à crise social e económica que o país vivia.

A distribuição dos cabazes, compostos por 25 bens alimentares, será feita ao abrigo do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), um projeto suportado por verbas europeias e que foi negociado entre o Governo de Passos Coelho e o então presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. Na altura, tratava-se de um programa de “emergência alimentar” para combater a crise social portuguesa provocada pela aplicação das medidas de austeridade e previa a atribuição de €200 milhões para a criação de cantinas sociais e distribuição de alimentos.

O então designado Programa Comunitário de Assistência Alimentar a Carenciados ficou fechado com Bruxelas em 2014, mas a retoma económica — e a mudança governativa entretanto ocorrida — retirou este plano das prioridades da agenda política. Há dois anos, já com António Costa no poder e com a aprovação de uma verba global de €220 milhões para executar até 2023, o Governo criou um novo projeto, como o apoio a mais de 600 instituições sociais que fazem a distribuição dos alimentos entre as famílias mais carenciadas. O projeto passou a incluir, igualmente, uma vertente de pedagogia alimentar com o objetivo de incentivar hábitos de alimentação saudável.

Mas a crescente pressão social causada pela pandemia

da covid-19 — e que leva a um acréscimo do número de desempregados no IEFP, que tem aumentado cerca de 3 mil pessoas por dia — obrigou o Governo a reforçar a capacidade de resposta deste programa de assistência alimentar. No início do ano, os cabazes chegavam a 60 mil famílias, aumentando este mês para os 69 mil agregados e já estando previsto para maio que alcance 90 mil lares.

UGT pede emergência

As várias medidas de apoio à economia e o reforço dos apoi-

NÚMEROS

90.000

cabazes compostos por 25 bens alimentares serão distribuídos em maio pelas famílias carenciadas

220

milhões de euros são as verbas atribuídas a este pacote de ajuda europeia e que podem ser utilizadas até 2023

80.558

pedidos de subsídio de desemprego entraram no IEFP durante o estado de emergência, segundo dados oficiais

os sociais decretados pelo Governo durante o atual estado de emergência não evitaram um descalabro dos indicadores sociais. A UGT considera mesmo que é necessário ir mais longe. Na última reunião da concertação social, a central sindical propôs que fosse “criado um plano de emergência social”, assumiu Carlos Silva ao Expresso.

O líder da UGT defende que seja atribuído um novo modelo de rendimento mínimo, capaz de abranger todos os trabalhadores que, em tempos de pandemia, viram os seus rendimentos diminuídos e que não têm possibilidade de acesso aos apoios normais concedidos pelo Estado. O Presidente da República também vai reunir-se com o sector social por estar preocupado com os efeitos sociais da pandemia (ver pág. 7).

Esquerda quer alargar apoios

A exigência de novas medidas de apoio social é uma constante em todo o espectro político. Para o Bloco de Esquerda, a primeira preocupação passa por alargar no tempo os apoios excecionais indexados ao estado de emergência: com uma crise económica “que se vai agudizar”, não faz sentido acabar com as ajudas às famílias, defende o líder parlamentar, Pedro Filipe Soares. É o caso da moratória sobre as rendas, a suspensão de cortes de água e luz ou de despejos, que, para o BE, se devem prolongar — uma sugestão que o partido levou a São Bento e que espera que seja adotada nos próximos Conselhos de Ministros, não excluindo avançar com proposta própria. Por outro lado, os bloqueistas querem reduzir para metade os prazos que permitem receber prestações sociais, como o subsídio de desemprego, e que sejam alargados os critérios de acesso ao rendimento social de inserção, de forma a incluir nesse universo os trabalhadores com relações laborais informais

(como trabalhadores domésticos, por exemplo).

Também o PCP se mostra preocupado com os apoios a que terão acesso as pessoas com contratos mais desprotegidos. Por isso, já apresentou propostas para permitir que os trabalhadores com contratos temporários possam receber o subsídio de desemprego, independentemente do prazo de um ano que teriam de cumprir; e quer criar um apoio de proteção especial especificamente para os trabalhadores com contratos precários.

PSD vai apresentar medidas

O PSD, apurou o Expresso junto de fonte oficial, deverá propor medidas de proteção social quando apresentar o plano de recuperação económica — algo que está previsto que venha a acontecer algures entre maio e junho.

No CDS, a palavra-chave é “flexibilidade”. “Temos de ir respondendo a cada uma das situações”, assume ao Expresso o líder parlamentar, Telmo Correia. Ainda assim, o democrata-cristão não tem dúvidas: só é possível evitar um agravamento do drama social protegendo as empresas e, por sua vez, o emprego. É preciso garantir uma boa aplicação do regime de *lay-off*, assegurar que não há micro e pequenas empresas sem qualquer apoio (o CDS já propôs um cheque-emergência de €15 mil), salvaguardar casos que ainda não tiveram resposta, como o dos sócios-gerentes, e reforçar o apoio às IPSS. Por isso, e mesmo insistindo que o CDS tem abertura para discutir eventuais aumentos de subsídios ou prestações sociais, o deputado alerta para as tentações assistencialistas do Estado. “Não temos uma perspetiva ideológica fechada e é preciso ter alguma flexibilidade. Mas queremos voltar ao Portugal do século XXI e não ao país socialista do século passado.”

Com M.L.C. e M.S.C.
rlima@expresso.imprensa.pt

O que correu mal durante a emergência

O Governo foi afinando decisões, avançou e recuou, assumiu erros. O rastilho dos lares e o *lay-off* foram dos maiores problemas

Caos nos lares, atrasos no pagamento a empresas aflitas, apoios que morreram na praia. A popularidade do primeiro-ministro está em alta, mas a gestão desta crise não foi feita sem uma dose de polémicas. Esta semana, Siza Vieira admitia que seria “virtualmente impossível” pagar a tempo aos trabalhadores que estão em *lay-off*, mas este foi apenas o mais recente de uma série de erros nas respostas.

LARES: 40% DAS MORTES

É um número inevitável quando se avaliam os sucessos e insucessos da resposta à crise sanitária: de acordo com os dados revelados pelo próprio Governo, quatro em cada 10 pessoas que morreram por covid-19 em Portugal viviam em lares. As queixas multiplicaram-se no terreno, como foram dando conta o Expresso e outros órgãos de comunicação social. A descoordenação entre as autoridades locais, os atrasos da Segurança Social e a falta de um plano de resposta sólido contribuíram para um desfecho trágico.

LAY-OFF POR PAGAR

“Virtualmente impossível.” Foi assim que o ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, admitiu, em entrevista à SIC, os atrasos nos pagamentos às empresas que recorreram a *lay-off*, e que em parte não receberam o dinheiro na data (28 de abril) prometida pelo Governo. Foi mais um solavanco num processo atribulado, com retificações sucessivas. Se parte desses apoios não foi concedida porque as empresas não cumprem os requisitos necessários, outra terá embatido num processo burocrático que recusa, por exemplo, a entrega de ficheiros informáticos demasiado pesados. “Tivemos 95 mil pedidos de *lay-off*, que tiveram de ser processados por uma máquina que não tem essa capacidade”, reconhecia Siza na mesma entrevista, depois de também a ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, ter assumido a “grande exigência” que representa este processo. Os pagamentos tiveram de ser estendidos até 5 de maio.

EXPLOSÃO NO NORTE

Foi uma constante ao longo dos períodos mais críticos da pandemia. Os autarcas da região Norte queixaram-se sucessivamente da falta de equipamento para proteção individual, hospitais perto da rutura, ausência de intervenção nos lares, listas de espera de duas semanas para a realização de testes... Mais justas ou menos, as críticas têm alguma adesão à realidade: o Norte registava cinco vezes mais infetados e quase o triplo das mortes.

CONTRADIÇÕES, RECUOS E REFORÇO DE MATERIAIS

Nos primeiros dias da crise, a linha SNS24 colapsou. Em menos de um mês, o uso generalizado de máscaras passou de desaconselhável a recomendável, senão obrigatório — esta semana, Marta Temido assumia no *podcast* do PS “Política com palavra” que, se tivesse tido a informação de que

dispõe agora mais cedo, teria antecipado esta recomendação. Quando faltavam testes, dizia-se que o objetivo era “racionalizar” o seu uso; agora, Portugal já é apresentado como “o país na Europa com mais testes por milhão de habitantes”. O Governo pagou €9,3 milhões à China por mais de 500 ventiladores, mas nem todos chegaram — e alguns chegaram com botões e indicadores em mandarim. Neste capítulo, no entanto, não há registos de que a capacidade de ventilação do país tenha estado perto da rutura.

MENOS DINHEIRO PARA RECIBOS VERDES

Uma das primeiras críticas apontadas à gestão do Governo foi o facto de ter decidido atribuir um apoio para trabalhadores independentes, mas abrangendo apenas os que registassem uma paragem total de atividade. Entretanto, o Executivo corrigiu a medida e decidiu alargá-la a todos os recibos verdes com quebras de pelo menos 40%. Os trabalhadores independentes ficaram também a saber que os apoios atingiriam, relativamente a março, um máximo de €292,6 e não de €438,81, como tinham inicialmente calculado, uma vez que o montante só foi atribuído a partir do dia em que entrou em vigor (12 de março), e não do início do mês.

O FESTIVAL QUE MORREU ANTES DE NASCER

A cultura foi um dos primeiros sectores a sofrer com os impactos da pandemia, dada a quantidade de espetáculos cancelados e adiados. Mas uma das principais polémicas em torno das respostas do Governo chegou precisamente quando o Executivo tentou resolver esse problema. O TV Fest, festival lançado em parceria com a RTP e orçamentado em €1 milhão, distribuiria dinheiro pelo sector da música recorrendo a um critério polémico: os artistas convidados ficariam responsáveis por escolher os colegas que atuariam a seguir, e, por conseguinte, os que receberiam o apoio financeiro. Um circuito fechado e em lógica de corrente, apressaram-se a criticar muitos nomes do sector, fazendo com que o festival fosse suspenso antes de nascer. Em resumo, uma iniciativa “muito mal recebida”, assumiu António Costa na TVI, embora sem conseguir “perceber porque”.

HESITAÇÕES NAS ESCOLAS

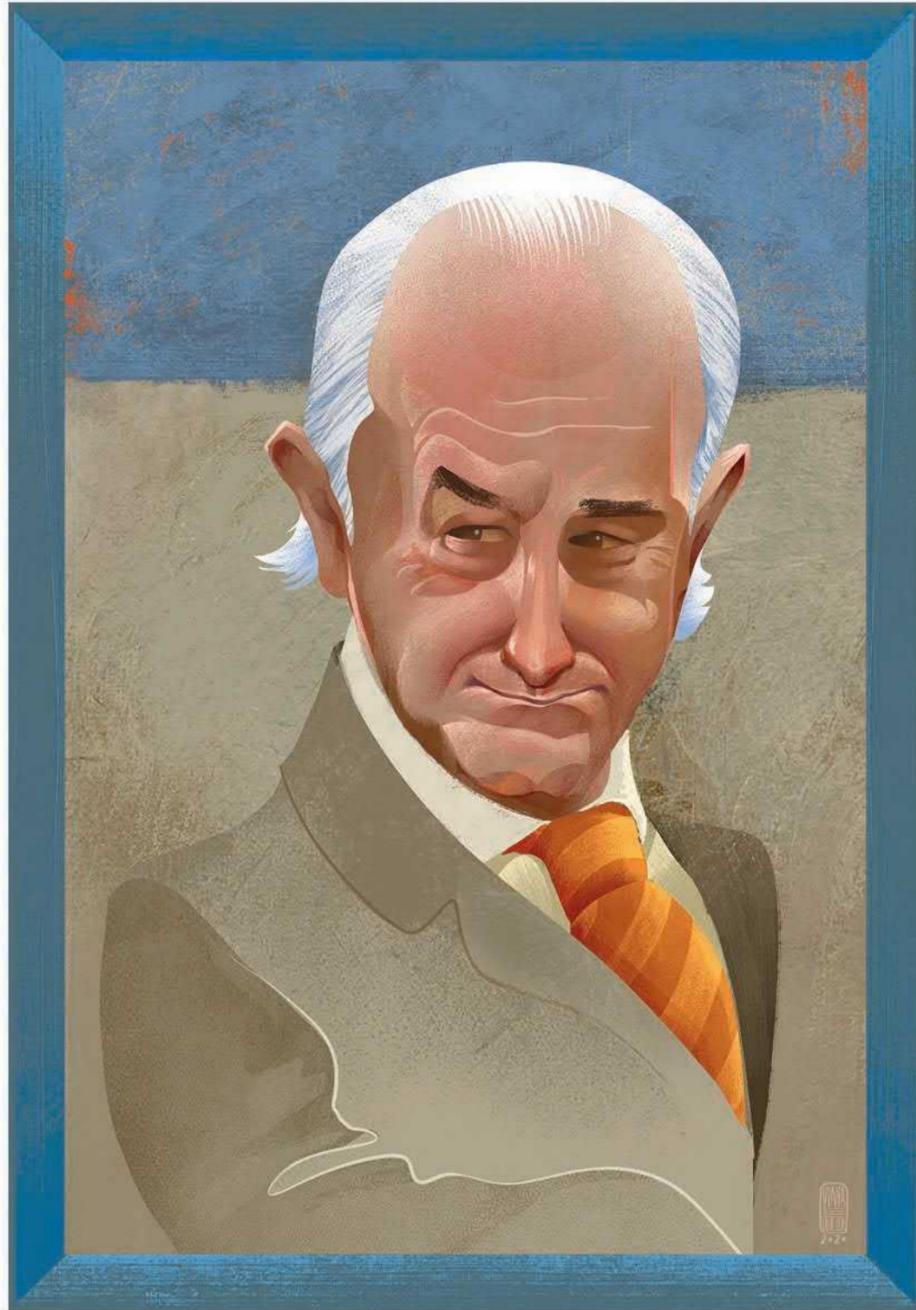
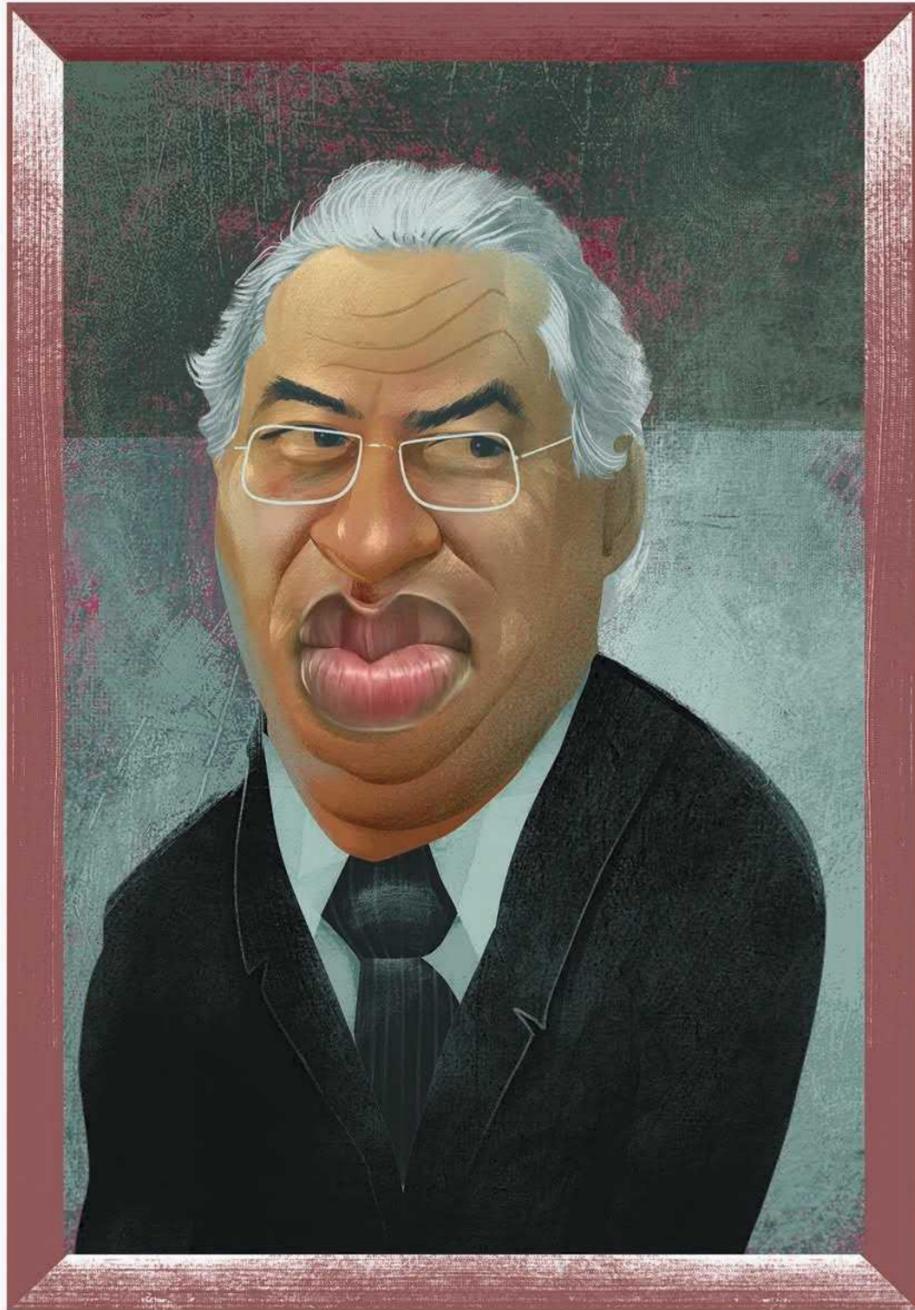
A decisão seria tomada com base na opinião dos técnicos, que o Governo teria a “humildade” de ouvir, anunciava António Costa a 12 de março, questionado sobre se as escolas estariam prestes a encerrar. Aliás, o mantra do Governo tem sido decidir com base na evidência científica. Da reunião do Conselho de Saúde Pública sairia a recomendação de não fechar os estabelecimentos de ensino, mas afinal o Governo decidiu... fechá-los de qualquer forma (Costa diria que se pudesse voltar atrás tê-los-ia fechado uma semana antes). Entretanto, surgiu um parecer do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças que sustentou a decisão política. O primeiro-ministro desejava reabrir as escolas já a 4 de maio, mas não será tão cedo: o regresso começará pelos 11^o e 12^o anos, a 18 de junho.

MARIANA LIMA CUNHA
e MIGUEL SANTOS CARRAPATOSO
mlcunha@expresso.imprensa.pt

BLOCO CENTRAL

Guerrilha intensa, colaboração vigilante

É uma relação bipolar: em fevereiro, Rio implodia medidas de Costa e agora ajuda-o. O destino de ambos está ligado



Texto **MIGUEL SANTOS CARRAPATOSO**
Ilustração **HELDER OLIVEIRA**

Já fizeram acordos, já se incompatibilizaram — a crise dos professores ia provocando a queda do Governo —, já se enfrentaram nas urnas (Costa ganhou, Rio perdeu) e já pareceram irremediavelmente afastados. Parece que foi noutra vida, mas, há pouco mais de um mês, quando o Governo parecia bloqueado em todas as frentes (novo aeroporto, IVA da luz, regime das PPP), Costa esquecia os elogios que fizera a Rui Rio durante mais de uma década e acusava o líder do PSD de não ter “pensamento nenhum sobre qualquer matéria de fundo” e de querer “manter aquela política paroquial que teve enquanto presidente da Câmara”. Rio corria para o Twitter: “Não vou responder. Entrar nesta escalada gratuita de violência verbal é degradar o diálogo democrático.”

A pandemia do novo coronavírus baralhou o xadrez político e devolveu os dois às respetivas casas de partida. Rui Rio voltou à rota da colaboração e António Costa ao caminho dos elogios públicos ao adversário. Apesar das divergências pontuais, o social-democrata tem apoiado no essencial a resposta sanitária do Governo. As conversas entre ambos existem e o socialista reconhece a importância de ter em Rio um aliado estável. “Tem sido importante haver partilha transparente”, assumiu na mais recente entrevista ao Expresso. Apesar do período pré e pós-eleitoral ter marcado um ponto

de viragem na relação política entre ambos, os dois respeitaram-se mutuamente. António Costa não gosta de ouvir os seus desvalorizarem o social-democrata. Rui Rio raramente faz críticas personalizadas ao socialista (prefere falar do Governo), embora desconfie do prazer pela tática que vê no rival. Os adeptos de Costa elogiam-lhe a sagacidade contra a falta de leitura do outro; os adeptos de Rio gabam-lhe a genuinidade em contraste com a plasticidade do adversário. A verdade estará no meio.

Orçamentos ao centro?

Os dois medem-se há muito e as cartas estavam marcadas desde o minuto zero da liderança de Rui Rio: as autárquicas de 2021, e não as legislativas de 2019, foram sempre encaradas como um momento determinante para ditar a queda de António Costa. Neste segundo ciclo de convivência pós-legislativas, dar a mão ao PS não estava nas cogitações do social-democrata — a guerrilha declarada no início da legislatura surpreendeu o PS, que contava com um Rio mais navegável. Agora, perante a recessão económica anunciada, o social-democrata já veio assumir ter uma maior latitude para colaborar. Mesmo não passando cheques em branco, como tem repetido, não é implausível que venha a viabilizar Orçamentos.

António Costa não dá os parceiros de esquerda como perdidos — mas sabe que não deve antagonizar Rui Rio. Se BE e PCP aumentarem a parada, os socialistas poderão ter de se virar para o PSD. Costa joga e vai

“O país precisa de novos protagonistas, que rompam com este ciclo de vistas curtas em que temos estado bloqueados nos últimos anos”

28 de agosto de 2014

“Rui Rio não tem pensamento nenhum sobre qualquer matéria de fundo da sociedade portuguesa”

7 de março de 2020

“Como líder da oposição, tem sido um bom exemplo do espírito colaborativo”

11 de abril de 2020

jogar nos dois tabuleiros; Rio não desconhece esse facto, mas está disposto a entrar na roda e ver até onde vai o espírito de compromisso do socialista.

Ajudar, mas pedir contas

Em clima de crise económica, com eleições presidenciais e o início da presidência portuguesa da União Europeia em janeiro, ninguém querará ser responsável por uma crise po-

“Penso que António Costa tem preocupações reais com o estado do país. Os eleitores estão ávidos de algo novo”

1 de dezembro de 2014

“Não vou responder. Entrar nesta escalada gratuita de violência verbal é degradar o diálogo democrático”

8 de março de 2020

“O PSD apoia o Governo neste combate. Senhor primeiro-ministro, a sua sorte é a nossa sorte”

18 de março de 2020

lítica que atiraria o país para a ingovernabilidade — não seria possível, sequer, convocar eleições. Os dois parecem condenados a entender-se a médio prazo. Mesmo assim, Rio não deixará de exigir contas. Não foi um acaso o facto de o líder do PSD ter aproveitado o discurso do 25 de Abril para ressuscitar a ‘geringonça’. “O PS e os partidos da maioria parlamentar têm garantido que não haverá qualquer tipo de

austeridade. Tal otimismo não pode ser impeditivo de nos prepararmos para o pior cenário.” Para bom entendedor: o ónus está do lado deles.

O dilema mora mais longe, quando for discutido o Orçamento para 2022, em vésperas de autárquicas. Fazendo fé nas previsões do FMI, depois do enorme tombo, Portugal deverá entrar num ritmo de retoma acelerado (a tal curva em V) e um desemprego na ordem dos 7,9%, em linha com os valores registados pré-crise. Por outras palavras: se estes números se confirmarem, se houver sinais evidentes de recuperação, não é líquido que o Governo venha a perder popularidade. Nesse cenário, Rio voltará a descolar ou continuará a ganhar créditos como o líder da oposição que garantiu a estabilidade até ao final da legislatura? E se terminar a legislatura, António Costa candidatou-se a um terceiro ciclo? Em 1995, Cavaco Silva não o fez e deixou o caminho aberto ao guterrismo. Se Costa repetir o gesto, arrisca-se a passar o testemunho a Rio? Estão, talvez como nunca antes, dependentes um do outro.

Passeios premonitórios

Os dois andam nesta dança há muito tempo. No verão quente do PS, em 2014, António Costa estava rápido no gatilho. Em plena guerra fratricida com António José Seguro, o aspirante a líder aproveitou uma entrevista ao Expresso para lançar uma daquelas frases que se torna um clássico. “O meu adversário é Rui Rio.” Costa

ainda não era sequer candidato a primeiro-ministro e atirava borda fora António José Seguro e Pedro Passos Coelho (então líder do PSD). O caminho não foi linear, mas o futuro dar-lhe-ia razão.

E se há frases premonitórias, há imagens que valem por mil palavras. Aquela captada numa noite de São João é uma delas: Costa e Rio, autarcas de Lisboa e Porto, divertidos, a bordo de um barco do Douro Azul, a assumirem publicamente a “boa relação”, firmada quando ambos eram ainda deputados, cimentada pela ajuda que António Costa deu para desbloquear as obras do Túnel de Ceuta (um conflito institucional entre Rui Rio e José Sócrates) ou pelas conquistas que os dois conseguiram, já autarcas, nos apoios à reabilitação urbana. Corria o ano de 2008, o mesmo em que os dois participaram na reunião do Clube Bilderberg, e já aí se falava em Bloco Central. Os jornalistas insistiam, Costa devolveu a questão aos analistas, e Rio dizia que Bloco Central só entre santos populares. Foi assim sempre. Nessa mesma entrevista ao Expresso, em 2014, Costa tentava empurrar Rio para a liderança do PSD dizendo que o país ansiava “por novos protagonistas”, que rompessem “o ciclo de vistas curtas”. Dias depois da entronização do socialista como líder do PS, Rio devolveu o elogio na sua biografia autorizada: “Os eleitores estão ávidos de algo novo”. Cruzaram-se, por fim. Veremos quanto tempo coabitam.

Com **LILIANA VALENTE**
mscarrapatoso@expresso.imprensa.pt

CAIXA NEGÓCIOS



O SEU NEGÓCIO PODE ENFRENTAR OS EFEITOS DA COVID-19.

CONTE COM A CAIXA.

Neste momento difícil e inesperado muitas questões se colocam ao seu negócio. Agora, mais do que nunca, pode contar com uma equipa de profissionais preparada para encontrar a melhor solução, para si e para o seu negócio.

Contacte um Gestor Caixa Negócios introduzindo o seu código postal em cgd.pt.



CONFIANÇA MESMO À DISTÂNCIA.

DIA DO TRABALHADOR

Marcelo e Governo negociaram comemorações com a CGTP

PR telefonou a líder e Governo reuniu-se duas vezes com CGTP para acertar modelo

ROSA PEDROSO LIMA

Marcelo Rebelo de Sousa telefonou, na semana passada, a Isabel Camarinha, para saber quais eram os planos da CGTP para celebrar o Dia do Trabalhador. É a primeira vez que um Presidente da República fala diretamente com um líder sindical para acertar agulhas sobre o 1º de Maio. Na verdade, em tempos de pandemia, esta não foi a única originalidade da preparação das comemorações de hoje: o Governo acompanhou de perto, e até à última hora, a preparação das ações de rua previstas pela Intersindical para 24 cidades do país. E, sem nunca fixar um número máximo de presenças, exigiu que fossem cumpridas todas as normas de segurança necessárias para evitar a propagação do vírus. A CGTP assumiu o risco e invocou a sua “histórica capacidade de organização” como garantia.

Terça-feira à noite, uma delegação da CGTP chefiada por Isabel Camarinha entrou no gabinete do ministro da Administração Interna, no Terreiro do Paço. Com Eduardo Cabrita, para o encontro com os sindicalistas, estava a ministra da Saúde, Marta Temido, e o objetivo era só um: saber como pretendia a central sindical organizar as “ações de rua” previstas para o 1º de Maio, em pleno estado de emergência por causa da pandemia da covid-19. Cinco dias antes, no mesmo local, os mesmos governantes e os mesmos representantes sindicais já se tinham reunido para tratar do mesmo assunto e, apesar do “diálogo construtivo” e do “espírito de abertura” manifestado, fontes governamentais garantiram que nada ficou fechado.

Só sindicalistas e Jerónimo

A delegação da CGTP prometeu “cumprir todas as regras de distanciamento social e de proteção individual” e explicou ao Governo que todas as ações de rua seriam “estáticas”, envolvendo apenas quadros sindicais, que se colocariam nos locais devidamente assinalados com uma distância mínima de três metros de cada um dos seus camaradas (no sentido horizontal) e de cinco metros das filas criadas ao longo do terreno.

PCP contra o “agigantar do medo”

Comunistas demoraram a cancelar eventos e preparam «Avante!». Veem “alarmismo”, mas negam desvalorizar a pandemia

“Alarmismo.” No meio da pandemia que levou ao primeiro estado de emergência da democracia e a uma quase paralisção da economia, o termo entrou no léxico de um partido: o PCP. Para os comunistas, que votaram contra (depois de uma primeira abstenção) o estado de emergência e também não apoiam a declaração de estado

Das 24 ações marcadas pela CGTP para este 1º de Maio (de Vila Real a Portalegre, passando por Aveiro ou Viana), as que mais preocupação suscitam são as habituais concentrações de Lisboa e do Porto, onde se juntam vários milhares de pessoas. A Intersindical decidiu manter os habituais locais de celebração — Alameda D. Afonso Henriques e Avenida dos Aliados — e, no primeiro encontro com o Governo, explicou que pretendia deslocar 12 autocarros com 16 dirigentes cada para as comemorações lisboetas. As regras de distanciamento seriam cumpridas e o facto de apenas quadros sindicais serem destacados para a iniciativa seria uma garantia de que a organização poderia ter controlo sobre o acontecimento. Aliás, os locais de ‘colocação’ de cada participante estão previamente assinalados no chão e marcados com uma bandeira que será empunhada pelos sindicalistas.

A ministra da Saúde ainda admitiu ser “excessivo” um número de participantes que, contas feitas, poderia rondar as 200 pessoas, mas “nada ficou fechado” e o Governo não chegou a avançar com a intenção de avançar com uma lota-

“Deviam ter mais respeito por todos”

O líder da UGT considera que “quem entendeu manter ações de rua no 1º de Maio está a colocar em causa a saúde dos portugueses e a contribuir para uma situação de risco e de contágio”. Carlos Silva assume que está “em desacordo” com a decisão da CGTP, mas recusa estar a criticar. “Limito-me a fazer uma análise circunstancial. Deviam ter mais respeito pelos trabalhadores e pelos portugueses”, diz ao Expresso. A UGT cancelou todas as celebrações presenciais do Dia do Trabalhador, optando por lançar online a partir das zero horas de 1 de Maio as intervenções dos seus dirigentes e de convidados internacionais.

ção máxima para cada uma das iniciativas da CGTP, disse fonte governamental ao Expresso.

Esta semana, Isabel Camarinha voltou a reforçar ao Governo a intenção de trabalhar “em plena articulação com as autoridades”, tendo já reunido com as polícias, sublinhando que a própria diretora-geral de Saúde tinha elogiado os planos de organização da CGTP para o Dia do Trabalhador. Os ministros da Administração Interna e da Saúde vincaram a importância de respeitar escrupulosamente as medidas de proteção individual, mas a reunião acabou com uma espécie de voto de confiança na capacidade organizativa da central sindical. “Não foi fixado um número exato de presenças, mas haverá bom senso”, diz fonte oficial do Governo. Aliás, o facto das ações serem reservadas a dirigentes sindicais “é já por si uma garantia”, diz a mesma fonte, que deu como exemplo do “compromisso de respeitar as regras” o facto de a CGTP estar a preparar autorizações para a deslocação de sindicalistas à Alameda, no caso de morarem fora do concelho de Lisboa e virem a ser abordados pela polícia. “Será autorizada a

circulação para participar nas celebrações”, disse fonte do MAI ao Expresso.

Exceção a esta regra de exclusividade do 1º de Maio para sindicalistas será a presença de Jerónimo de Sousa na Alameda. Em entrevista à CMTV, o líder do PCP garantiu que vai estar presente e, mesmo pertencendo a um grupo de risco, diz não ter medo. “Tenho 73 anos, mas não pareço.”

Minorias contestam

No interior da CGTP, a decisão de avançar com as comemorações de rua, numa altura de confinamento obrigatório decretado em todo o país, não foi bem acolhida pelas correntes minoritárias socialistas e bloquistas. Os dirigentes socialistas, entre os quais Fernando Gomes e Carlos Trindade, tornaram pública a sua discordância pelo “modelo totalmente desadequado adotado” para as comemorações “em tempos de pandemia”. Na mesma linha, a corrente do Bloco de Esquerda preferia “uma comemoração simbólica” e assente sobretudo na divulgação da mensagem através das redes sociais.

rlima@expresso.imprensa.pt



Hoje não vai ser possível ver imagens destas nas comemorações do 1º de Maio FOTO MANUEL ALMEIDA/LUSA

— e continua empenhado na preparação da “Festa do Avante!”, marcada para setembro, apesar de toda a incerteza que rodeia a realização de eventos que juntem aglomerados consideráveis de pessoas.

Apesar disso, o partido garante que não está a desvalorizar a pandemia. Pelo contrário: o que constata é que há quem esteja a aproveitar-se dela e para difundir ideias “perigosas”. Depois de, nos últimos dias, o partido ter frisado que é contra a passagem do país de estado de emergência para estado de calamidade, o gabinete de imprensa explica ao Expresso que, no seu entender, “existe lei suficiente” para impor as necessárias medidas de saúde pública, que “não dependem do estado de emergência nem do estado de calamidade, pelo que não é inevitável nem obrigatório

passar do estado de emergência para o estado de calamidade”. A questão de fundo é que, para o PCP, “qualquer restrição a direitos, liberdades e garantias deve respeitar os limites da lei e da Constituição”. Por isso, “antes de se perguntar como é que se torna possível limitar a circulação, tem de se perguntar se se é preciso essa limitação, se as pessoas cumprem no essencial as recomendações da DGS”.

As pistas para a posição assumida pelo PCP e distinta da dos restantes partidos já tinham, aliás, sido dadas pelo secretário-geral, Jerónimo de Sousa, em entrevista ao Expresso no sábado passado, quando criticou “alguma” da “comunicação social dominante” por ter alegadamente “criado a onda do medo e do alarmismo”. “Fiquei uns dias em casa, devido à

situação, e sentava-me perante as televisões e ficava esmagado”, contava então Jerónimo.

Mas a posição de fundo do partido tem raízes mais profundas. Num artigo de opinião no “Avante!”, Jorge Cordeiro, membro da comissão política, explora a ideia de que existe um “agigantamento do medo, para lá do racional” e um “clima geral de intimidação social” com o objetivo de “exacerbar” o individual. Por isso, e assegurando que não existe “qualquer desvalorização” que toca ao combate e à prevenção, os comunistas veem na crise da covid-19 o “inaugurar” de uma “nova fase mais intensa e mais perigosa de difusão dessas ideias” — as ideias que privilegiam o individual por oposição ao coletivo.

MARIANA LIMA CUNHA
mlcunha@expresso.imprensa.pt

P&R

Onde vão ser as comemorações do 1º de Maio da CGTP?

As principais celebrações estão reservadas para Lisboa e Porto (Alameda e Aliados), mas há mais 22 cidades. Habitualmente, a CGTP chega a 40 localidades, mas este ano fica-se por Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Guarda, Lamego, Leiria, Mangualde, Portalegre, Santarém, Setúbal, Sines, Viana, Vila Real e Viseu.

O Governo fixou limites ao número de participantes em cada iniciativa?

Não. Apenas exigiu respeito pelas regras de distanciamento social e de proteção individual, concordando com o plano apresentado pela CGTP, que prevê que as cerimónias sejam breves, reservadas a quadros sindicais e estáticas. Ou seja, não haverá movimentação de pessoas, e os participantes vão permanecer, durante toda a cerimónia, nos lugares previamente marcados no chão.

Estão previstas concentrações de mais de 100 pessoas?

Sim, em Lisboa e no Porto. Por exemplo, só em Lisboa, a CGTP contratou 12 autocarros que, por questões de segurança, transportarão, para a Alameda apenas 16 sindicalistas cada um. A estes, juntam-se os dirigentes que vão estar no palco das comemorações, além de alguns convidados e jornalistas. Ao todo, estima-se que poderão reunir-se cerca de 300 pessoas.

Como se garante o cumprimento das regras de contenção sanitária?

A CGTP comprometeu-se a manter os participantes nas celebrações do 1º de Maio a uma distância mínima de três metros e em filas dispostas a intervalos de cinco metros. Os lugares na concentração estão previamente atribuídos e marcados no chão com uma bandeira, que será empunhada pelo manifestante. Não haverá deslocações durante a cerimónia, e os participantes são encaminhados para os seus lugares por elementos da organização. É aconselhado o uso de máscara, evitada a participação de pessoas que façam parte de grupos de risco e proibida a presença de crianças.

Residentes de outros concelhos podem deslocar-se para as ações de rua, apesar da proibição decretada pelo Governo?

Sim. Mas só porque, este ano, as comemorações do 1º de Maio não são abertas a todos, mas apenas a sindicalistas. No caso dos dirigentes da CGTP e dos políticos convidados (Jerónimo de Sousa já disse que iria), a questão está resolvida, pois possuem livre-trânsito. Os restantes representantes sindicais que residam fora do concelho das comemorações receberam uma autorização passada pela Intersindical, caso sejam interpelados pela polícia. R.P.L.

UNIÃO EUROPEIA

Turismo? “É preciso extremo cuidado”

Comissário para o Mercado Interno, Thierry Breton, quer harmonização de planos a 27

SUSANA FREXES
Correspondente em Bruxelas

Primeiro, é preciso assegurar que depois do desconfinamento, “a pandemia não regresse”. Mas igualmente importante para o comissário que tem a pasta do Mercado Interno é trabalhar com os 27 “para uma reabertura segura”, incluindo das fronteiras, que permita ao sector do turismo sair da paragem total e do “rendimento zero” em que se encontra. “É extremamente importante começar a dar respostas aos empresários antes do verão”, diz francês Thierry Breton em entrevista ao Expresso/SIC. Bruxelas prepara uma série de recomendações que deverão ser publicadas por volta do 13 de maio, mas as decisões estão nas mãos dos Estados-membros, que terão de se coordenar na aplicação das regras. E estas devem ter semelhanças de uns países para outros.

É que não são só os operadores que precisam de certezas, também os turistas precisam de saber com o que contam. “Já que fala dos turistas vindos do Norte para o Sul da Europa, espero que isso seja possível. Mas, para isso, precisamos de compreender os planos de todos os Estados-membros.” E conhecê-los “muito bem”. Sem uma comunicação clara das regras pelos diferentes Governos, a circulação será mais complicada, até porque em alguns casos uma viagem turística pode implicar a travessia de “três, quatro ou cinco países”. Também por isso, insiste na necessidade de “harmonização” das regras, que será feita com a ajuda da Comissão Europeia.

Alguns países — incluindo Croácia e Grécia — têm-se mostrado favoráveis à criação de uma espécie de passaporte covid-19, atestando que quem viaja não é portador do vírus. “Não está decidido, mas necessitamos de uma forma harmonizada. Será um passaporte ou um outro documento partilhado nas fronteiras?” A resposta dependerá também do diálogo entre países e as respetivas autoridades de saúde.

Questionado sobre a possibilidade de alguns Governos dificultarem a circulação dos seus cidadãos para fora, como estratégia para salvarem as férias dentro de portas,



Comissário aponta a necessidade de respeitar distanciamento social nos aviões FOTO YVES HERMAN/REUTERS

Breton diz esperar que “os Estados-membros possam permitir aos turistas viajar para os seus destinos de férias favoritos, contudo, nota que “ainda é cedo para dizer onde e como”.

Aviação terá de cumprir regras do distanciamento

O impacto negativo no turismo não se resolve num estalar de dedos. “Será uma recuperação lenta. Não é como passar da época de inverno para a de verão”, avisa Breton. É preciso “extremo cuidado” nos próximos meses. “Temos de reabrir as atividades turísticas, sabendo que o vírus ainda está aí.” E um dos requisitos é “o distanciamento social harmonizado”, que todos deverão respeitar, incluindo o sector da aviação. “Todos terão de cumprir, porque a segurança dos passageiros será a prioridade” e se há sector onde “a segurança é mais importante que tudo é na aviação”. Contudo, o cumprimento é válido para os restantes meios de transportes.

O turismo representa 10 a 11% do PIB da UE — mais de 16% no caso português — e é responsável por

27 milhões de empregos diretos e indiretos na Europa. Das 3 milhões de empresas ligadas ao sector, 90% são pequenas e médias empresas, e muitas aguardam ajuda não só a curto prazo, garantindo liquidez, mas também a longo prazo.

Bruxelas deverá apresentar até meados de maio uma proposta de orçamento comunitário para 2021 a 2027, ligado a um fundo europeu de retoma, cujo debate tem dividido os que consideram que deverá passar sobretudo por empréstimos e os que defendem a necessidade de subsídios. Breton afirma que “para muitas PME serão precisos subsídios”, dentro e fora do turismo. “Ainda não está decidido, mas enquanto comissário do Mercado Interno estou a bater-me por isso e não estou sozinho”, diz. Contudo, admite também a necessidade de empréstimos que permitam às empresas do turismo reinventar-se no pós-crise. Acredita que será uma via para um “turismo mais sustentável, verde, digital e resiliente”. E em setembro ou outubro espera que seja possível realizar uma grande conferência para discutir o futuro.

politica@expresso.imprensa.pt

Indústrias alemã e holandesa ameaçadas

O comissário europeu que tem a pasta do Mercado Interno é claro: o mercado único europeu não tem futuro “se apenas forem salvas uma ou duas indústrias, de um ou dois Estados-membros”. Em entrevista ao Expresso/SIC, Thierry Breton sublinha que a integração é tal que todos os países “têm o mesmo interesse em que sobreviva” à crise. Se os mais afetados caírem por falta de apoio ou capacidade de investimento, todos são afetados, a começar pelos grandes beneficiários da livre circulação de bens. Lembra que 50% das exportações alemãs são para países da UE e que no caso dos Países Baixos a percentagem supera os 60%. “Se não houver mercado interno, não há indústria alemã” e “a indústria holandesa morre”.

O homem que subiu sozinho a Avenida da Liberdade e que ficou duas vezes na história do 25 de Abril

MEMÓRIA No último sábado, Carlos Ferreira, de 71 anos, tirou do armário o melhor fato, guardado para ocasiões especiais. Vestiu o casaco branco, calçou luvas a condizer e ajeitou ao pescoço o laço preto. Depois, abriu a janela, ligou a aparelhagem no máximo e deixou Zeca Afonso cantar para todo o bairro. Por fim, segurou a enorme bandeira de Portugal com cravos presos à haste e saiu. Passo a passo, repetiu o ritual que cumpre em todos os desfiles do 25 de Abril. Mas quando desceu do comboio no Rossio não havia ninguém para o acompanhar. E sozinho subiu a Avenida da Liberdade. Isolado, representou um país inteiro, que há 46 anos ajudou a libertar.

A imagem, captada pelo fotógrafo da Lusa José Sena Goulão, transformou-se num ícone deste Dia da Liberdade invulgar. “Vou sempre ao 25 de Abril. Nunca falhei um ano. Mas desta vez estava sozinho e foi triste. Senti isso cá dentro e chorei”, contou ao Expresso.

A fotografia colocou Carlos na história do 25 de Abril pela segunda vez. O seu nome já lá estava inscrito há 46 anos, quando integrou a força do capitão Salgueiro Maia. Na madrugada de 25 de Abril de 1974, Carlos já dormia na Escola Prática de Cavalaria de Santarém quando



FOTO JOSÉ SENA GOULÃO/EP



FOTO TIAGO MIRANDA



FOTO TIAGO MIRANDA

foi dada ordem para formar. “O capitão disse-nos: ‘Vamos até Lisboa fazer um golpe de Estado. Quero saber quem está comigo!’”

A adesão foi total. “Fomos o caminho todo em silêncio. Já bastava o barulho das chaimites”, lembra. Depois do Terreiro do Paço, a coluna segue para o Quartel do Carmo, onde Marcello Caetano se refugiara. De caminho, passa pelo Rossio, momento que acabaria por dar nome à Revolução. “As varinas passam por nós e dão-nos sandes e leite. E há vendedoras de flores a distribuir cravos. São elas que nos indicam o caminho até ao quartel, onde já estava toda aquela gente, sem medo de morrer, a gritar pela liberdade”, conta. “Foi o dia mais bonito da minha vida.”

Feita a Revolução, Carlos foi trabalhar como empregado de mesa para o Hotel Tivoli, na Avenida da Liberdade. Preparou pequenos-almoços para Sá Carneiro, serviu Fidel Castro e Jorge Amado. Sempre vestido a rigor, com o mesmo fato que usa agora. “O 25 de Abril foi feito na rua e é na rua que tem de ser comemorado. Na altura, arriscámos tudo. Não era agora que ia deixar de sair. O vírus não me mete medo. Não me importo de morrer.”

JOANA PEREIRA BASTOS
jbastos@expresso.imprensa.pt

Gente



Laços de família Causou furor nas redes sociais a resposta violenta que Pedro Nuno Santos, ministro com a tutela da TAP, deu ao deputado João Gonçalves Pereira. Uma autêntica descasca ao CDS, aos acionistas privados e à administração da companhia aérea, que o ministro fez questão de partilhar com grande orgulho. Pormenor: Gonçalves Pereira é genro de Diogo Lacerda Machado... administrador não executivo da TAP e melhor amigo de António Costa. E diz-se por aí que Pedro Nuno Santos não morre de amores por Lacerda Machado. Mas Gente não alimenta rumores.

A TAP é da cooperativa Ainda Pedro Nuno Santos. No dito frente a frente parlamentar com João Gonçalves Pereira, o ministro das Infraestruturas gritou aos sete ventos: “Se é o povo português que paga, é bom que seja o povo a mandar. A música agora é outra na TAP.” Gente já imagina as primeiras diretivas quando o Estado assumir o controlo da companhia aérea: a ‘Bella Ciao’ será o toque de telemóvel obrigatório e todas as manhãs de trabalho começarão com ‘grandoladas’. Até lhes tremem as pernas!

Zoom-out O fim do estado de emergência traz muito boas notícias. O desconfinamento gradual é uma delas. Pode ser que o ar da rua termine com a enxurrada de conferências virtuais, *talks* e debates políticos via Zoom. Estar em casa não é fácil para ninguém, mas nunca a classe política produziu tanto pensamento em tão curto espaço de tempo. Um computador com acesso à internet e uma *webcam* não faz a palestra; é preciso ter alguma coisa relevante a dizer. Moderem-se, senhores: há vida além da covid.

O bronze Se o corte de cabelo de Frederico Varandas impressionou os repórteres presentes em São Bento para cobrir a inédita cimeira de António Costa com os presidentes dos três grandes do futebol (mais federação), isso ficou muito aquém do furor gerado pelo extraordinário bronze de Luís Filipe Vieira. Gente tem um palpite: não há confinamento melhor do que o isolamento social numa casa com piscina...

Macho alemão Entrará para os anais da política portuguesa a forma como Rui Rio sugeriu no programa “Isto É Gozar com Quem Trabalha” que António Costa era incapaz de “levantar o esplendor”. Maroto, maroto.

Na reserva Apesar de se ter alistado como voluntário das Forças Armadas, não consta que Francisco Rodrigues dos Santos tenha sido chamado a ajudar no combate à crise. Não se faz :(

RECORDE

83

É O NÚMERO DE ENTREVISTAS QUE OS MINISTROS DERAM DESDE O INÍCIO DA CRISE. ASSIM JÁ SE JUSTIFICA A DIMENSÃO DO GOVERNO SOCIALISTA

AS APPS QUE NOS PODEM PROTEGER

Interoperabilidade é o palavrão em falta no consenso europeu para uma app conjunta. Google e Apple já deram soluções

“Esteve exposto ao novo coronavírus. Contacte as autoridades de saúde.” Em poucas semanas, milhões de pessoas poderão ser avisadas no *smartphone*, através de uma notificação, de que estiveram com alguém infetado nos últimos 14 dias, e que devem fazer o teste à covid-19. A solução parece distópica, mas está a ser preparada por um conjunto de instituições de saúde, académicos, ONG e programadores — em que se incluem portugueses —, em

colaboração com a Apple e a Google, devendo estar disponível ainda este mês.

Não se trata de uma *app* autónoma, mas de soluções diferentes, de país para país, ajustadas a uma API (Application Programming Interface, ou seja, uma interface que permite ligar diferentes aplicações e sistemas com linguagens de programação distintas) a disponibilizar apenas às autoridades de saúde. Estas terão depois *apps* próprias para descarregar na AppStore e Google Play. E essa pode ser uma mais-valia, já que falta consenso na Europa para a criação de uma solução.

Ajudar as autoridades de saúde a combater a pandemia,

protegendo a privacidade e segurança dos utilizadores, é o objetivo da parceria entre a Google e a Apple, garantem ambas as empresas. Na quarta-feira foi disponibilizada a primeira versão da API de notificação de exposição a programadores selecionados e associados a autoridades de saúde pública, onde se incluem portugueses. Ao Expresso, os responsáveis das duas empresas explicam que o acesso à amostra de pré-lançamento permite aos programadores antecipar a fase de testes e melhorar funcionalidades.

Conhecida como intransigente em matéria de proteção de dados, a UE está a tentar garantir que aplicações dife-

rentes de país para país consigam interagir sem erros. A solução adotada pelo Governo português terá de comunicar, por exemplo, com a francesa, para cidadãos que viajam entre Estados. A isto se chama interoperabilidade, mais difícil quanto mais díspares forem as soluções adotadas.

Cadeia ou contágio direto?

Até há uma semana, a Alemanha, a França e Inglaterra eram os três países a distanciar-se dos demais na UE, depois de a Noruega ter desistido da corrida por querer uma solução baseada na geolocalização, parecida com a adotada na Ásia mas contestada pelos vizinhos europeus. Os três mantinham a ideia de desenvolver uma aplicação centralizada, em que os dados dos utilizadores reco-

lhidos pelos telemóveis (ainda que completamente anónimos) desaguam num servidor único, com acesso integral à informação. Essa base de dados era depois disponibilizada às autoridades de saúde. Não seria possível reconhecer ninguém, mas poderia perceber-se, por exemplo, se os contactos de transmissão foram diretos ou se aconteceram em cadeia.

Depois de alguma contendação, a Alemanha, país promotor da “centralidade” desta solução, mudou e optou pela lógica da maioria dos europeus, onde se inclui Portugal.

Na solução descentralizada, a informação — em forma de códigos aleatórios enviados e recebidos pelos dispositivos através de *bluetooth* — nunca sai dos telemóveis dos utilizadores. “A DGS não sabe o que se anda a passar porque ape-

nas consegue aceder a uma lista com códigos aleatórios das pessoas infetadas, sem as conseguir reconhecer”, explica ao Expresso Rui Oliveira, à frente da aplicação portuguesa *monitorCovid19.pt*, desenvolvida pelo Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC TEC).

Acompanhada desde há um mês pelo Governo português, a equipa nacional tem estado em estreito contacto com as equipas estrangeiras. Nos últimos dias, foi também estreitada uma cooperação com outras empresas portuguesas, entre as quais a *startup* HypeLabs, detentora de uma aplicação idêntica, disponibilizada gratuitamente e já adquirida pela Colômbia.

JOANA ASCENSÃO
e JOÃO MIGUEL SALVADOR
jasencasao@expresso.imprensa.pt

EPIDEMIOLOGIA

Contágio deixa especialistas em alerta

Número de internamentos e doentes em cuidados intensivos em queda. Rastrear contactos deve ser aposta

Texto RAQUEL ALBUQUERQUE
Infografias SOFIA MIGUEL ROSA

O indicador que mais atenção mereceu nos dois últimos meses é o que agora deixa os especialistas mais inquietos. O número médio de pessoas que alguém infetado contagia num determinado período de tempo (Rt) subiu e está perto de 1, ou seja, um caso positivo dá origem a outro, e isso é suficiente para que o número de infetados continue a aumentar. Só que os peritos mudaram o foco para outros indicadores, como a descida dos internamentos e do número de doentes em cuidados intensivos, para concluir que há margem para entreabrir as portas e dar resposta ao aumento de casos que será inevitável nas próximas semanas.

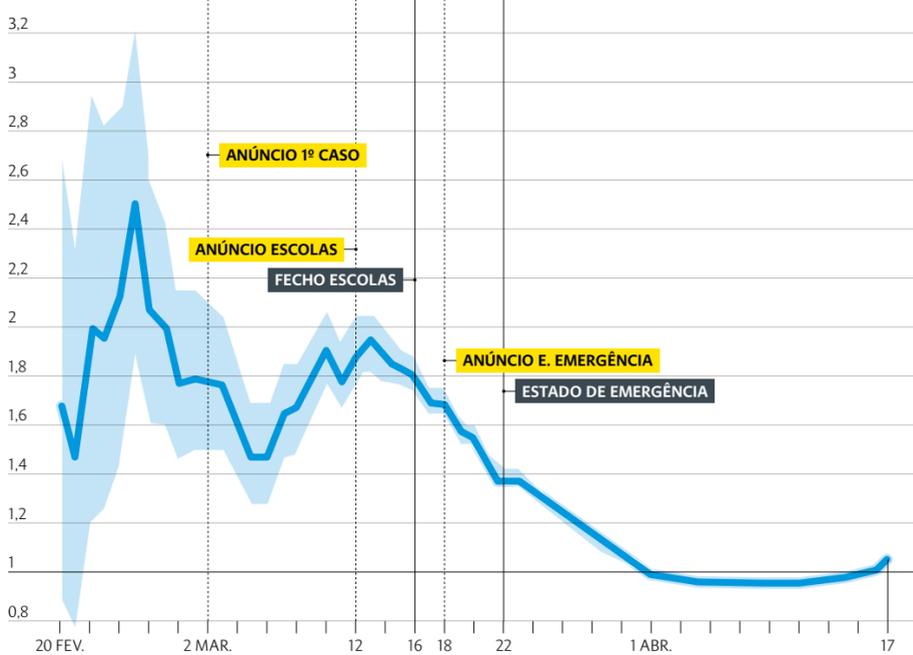
“Cada um destes indicadores representa uma peça do *puzzle*. É preciso olhar para a dinâmica da transmissão do vírus e para o stress que está a ser colocado no sistema de saúde para perceber a realidade”, defende André Peralta-Santos, investigador e membro da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública. “Os internamentos e os cuidados intensivos dão alguma esperança de termos recuperado margem de manobra, mas não fico descansado com um Rt próximo de 1 perante o retomar de atividade e com uma grande parte da população suscetível ao vírus.”

O receio é comum a outros especialistas. “São valores que não me tranquilizam. Mas tudo depende do impacto das medidas que vão ser postas em prática e que são relativamente leves. Não é um regresso à escola ou o fim do teletrabalho. Servirão para dar uma ideia do seu efeito”, defende Carla Nunes, diretora da Escola Nacional de Saúde Pública.

Os dados divulgados diariamente pela Direção-Geral da Saúde (DGS) mostram que o número de hospitalizações e de internamentos em cuidados intensivos foi, esta semana, o mais baixo desde o início do mês. E tanto o aumento dos óbitos como dos novos casos tem vindo a descer. São esses os indicadores que António Diniz, pneumologista e membro do gabinete de crise da Ordem dos Médicos, destaca como positivos. “É verdade que é possível

EVOLUÇÃO DO RT DA COVID-19 EM PORTUGAL

Número médio de novos contágios por cada caso confirmado num determinado período de tempo (Rt)



PESSOAS EM VIGILÂNCIA ATIVA

Em milhares



FONTES: INSA E DGS

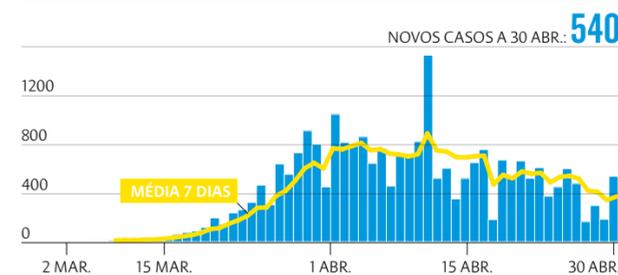
COVID-19 EM PORTUGAL

Números acumulados a 30 de abril

TOTAL CONFIRMADOS
25.045
RECUPERADOS
1519 (6%)
ÓBITOS
989 (4%)
CASOS ATIVOS
22.537

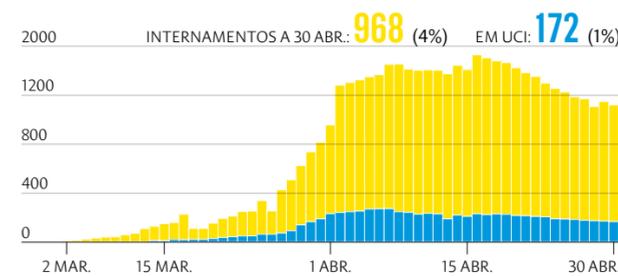
EVOLUÇÃO DOS NOVOS CASOS CONFIRMADOS

Valores diários e média dos sete dias anteriores



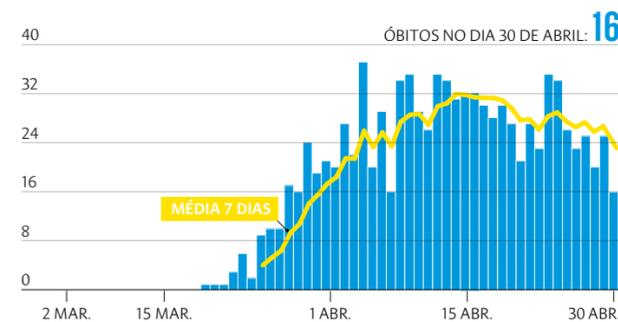
INTERNAMENTOS E CUIDADOS INTENSIVOS

Valores absolutos e % nos casos ativos



MORTES ASSOCIADAS À COVID-19

Valores diários e média dos sete dias anteriores



ter um Rt de 1 sem aumentar os internamentos em cuidados intensivos ou os óbitos se não forem infeções graves. E sabemos que a subida do contágio em Lisboa se deveu a casos em *hostels*, com pessoas jovens. Mas o Rt não deixa de ser preocupante, e tudo isto precisa de ser estudado em detalhe.”

O cálculo do Rt tem sido feito em Portugal pelo Instituto Dr. Ricardo Jorge (INSA), e só esta semana foram divulgados

Hospitalizações e internamentos em cuidados intensivos são agora os mais baixos desde o início do mês

dados — atualizados apenas até 17 de abril. O indicador reflete a transmissão do vírus ocorrida nos dias anteriores e não nesse próprio dia, servindo para medir o impacto da aplicação de medidas de contenção. Em Portugal, o Rt oscilou entre 2,49 no final de fevereiro e 0,94 no início de abril, tendo subido ligeiramente desde então e rondando agora 1,04. As maiores quebras ocorreram com o fecho das escolas e com o início do estado de emergência.

Na Alemanha, onde o Rt subiu esta semana para 1, a chanceler Angela Merkel foi muito clara a balizar os limites até onde o contágio pode aumentar após o levantamento das medidas: com 1,1, a capacidade de resposta do sistema de saúde alemão é

ultrapassada em outubro, com 1,2 o limite chega em julho e com 1,3 é já em junho. Em Portugal, os especialistas em epidemiologia e saúde pública dizem ser difícil apontar um “número mágico” deste indicador como alerta para a necessidade de recuo. O único valor indicado esta semana como travão, enquanto limite da capacidade do SNS, são os 4 mil internamentos de doentes com covid.

“O pior cenário era voltar ao Rt inicial, mas acho que isso não vai acontecer, porque o comportamento social não é o mesmo”, aponta André Peralta-Santos. “Depois da alteração das medidas, vamos precisar de cerca de uma semana e meia para ver a subida do Rt e duas semanas e meia para ter au-

mento nos internamentos. O perigo de uma saída demasiado rápida é a dinâmica da epidemia crescer tanto que cause stress no SNS e nos obrigue a recuar. Mas temos de assumir que ter de dar um passo atrás é uma possibilidade”, adianta o médico de saúde pública.

Rastrear contactos

A prioridade, dizem os especialistas, é monitorizar em detalhe

“Temos de assumir que ter de dar um passo atrás é uma possibilidade”, diz André Peralta-Santos

o que se vai passar a partir da próxima segunda-feira, e uma das formas de o fazer, mesmo que para já de forma manual e não digital, é rastrear os contactos que alguém infetado teve. “É fundamental. A Alemanha está a recrutar cinco pessoas para rastrear contactos por cada 20 mil habitantes. Com o desconfinamento vamos ter aumento de contactos, e é preciso um esforço adicional para rastrear as pessoas e colocá-las em isolamento profilático”, defende Peralta-Santos. Segundo um estudo publicado esta semana pela London School of Hygiene & Tropical Medicine (LSHTM), combinar isolamento e rastreio de contactos diminuiu em 61% a transmissão do vírus.

ralbuquerque@expresso.imprensa.pt



Atividade programada começa segunda-feira a ser reiniciada, sobretudo nos maiores hospitais
FOTO TIAGO MIRANDA

Hospitais defendem redução da resposta à covid-19

Equipas e camas desviadas para a infeção fazem falta para tratar os outros doentes

VERA LÚCIA ARREIGOSO

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) volta a prestar cuidados a todos os portugueses, mas pouco será como antes. Os administradores hospitalares avisam que para retomar consultas, exames, tratamentos, cirurgias e a demais assistência são precisos profissionais e meios que antes tinham, mas que foram alocados ao combate à pandemia. Na prática, o SNS terá de funcionar a duas velocidades para que o que sobra na covid-19 não falte à restante população.

“Já apelei para a necessidade de um plano nacional para um SNS dual. Temos de ter uma rede preparada e flexível para picos de infeção — que vamos ter de certeza — e uma rede de cuidados gerais, que só existirá depois de estar definido o plano covid”, afirma Alexandre Lourenço, presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares. E dá exemplos: “Não faz sentido um hospital ter internamento covid-19 quando tem três doentes ou ter camas de intensivos que comprometem toda a atividade. Os doentes devem ser transferidos para os hospitais centrais, com mais meios e experiência.”

Esta semana, o secretário de Estado da Saúde, António Sales, fez saber que o SNS só entrará em rutura se for necessário hospitalizar quatro mil doentes covid-19 e que a medicina intensiva mantém camas livres: neste momento tem apenas 54% de ocupação. O dado alarmou os médicos. “O SNS teve sempre falta de camas de intensivos e dizem-me que continuam a faltar para doentes gravíssimos, quando há camas vazias para a covid”, critica o bastonário da Ordem dos Médicos (OM), Miguel Guimarães. “Para operar um doente grave é preciso ter vaga nos intensivos ou não é operado. Se vamos reativar as cirurgias, vamos precisar de camas vagas e de recursos que estão alocados à covid.”

O bastonário avisa que “é preciso passar da gestão covid para a gestão global” e deixa um recado ao Governo: “Os grandes ventiladores do SNS são os profissionais. Com o atual capital humano não vamos conseguir dar

resposta à pandemia, aos restantes doentes e ainda recuperar quase dois meses de atraso.” O mesmo alerta é feito por quem tem de gerir as unidades. “Não podemos acreditar que, sem contratar mais pessoas, o SNS volte a ter o mesmo ritmo de atividade e recuperar tudo o que ficou em espera — entre 15 de março e 15 de abril tivemos uma redução de 75% na atividade cirúrgica. Três em cada quatro cirurgias não se realizaram, ficaram por fazer muito mais de 20 mil”, afirma Alexandre Lourenço.

Os administradores hospitalares insistem que “o planeamento de recursos é obrigatório e pode ser feito em poucos dias”. Tem de existir um plano para todo o SNS. “Não se pode cair no desleixo de deixar que seja feito por cada hospital. Temos o exemplo recente dos stocks de equipamentos de proteção individual ou de autarquias a comprar ventiladores para hospitais de Misericórdias, sem capacidade para ventilar doentes. Correu mal precisamente pela falta de centralização”, explica Alexandre Lourenço. “Se o planeamento não for feito entramos em colapso. Basta imaginar como serão as Urgências quando tivermos a covid e a gripe. Corremos o risco de não termos camas para os doentes não infetados.”

Ao gabinete da ministra da Saúde, Marta Temido, têm chegado contributos de vários grupos profissionais sobre o que consideram ser essencial para a reabertura dos centros de saúde e hospitais a toda a atividade assistencial (ver caixa). No geral, têm em comum a proteção contra a infeção, a redistribuição de recursos, o reforço de profissionais e a antevisão de que o SNS não voltará a ser como era.

60% de teleconsultas

No capítulo da proteção, é referida a manutenção dos circuitos covid-19, testes em todos os serviços de Urgência, despiste prévio da infeção na prestação de vários cuidados ou análises de rotina aos profissionais. A assistência deverá ser feita sem grandes concentrações e com a menor permanência, escalonando os atos e aumentando as teleconsultas, 60% devem ser à distância”, diz o administrador. A OM está já a analisar quais são os procedimentos que podem ser prestados com segurança sem presença física.

É no reforço de profissionais e na estratégia para recuperar a paralisação da atividade programada que as propostas são mais reivindicativas. “É necessária a reconversão dos contratos de quatro meses dos enfermeiros contratados no âmbito covid e contratar mais. Não podemos esquecer que os centros de saúde perderam enfermeiros, mobilizados para os hospitais”, salienta Ana Rita Cavaco, bastonária da Ordem dos Enfermeiros.

O mesmo apelo para reforço de equipas é feito por Miguel Guimarães, que avança também um plano para responder a quem ficou à espera. “Será preciso criar um mecanismo fora do horário de trabalho e o ministério terá de garantir medidas compensadoras.” E compensação é o próximo passo que o Governo deve dar a quem está nas áreas de saúde. “Os administradores hospitalares afirmam que as equipas dedicadas à infeção devem ser mantidas, as necessárias, e recompensadas pelo esforço adicional. “Estes profissionais têm de ter mais descanso, equipas para os revezar, mais dias de férias e uma remuneração mais elevada”, propõe Alexandre Lourenço.

PROTEÇÃO EXTRA

- Criar uma reserva estratégica de equipamentos de proteção individual para a covid-19
- Impor o uso de máscara para utentes e profissionais em todas as unidades de saúde, com stocks adequados para distribuição
- Testar todos os doentes no internamento, à semelhança do que já é feito em cirurgia, e profissionais de saúde com muita regularidade
- Marcar consultas, exames, sessões de hospital de dia e outros atos clínicos com intervalos e limitar os acompanhantes, para evitar a concentração de utentes
- Reforçar a tele saúde e a prescrição eletrónica de medicamentos
- Manter os circuitos exclusivos à covid-19 nos centros de saúde e hospitais e testes nas urgências

Marta Temido tem-se reunido com os responsáveis das unidades do SNS e mantém a ideia de delegar o planeamento ao invés do que defendem os administradores hospitalares. Nos últimos dias, a ministra tem reconhecido que “a recuperação da atividade suspensa vai ser muito penosa”. É convicção da governante que “o processo tem de ser aferido em função do contexto específico”, pois “o país tem riscos distintos”. Segundo o Governo, as unidades da Beira Baixa e do Norte Alentejano “têm maior facilidade numa retoma precoce da atividade”.

No caso dos maiores hospitais, como São João, Coimbra ou Santa Maria, a assistência já está a ser ‘reativada’.

A ministra promete todo o empenho na resposta do SNS, mas avisa que o esforço não vai evitar sequelas. “É evidente que não podemos sair de uma situação como a que estamos a viver sem marcas e cicatrizes.”

varreigoso@expresso.imprensa.pt

LIMITE

4000

camas para infetados é a capacidade máxima do SNS, acima da qual entrará em rutura

54%

é a taxa atual de ocupação nos cuidados intensivos, dando margem para mais doentes graves

P&R

Quando teremos de começar a usar máscara?

Depende das circunstâncias individuais. É recomendado envregar uma máscara quando há gente à volta, sobretudo em espaços fechados. Assim, quem, por uma razão ou outra, vai deixar de estar confinado para passar a estar em contacto com outras pessoas deve ponderar o seu uso.

Mas o uso é obrigatório?

O uso de máscara passou a ser obrigatório a 22 de abril na Região Autónoma da Madeira por todos os profissionais que tenham contacto com o público. Apenas aí.

E no resto do país?

Se sempre houver aulas presenciais a partir de maio para alunos dos 11^o e 12^o anos — o que significa mais de 100 mil estudantes em todo o país —, o uso de máscara vai ser obrigatório. Isso é assumido no site oficial da covid lançado pelo Governo. Nos transportes públicos, o uso também passará a ser obrigatório, de acordo com o que revelou o primeiro-ministro, António Costa, na entrevista que deu ao Expresso há duas semanas.

O que diz a DGS?

Não fala em obrigatoriedade. Desde o início da crise da covid em Portugal, em março, a Direção-Geral da Saúde (DGS) emitiu recomendações muito claras sobre a necessidade do uso de máscaras cirúrgicas por “todos os profissionais de saúde, pessoas com sintomas respiratórios e pessoas que entrem e circulem em instituições de saúde” — e também por profissionais que tenham contacto com o público e pessoas definidas como mais vulneráveis, sempre que saiam de casa: “idosos (mais de 65 anos de idade) com doenças crónicas e estados de imunossupressão”. No caso do resto da população, a DGS diz que, por uma questão de “altruísmo” e seguindo o “princípio da precaução”, devem ser utilizadas máscaras sociais.

Como sabemos que uma máscara é boa?

A única forma é verificar se é certificada. Além das certificações europeias para máscaras médicas (FFP2, FFP3 e cirúrgicas), em Portugal passou a haver para as máscaras sociais uma certificação emitida pelo CITEVE, um centro tecnológico, sem fins lucrativos, de inovação e desenvolvimento da indústria têxtil, sendo que essa certificação segue as orientações técnicas emitidas a 13 de abril pelo Infarmed.

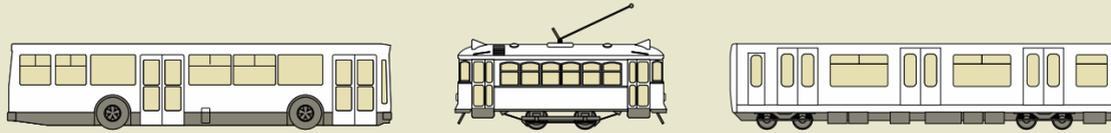
Quais são as melhores?

Há duas opções básicas de máscaras sociais (que não garantem a proteção do utilizador, mas sim das pessoas à volta) certificadas pelo CITEVE. As de nível 2 filtram, pelo menos, 90% das partículas e podem servir para profissionais que tenham um contacto frequente com o público. As de nível 3, mais fracas, filtram, pelo menos, 70% e servem para quem trabalhe num escritório ou tenha de sair para tratar de compras ou outros assuntos

MICAEL PEREIRA

mrpereira@expresso.imprensa.pt

LOTAÇÃO DOS AUTOCARROS A UM TERÇO SÓ PERMITE UM METRO DE DISTÂNCIA ENTRE PASSAGEIROS



Distanciamento é metade do recomendado e uso de máscara deve ser garantido. Especialistas defendem incentivo a trabalho rotativo ou teletrabalho para evitar aumento de trânsito e sugerem passe diário ou semanal. Berlim, Milão e Paris estão a incentivar uso de bicicleta, criando ciclovias temporárias

Um autocarro comum tem 85 lugares e com a lotação limitada a um terço transporta apenas 28 passageiros, o que permite um distanciamento social de 1,10 metros. Se a ocupação máxima for metade da sua capacidade, então a distância entre duas pessoas reduz-se para 90 centímetros. Em ambos os casos, é cerca de metade do que é recomendado como distância de segurança entre pessoas num mesmo espaço. Só que para cumprir esse espaçamento de dois metros cada autocarro teria de andar quase vazio, com apenas oito passageiros.

“É preciso que a utilização de máscaras seja obrigatória, para complementar o distanciamento possível nos transportes”, defende Filipe Moura, especialista em mobilidade, professor no Instituto Superior Técnico (IST) e autor dos cálculos do distanciamento possível para diferentes níveis de ocupação de um autocarro da Carris. Com 80% da sua lotação (68 pessoas), o espaço entre passageiros ronda os 70 centímetros. Se o autocarro for cheio, com os 50 lugares sentados e 35 em pé todos ocupados, o distanciamento entre as pessoas não vai além dos 60 centímetros.

O uso obrigatório de máscara nos transportes públicos

a partir da próxima semana foi assegurado pelo primeiro-ministro em entrevista ao Expresso há duas semanas e vai ao encontro do apelo feito por especialistas em saúde pública e pelas empresas de transporte rodoviário de passageiros.

Para permitir dois metros de distância social, os autocarros teriam de andar com oito passageiros, ou seja, 10% da lotação

Além do uso obrigatório de máscara, Filipe Moura sugere ampliar o espaço dos transportes, retirando assentos nos autocarros e no metro, tal como aconteceu nos comboios que

fazem a travessia da Ponte 25 de Abril como resposta à maior procura de passageiros depois da entrada em vigor dos novos passes, em abril de 2019. “Para dar resposta à necessidade de distanciamento e ao possível aumento da procura nas próximas semanas poderão ser feitas marcas no chão dos veículos para delimitar a área de segurança individual, aumentar a frequência dos autocarros ou evitar que as pessoas procurem os transportes todas ao mesmo tempo, desdobrando horários ou através da promoção intensiva do teletrabalho”, aponta o especialista. Criar mais faixas *bus* na cidade, para garantir uma circulação mais rápida e frequente de autocarros, de forma a dar resposta à redução da lotação de cada veículo, é outra possibilidade.

O receio da falta de distanciamento social ou da incapacidade de os transportes darem resposta à procura pode levar muitas pessoas a recorrerem ao carro, alerta Filipe Moura. “Acredito que só mesmo os que não tenham alternativa andem de transportes públicos. E isso pode gerar um *boom* de tráfego na cidade à medida que as medidas de restrição forem aliviadas”, defende o investigador. Contudo, José Manuel Viegas, professor catedrático do IST e antigo secretário-geral do Fórum Internacional dos Transportes, lembra que o problema do distanciamento não se coloca a todas as horas do dia. “Há um número significativo de viagens fora das horas de ponta e acredito que essas pessoas continuem a usar os transportes públicos.”

Uma forma de incentivar o uso dos transportes é passar a permitir que o passe possa ser comprado por um período de dias à escolha ou por uma semana. Uma vez que o teletrabalho deverá continuar a ser uma prática nos próximos

“Acredito que só irá andar de transportes públicos quem não tenha alternativa”, diz Filipe Moura, professor do Técnico

tempos, deixa de fazer sentido obrigar a comprar passe para um mês. “Propus essa solução em 2005 e ainda faz mais sentido agora, com o trabalho por turnos semanais, porque

as pessoas não vão precisar de passe para todos os dias”, explica o professor catedrático do IST. “Em Lisboa, o sistema tecnológico até já o permite.”

Ciclovias pop-up

Perante o mesmo problema, cidades como Berlim, Milão e Paris estão a aproveitar para incentivar o uso de bicicleta, introduzindo pistas cicláveis, em alguns casos num modelo *pop-up*, montadas de um dia para o outro em espaços agora livres de automóveis. Paris admite que a redução da lotação dos transportes obrigue quatro milhões de pessoas a procurarem alternativas para se deslocarem.

“A bicicleta é o modo de transporte mais compatível com o distanciamento social. A Área Metropolitana de Lisboa poderia introduzir um programa massivo de aquisição de bicicletas elétricas partilháveis e pistas cicláveis. Se for feito rapidamente, permitiria trazer algumas pessoas para este modo de transporte em alguns meses e esse espaço teria sido subtraído ao automóvel. Outras cidades europeias estão a aproveitar a oportunidade”, alerta José Manuel Viegas.

RAQUEL ALBUQUERQUE
ralbuquerque@expresso.imprensa.pt

CASAMENTOS

Casamentos diminuíram 92% em abril

Queda começou em março. Época alta será no fim do ano. Novas bodas terão menos convidados

JOANA ASCENSÃO

Desde o momento do pedido, ficou escolhida a data — 20 de março, início da primavera. Era um enlace intimista e temático, com foco na cultura japonesa, com a qual Cíntia Macedo e Celso Gonçalves já mantinham uma relação antes de se conhecerem. Na quarta-feira em que o país viu ser decretado o primeiro estado de emergência, os noivos faziam contas à vida. Iam casar dois dias depois, na 1ª Conservatória do Porto, já depois da hora de expediente.

“Não saber é pior do que saber que não”, assegura a noiva. A festa já tinha sido cancelada quatro dias antes. Faltava saber se a Conservatória os obrigaria a entrar na estatística que espelha um decréscimo de 22% de registos de casamentos em março, quando comparado com a média dos meses homólogos nos cinco anos anteriores. Mas não. “Disseram que nos casariam na mesma e até conseguimos antecipar a cerimónia”, revela a noiva. Trocaram alianças a meio da tarde, no segundo dia do estado de emergência, num hiato da quarantena em que viviam há uma semana. Com fatos das personagens japonesas favoritas e na presença de uma só testemunha, “para tirar fotografias”, foi como um passeio higiénico, “coisa de uma hora, se tanto”, em que se divorciaram para sempre do título de solteiros.

Dar o nó em tempos de pandemia significa reduzir a comemoração a um assinar de folhas no civil. As igrejas e as quintas de casamentos estão fechadas desde meados de março, e todos os serviços relacionados seguiram o mesmo caminho. Foi o que aconteceu com o negócio de *catering* de Martinha Novera, cujos afazeres nas últimas semanas se resumem a atender telefonemas de noivos



Cíntia e Celso casaram-se a 20 de março, no registo, dois dias depois do início do estado de emergência. A festa foi adiada *sine die*
FOTO RUI DUARTE SILVA

em apuros, reagendar datas e esperar dias melhores. Em março chegou a organizar dois casamentos, no mês seguinte nem um. Aliás, de acordo com os dados enviados ao Expresso pelo Instituto dos Registos e do Notariado, em abril o número de casamentos caiu 92%: de uma média de 1320 registados nos meses de abril dos últimos cinco anos celebraram-se apenas 102 em 2020.

Sobrelotação entre outubro e dezembro. Boom em 2021

Martinha tinha mais de 50 casamentos agendados para a época alta. “Maio e junho foi todo ao ar, e em julho resta-me, para já, apenas um casamento”, suspira, ainda sem conseguir conjecturar prejuízos.

A maioria das celebrações está a ser adiada, o que leva

Jorge Ferreira, responsável pela maior feira de noivos do país, a BragaNoivos, a atestar já uma sobrelotação destes eventos no último trimestre do ano. Em 2021, “vamos ter mais casamentos em março, abril e maio, porque não haverá outra solução”, profetiza. E na matemática enredada de os tentar fixar em fins de semana disponíveis espera-se para o próximo ano “um pequeno *boom*” das festas, acompanhando da diluição no tempo de uma indústria sazonal.

Apesar de composta por microempresas — quintas, fotógrafos, decoração, convites, *catering*, vestidos de noiva, animação, música —, a indústria dos casamentos acarreta um peso na economia de €800 milhões. Na malha fina de “atores económicos” poderá estar o maior perigo da interrupção a

que o vírus obrigou. É que, muito embora se prevejam lucros mais avultados no próximo ano, que compensarão os prejuízos do atual, consciencializa Jorge Ferreira, “muitos dos pequenos negócios, às vezes de uma só pessoa, poderão não aguentar o *gap* de tempo sem receitas”, assim como os trabalhadores, muitos a recibos verdes.

Sem nova data para a boda, mesmo singela como a imaginaram, “apenas um jantar com poucas pessoas”, Cíntia

“Mesmo que se levantem algumas restrições, como será com os grupos de risco? Quem se casa convide os pais e os avós”

e Celso atiram a possibilidade para o próximo ano, a 20 de março, o eclodir da primavera. “Contudo, nessa altura poderá ainda não haver estabilidade na vida das famílias para se fazer a festa”, acautelam, “até porque alguns dos convidados integram grupos de risco.”

Este é para Jorge o aspeto mais preponderante que lhe aguçava a dúvida sobre uma rápida recuperação do negócio. “Mesmo que se levantem algumas restrições à junção de pessoas, quando retirado o estado de emergência, como será com os grupos de risco?”, pergunta-se, enxergando logo depois a resposta. “Quem quer casar-se convide os pais e os avós.”

As regras não estão ainda definidas para este sector, mas tanto o *wedding planner* como Martinha antecipam, desde logo, limites ao número de con-

NÚMEROS

102

casamentos foram celebrados em abril. No mesmo mês do ano passado realizaram-se 1423

800

milhões de euros é quanto fatura a indústria de casamentos, composta sobretudo por microempresas — quintas, fotógrafos, decoração, vestidos, animação e música. Muitas poderão não sobreviver a esta crise

vidados. “Numa quinta com capacidade para 300 pessoas, se houver apenas 100 diminui-se a hipótese de contágio”, descreve a diretora da Casa Gil Catering, que está a pensar adquirir um aparelho para medir a febre aos convidados. “Uma mesa que levava dez pessoas se calhar passará a levar só seis”, soma Jorge.

Custa-lhes imaginar, contudo, uma adesão às máscaras nas cerimónias. “Nem quero falar nisso”, declara Jorge. “Não imagino”, atira Martinha. “As pessoas vão ali para comer e conversar.” De alianças no dedo, Celso e Cíntia, marido e mulher, não planeiam receber convidados de máscara, não concebem “que as pessoas tenham medo de se abraçar, de se beijar”. Adiam por isso a festa, talvez só “numas bodas quaisquer”.

jascensao@expresso.imprensa.pt

PREPARAR O FUTURO

Uma iniciativa

Expresso

 **Santander**

Como podemos preparar o futuro?

Com Portugal a atravessar um momento de grandes desafios, o que precisamos de mudar na saúde e na educação?

Com o futuro no horizonte, como podemos preparar a nossa reforma mantendo a qualidade de vida?

Ao longo dos próximos meses, o Expresso e o Santander vão procurar respostas para o nosso futuro.

Acompanhe o projeto no Expresso.



Saúde 5 de maio . 11h30

António Sales
Secretário de Estado da Saúde

Adalberto Campos Fernandes
Professor, Escola Nacional Saúde Pública

Carlos Firme
Economista

Pedro Mello e Castro
Responsável da Oferta de Produtos de Investimento do Banco Santander

Pedro Pita Barros
Professor, Nova School of Business and Economics

SAIBA MAIS EM:

facebook.com/santanderpt/
linkedin.com/company/santanderpt/
twitter.com/santanderpt/

Assista ao debate em direto em
facebook.com/jornalexpresso/ e
facebook.com/santanderpt/

COVID-19 E DEPOIS?



“ Ir ao barbeiro. Ao centro de enfermagem. Marcar consulta de otorrino. Chamar um jeitoso que me arranje as torneiras e maçanetas que se andam a avariar (todas!). Ah! E aprender a fumar com máscara.” Jorge Silva Melo Encenador

“ Nada. Quando regressarmos a uma ‘espécie de normalidade’, não farei nada do que gostava de fazer. Continuarei a não poder chegar perto daqueles que amo e com quem não coabito, a não poder trazê-los para minha casa, a não poder sair à rua sem sentir que corro riscos, sem sentir que ao usar o espaço público estou a roubá-lo aos outros cidadãos. Continuarei a ter os mesmos cuidados que até aqui e redobrá-los-ei.”

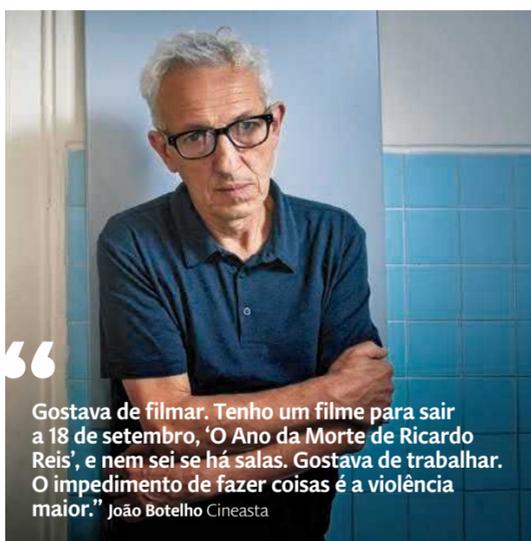
Dulce Maria Cardoso Escritora



“ Só gostava de voltar à liberdade e abraçar os amigos. Tem sido uma época de isolamento. Mas, por isso, são essas as coisas que mais gostava de fazer.” Rui Chafes



“ Não quero pensar demais. Quero intuir o momento a chegar. O amanhã protelado. Não sei se quero já os beijos e os abraços. Quero sorrisos sim, e conversas sem fim. Quero voltar a pensar, a criar cada momento do espetáculo suspenso num outro tempo. Quero não pensar na morte. Não reter mais o desejo de todos os prazeres, desde um jantar a dois à maior das festas. Quero abrir os braços e fechá-los contra o peito de cada umas das mulheres que nasceram de mim. Quero voltar a adormecer envolta nos planos para o dia de amanhã.” Olga Roriz Bailarina e coreógrafa



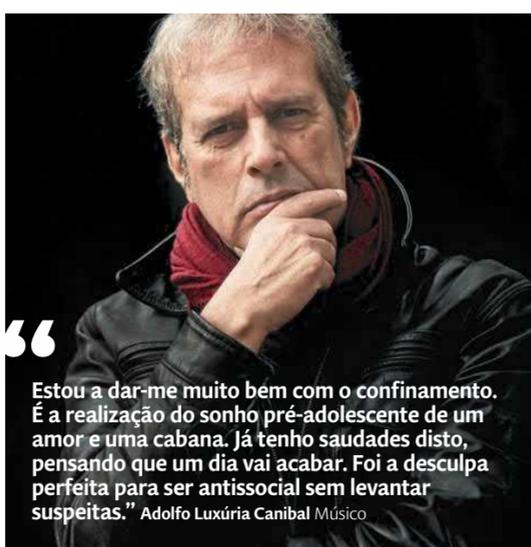
“ Gostava de filmar. Tenho um filme para sair a 18 de setembro, ‘O Ano da Morte de Ricardo Reis’, e nem sei se há salas. Gostava de trabalhar. O impedimento de fazer coisas é a violência maior.” João Botelho Cineasta



“ Gostava de abraçar os amigos e a família. E gostava de voltar a cantar. Tem sido um período difícil nesse aspeto. No entanto, entre o fado e a família, escolho a vida. Gostava de viver acima de tudo.” Aldina Duarte Fadista



“ Deixei este verão muitos planos. A felicidade seria voltar a abraçar mil pessoas. Depois disso, dez dias de férias em Novembro e fazer um para a diáspora.” Ana Gomes



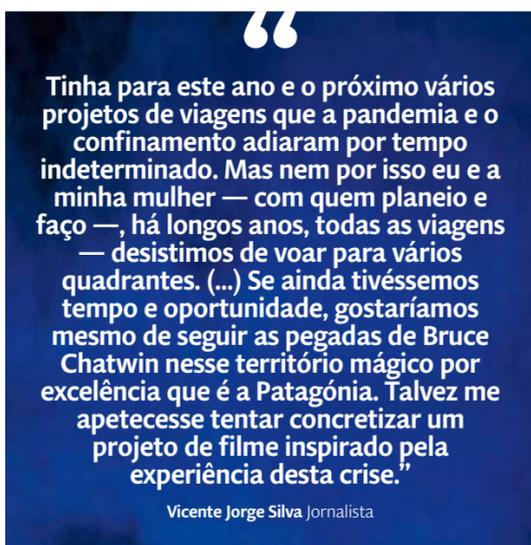
“ Estou a dar-me muito bem com o confinamento. É a realização do sonho pré-adolescente de um amor e uma cabana. Já tenho saudades disto, pensando que um dia vai acabar. Foi a desculpa perfeita para ser antissocial sem levantar suspeitas.” Adolfo Luxúria Canibal Músico



“ A primeira é abraçar os amigos, beijar, afagar, repenir, demoradamente, saudades dos netos e filhos. E abraçar amigos e amigas de outros estados separados. Sair de casa uma volta aos meus pais e ‘os grandes’ preferidos, um longo do mar, por Lisboa, Cabo da Roca. Terceira, escrever em casa, já sem ser obrigado a escrever o livro que estava a escrever.” Ana Gomes



“ Quero correr para o cemitério onde ficou o corpo da minha mãe e cobrir-lhe o chão de flores. Não houve possibilidade de lhe dizer adeus, nem sequer de ver a terra cobrir-lhe o lugar do seu descanso. Só quando essas palavras ficarem ditas, vou poder passear diante do mar, com amigos e amigas, que hei de abraçar e beijar.” Lidia Jorge Escritora



“ Tinha para este ano e o próximo vários projetos de viagens que a pandemia e o confinamento adiaram por tempo indeterminado. Mas nem por isso eu e a minha mulher — com quem planeio e faço —, há longos anos, todas as viagens — desistimos de voar para vários quadrantes. (...) Se ainda tivéssemos tempo e oportunidade, gostaríamos mesmo de seguir as pegadas de Bruce Chatwin nesse território mágico por excelência que é a Patagónia. Talvez me apetecesse tentar concretizar um projeto de filme inspirado pela experiência desta crise.”

Vicente Jorge Silva Jornalista



“ A primeira imagem que me apareceu, em resposta ao que gostaria de fazer assim que ‘passar esta situação’, foi a de andar pela cidade sem propósito claro ou direção predefinida. Vaguear, deixar-me surpreender, treinar a atenção e distração em movimento.”

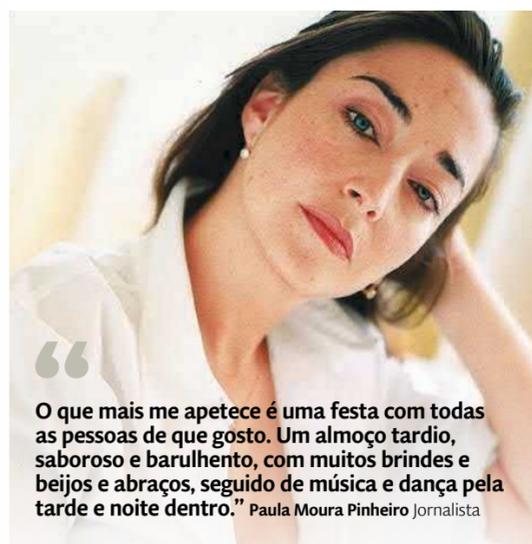
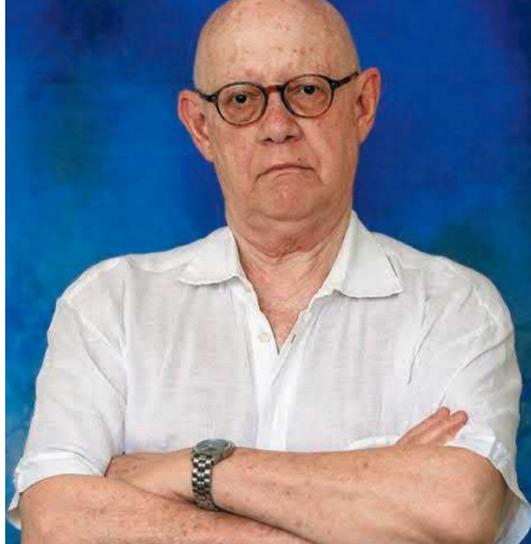
José Pedro Croft Artista plástico



“ A primeira coisa que vou fazer é abraçar familiares e amigos, mais uma vez. E vou trabalhar. Espero que não seja cancelado ou foi adiado.” Paula Moura Pinheiro Jornalista



“ Estar com a família e amigos, ver, ouvir e sentir o mar. Nas janelas das casas há cartazes onde se pode ler ‘Vai ficar tudo bem’... sei o que fazer quando chegar esse dia.” Clara Azevedo Fotógrafa



“ O que mais me apetece é uma festa com todas as pessoas de que gosto. Um almoço tardio, saboroso e barulhento, com muitos brindes e beijos e abraços, seguido de música e dança pela tarde e noite dentro.” Paula Moura Pinheiro Jornalista



QUAL A PRIMEIRA COISA QUE QUER FAZER?

Quando o país e o mundo regressarem a alguma espécie de normalidade, o que mais quer fazer? O que deixou para trás e não quer adiar? Quais os seus desejos e vontades? Estas perguntas estão seguramente na mente de todos. Perguntámos a dezenas de personalidades. **Estas são as respostas** (que podem ser lidas na íntegra na versão digital do jornal)

Depoimentos recolhidos por ANA SOROMENHO, ALEXANDRA CARITA, BERNARDO MENDONÇA, CRISTINA MARGATO e LUCIANA LEIDERFARB

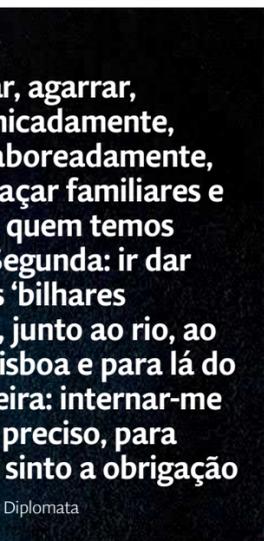


...aia, poder viajar em amigos. A quarentena menos trabalho e, por complicadas que

Fes Escultor



espetáculos pendurados. poder divertir 20 ou 30 seria passar os meus a lorque, ver espetáculos ra.” Herman José Humorista



r, agarrar, nicadamente, boreadamente, açar familiares e quem temos segunda: ir dar ‘bilhares junto ao rio, ao Lisboa e para lá do eira: internar-me preciso, para sinto a obrigação

Diplomata



fazer é criar uma unto, mais tempo com s tempo para mim. fazer tudo o que ficou” Luísa Cruz Atriz



A primavera em Lisboa é para se saborear com os amigos. Tenho pena de que quando nos for possível voltar a ocupar as ruas, já não nos reste um pingo da melhor estação do ano. Quando isso acontecer, vou querer cumprir um dos nossos rituais mais sagrados. Voltar a visitar aquela sala de jantar que desagua na cozinha, um lugar comunitário, quase público, de encontro e conversas animadas, que tem a singela particularidade de ser mais um cómodo da casa do escritor José Eduardo Agualusa. Até isso acontecer. Continuarei em casa, pajeando as minhas insónias com um copo de tinto e o solo de Keith Jarrett gravado na Opera House de Colónia em janeiro de 1975. É verdade, as minhas insónias deliciam-se com jazz e vinho tinto, como um arquiteto de meia idade.” Kalaf Músico

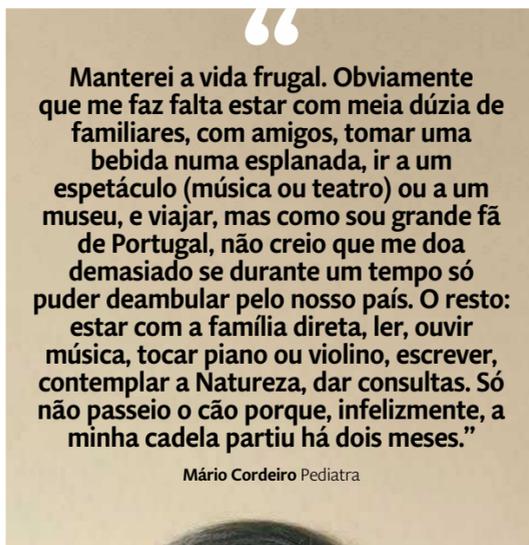


No final de fevereiro, quando a covid-19 já se derramava pelo mundo, caminhei durante três dias com três amigos de adolescência de Porto Covo até Zambujeira do Mar. Foram 74 km de visões sublimes, silêncios e conversas dominadas pelos riscos do futuro. Quando a primeira vaga da covid-19 amainar, tentarei convencê-los a terminarmos o que nos falta da Rota dos Pescadores.”

Viriato Soromenho Marques Professor universitário



Fazem-me falta as rotineiras visitas às livrarias e aos alfarrabistas. Faz-me falta o diálogo com as pessoas. Fazem-me também falta os jantares fora com a família e amigos. Por último — quiçá a maior falta — faz-me falta o mar, pois da minha janela ele não se enxerga.” Carlos Fiolhais Físico



Manterei a vida frugal. Obviamente que me faz falta estar com meia dúzia de familiares, com amigos, tomar uma bebida numa esplanada, ir a um espetáculo (música ou teatro) ou a um museu, e viajar, mas como sou grande fã de Portugal, não creio que me doa demasiado se durante um tempo só puder deambular pelo nosso país. O resto: estar com a família direta, ler, ouvir música, tocar piano ou violino, escrever, contemplar a Natureza, dar consultas. Só não passeio o cão porque, infelizmente, a minha cadela partiu há dois meses.”

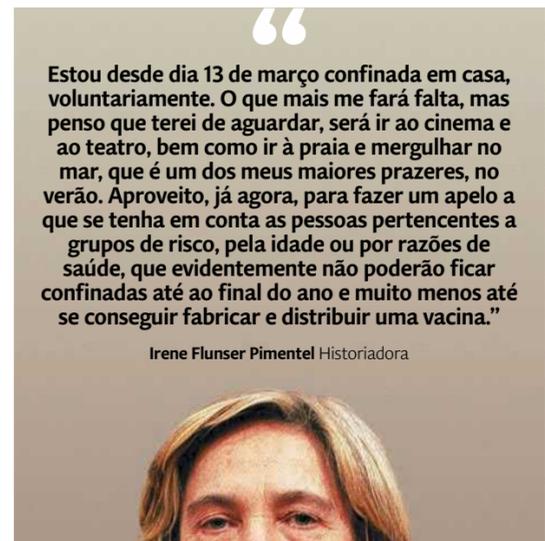
Mário Cordeiro Pediatra



“Dar tempo ao tempo’. Em casa de quarentena, aquele ditado tornou-se soberano, insubmisso. Quando voltarmos a alguma ‘normalidade’, gostaria que nenhum ladrão me roubasse este tesouro amealhado.” Maria Filomena Molder Filósofa



Retomar os jantares semanais com a minha tia Emília, de 86 anos. Levar os meus filhos à escola. E retomar a minha prática de remo, no rio Tejo.” David Marçal Bioquímico



Estou desde dia 13 de março confinada em casa, voluntariamente. O que mais me fará falta, mas penso que terei de aguardar, será ir ao cinema e ao teatro, bem como ir à praia e mergulhar no mar, que é um dos meus maiores prazeres, no verão. Aproveito, já agora, para fazer um apelo a que se tenha em conta as pessoas pertencentes a grupos de risco, pela idade ou por razões de saúde, que evidentemente não poderão ficar confinadas até ao final do ano e muito menos até se conseguir fabricar e distribuir uma vacina.”

Irene Flunser Pimentel Historiadora



Quero voltar aos ensaios, a estar com atores, técnicos, cenógrafos, iluminadores, figurinistas, produtores, vigilantes, toda a gente. Quero jantar com amigos e com família, com abraços, beijos e cantoria pelo meio. Quero beber do copo de outra pessoa. Quero dar mergulhos no mar e tossir porque engoli água.” Tiago Rodrigues Encenador

PSICÓLOGOS: “QUEM NÃO TIVER MÁSCARA PODE SER OLHADO DE LADO”

Psicólogos e psiquiatras não acreditam que os portugueses desatem a marcar festas e jantares de amigos com o progressivo desconfinamento. País estará dividido entre ansiosos e hiperconfiantes

O comportamento dos portugueses nas próximas semanas será olhado com o máximo de atenção por psiquiatras e psicólogos. As perguntas são nesta altura mais do que as respostas assertivas, mas os especialistas acreditam que os portugueses não vão deitar tudo a perder depois de cerca de dois meses de confinamento causado pela pandemia, embora nos últimos dias estejam já a sair de casa com maior frequência. Ainda assim, estes profissionais de saúde anteveem possíveis tensões entre aqueles que vão usar máscara de proteção e os que continuarão de cara destapada. “Os que não usarem proteção individual podem ser olhados de lado por quem usa máscara. Algo que pode provocar conflitos”, antevê Miguel Ricou, professor na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e presidente da Comissão de Ética da Ordem dos Psicólogos.

O psicólogo acredita que irá dar-se uma “bipolarização da sociedade”. De um lado estão os que consideram ainda prematura a abertura de alguns sectores de atividade e de escolas. São as pessoas com uma “relação ansiosa” neste processo, “muito cuidadosas com o uso de máscaras, demonstrando medo e uma grande responsabilidade social”. Muitas ficarão “angustiadadas” se forem chamadas para trabalhar pela entidade patronal. O outro grupo é composto pelos que acham que o confinamento e o distanciamento social “foram um erro” e estão “céticos” com as medidas de proteção adotadas pelo Governo para evitar um maior número de contágios. “Estes não usarão máscaras e vão extremar ainda mais as suas posições, o que pode levar a uma maior dificuldade no relacionamento com as pessoas que têm mais cuidados.”

Miguel Ricou não tem dúvidas de que a próxima semana vai ser o início do fim da “noção de consenso” que existia até ao momento na luta de todos contra um inimigo comum, o novo coronavírus. “Por causa da covid-19 recuperámos a confiança nas forças de segurança, profissionais de saúde e políticos. De início até se dizia que o vírus era democrático. Na verdade, há uns que estão a sofrer mais do que outros. A partir de agora as dificuldades económicas vão começar a sobrepor-se ao consenso. Quem está no desemprego ou em *lay-off*, por exemplo, vai estar menos de acordo com medidas protetoras que atrasem a abertura de serviços.”

Os efeitos psicológicos de milhões de famílias em confinamento não deverão sentir-se de imediato, alerta. Os estudos já realizados sobre pessoas em isolamento ou após grandes crises sociais e económicas revelam que é no primeiro ano subsequente aos factos que têm início os problemas do foro mental. “Quando as pessoas vivem o momento, estão só focadas no inimigo comum e no cumprimento de determinado papel. Algo que lhes

gera alterações emocionais fortes mas que ficam escondidas. Só quando a crise passa é que elas passam a focar-se naquilo que sentem.” O especialista não tem dúvidas de que nessa altura os pedidos de ajuda irão disparar. “Tenho receio de que não vá ser possível dar apoio psicológico a todos.”

No comboio cheio da Linha de Cascais

O psiquiatra José Gameiro não acredita que se passe do 8 para o 80 e que de repente toda a gente decida fazer festas ou marcar jantares com amigos. “O desconfinamento vai ser lento e progressivo, mas é muito difícil prever o que irá realmente acontecer”, sintetiza. Pelo que tem assistido na rua, o uso de máscaras tem-se generalizado, mas ainda há poucos dias fez uma experiência sociológica no comboio da Linha de Cascais que o deixou reticente: “Diria, sem receio de errar, que 90% dos utentes estavam de cara destapada.” Gameiro (que levava uma máscara KF-94, da Coreia do Sul) contou ao Expresso que na carruagem em que seguia, a determinada altura, foi impossível manter um espaço de separação superior a um metro entre as pessoas. “Notava-se o desconforto nalgumas, mas outras conversavam animadamente. Tudo isto fez-me perceber o que já imaginava. Há muitos que vão trabalhar, não têm carro e o controlo de lotação é uma treta.”

“Tenho receio de que não vá ser possível dar apoio psicológico a todos”, diz Miguel Ricou

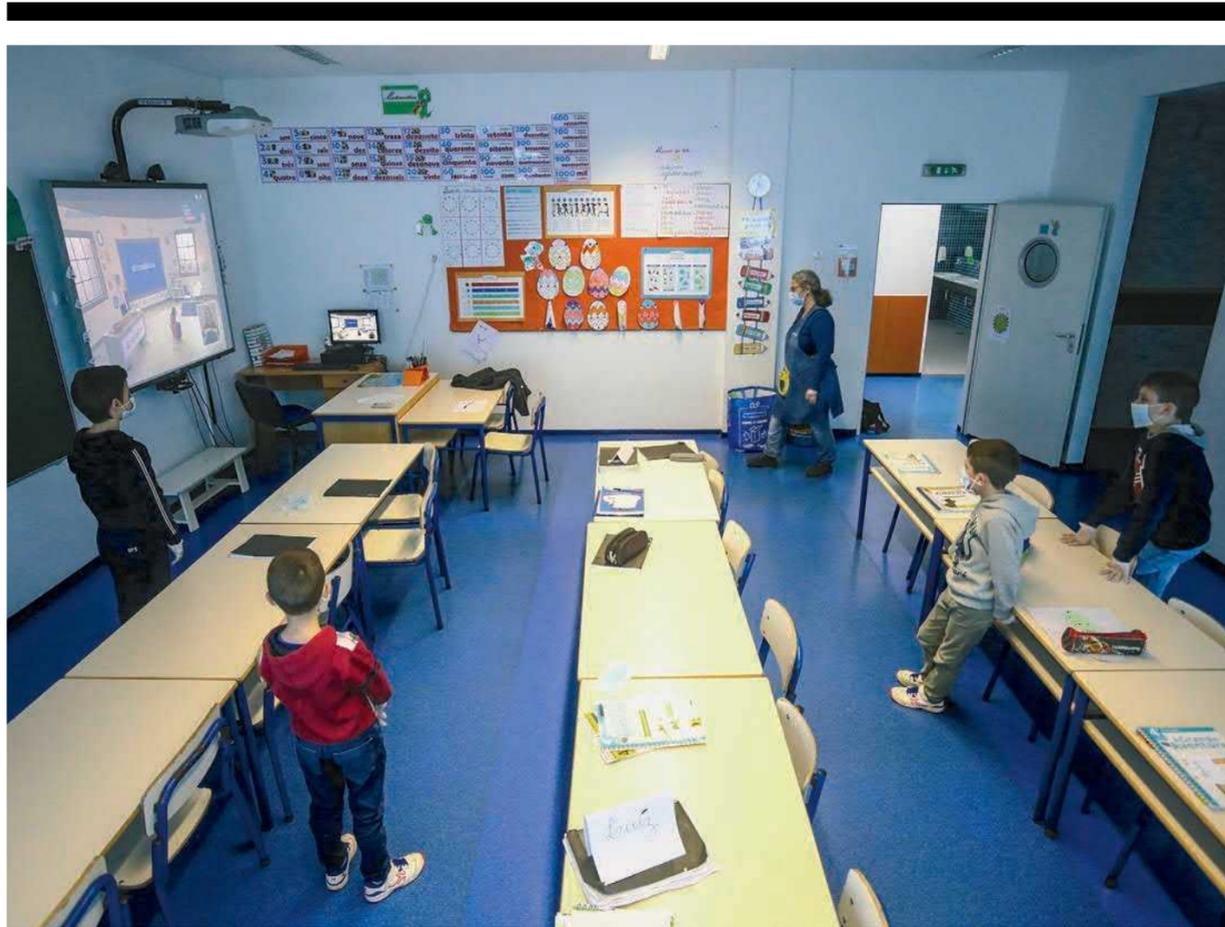
Mais otimista, Augusto Carreira, psiquiatra da infância e da adolescência, acredita que o grau de maturidade que a população tem demonstrado vai prolongar-se mesmo com as medidas de confinamento ligeiradas. “Tanto os mais velhos como os mais novos não se irão pôr numa loucura de eventos e festas.”

Este especialista frisa que com esta crise pandémica os mais jovens foram obrigados a ter um “processo acelerado de amadurecimento”. E a prova dos nove será dada pelos alunos dos 11º e 12º anos, que regressarão às escolas em breve. Em todo o caso, frisa, não se trata de uma população homogénea. “A experiência também causou traumas em jovens mais ansiosos e vulneráveis. Para estes, o processo de quarentena causado pela covid-19 pode ter sido traumático.”

Mais difícil será o regresso das crianças mais novas às creches e jardins infantis, antevê, já que, ao contrário dos jovens, não têm a noção de distanciamento social. “Vai exigir um grande esforço do pessoal destes estabelecimentos de ensino para fazerem manter a segurança nestes espaços.”

HUGO FRANCO
hfranco@expresso.imprensa.pt

EDUCAÇÃO



Como é a vida nas escolas que nunca fecharam

Em todo o país, 87 creches e mais de 700 estabelecimentos de ensino mantêm a porta aberta para acolher os **filhos de quem combate o vírus**

Texto ANA FRANÇA
Fotos NUNO BOTELHO

Silêncio, ordem, nenhuma gargalhada ou birra audíveis. Os cabides onde ficavam penduradas as dezenas de mochilas, casacos e lancheiras estão quase vazios, as salas de aula têm só as mesas, nenhuma cadeira à volta. No parque exterior vê-se uma dezena de triciclos encostados a uma esquina, sujeitos de não terem crianças a usá-los. A Creche Santa Teresinha do Menino Jesus, na Amadora, deixou de receber crianças de colo e reconverteu-se em escola de acolhimento para filhos até aos 12 anos dos profissionais essenciais que trabalham na linha da frente. Toda a gente teve de se readaptar.

Com os olhos brilhantes das lágrimas que não chegam a cair, Maria João Morgado, 49 anos, recorda o dia em que a covid-19 a obrigou a aprender à pressa uma nova forma de ser educadora de infância: uma das meninas que recebeu na primeira manhã deste novo mundo saltou-lhe em voo para os braços assim que a mãe virou as costas. “Eu só pensava que não a devia abraçar. Ai, e agora o que é que eu faço? Conteí logo à mãe, mas, desculpem-me, eu não vou deixar de estender os braços e impedir que uma criança me abrace. E soube tão bem. Que saudades.” Os beijos, acalmar uma criança com um abraço, limpar com as mãos as lágrimas de uma birra, embalar para adormecer, nada disso se pode fazer agora.

À entrada ficam os casacos, os sapatos, enfiados num armário feito com cassetes VHS empilhadas — e os pais. As mãos são logo desinfetadas e só depois é que cada um segue para a respetiva sala. Quase nunca há mais do que quatro crianças por sala e são sempre os mesmos nas mesmas salas, com as mesmas educadoras, para ser possível identificar o foco de uma eventual infeção.



CUIDADOS REDOBRADOS NUMA CRECHE EM TEMPOS DE PANDEMIA Quando entram, as crianças deixam os sapatos que trazem num sítio específico e calçam estes, que não levam para casa e que são só para usar na creche. As educadoras fazem o mesmo, porque tudo é feito a pensar em formas de impedir que o vírus entre na creche

Chegaram a vir para esta creche cerca de 60 crianças por dia, mas agora a lotação é de 16. Como esta, há outras 86 creches e mais de 700 estabelecimentos de ensino no país a cumprir a mesma função, segundo números facultados ao Expresso pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Telescola de máscara

São 9h30 e está a começar a primeira aula da telescola. Os quatro mais velhos do grupo sobem para o primeiro andar do edifício adjacente à creche, a Escola EB/1 Aprígio Gomes, que agora está sem aulas. Equipam-se com luvas e máscaras e preparam-se para dar início à aula de Expressão Artística. Maria João e as crianças seguem os passos das professoras que estão no ecrã da televisão a ensinar a importância de mexer o corpo. Fazem alongamentos ao mesmo tempo, deitam-se no chão, levantam uma perna, mantêm-na no ar, deixam-na cair. O mesmo com os braços.

Para os mais pequenos, o total reajuste social que esta crise provocou nas suas famílias, no país inteiro, não é tão perceptível, mas para Diogo Carvalho, de nove anos, é diferente. Os pais são ambos técnicos do INEM. “Tenho noção de que os meus pais trabalham nas urgências, que o meu pai conduz muitas ambulâncias e que a minha mãe fala ao telefone com pessoas que estão doentes. Antes perguntava o que é que se tinha passado com as pessoas que eles levavam na ambulância, mas agora acho que já sei as respostas e deixei de perguntar.”

Voltar a dar abraços? “Por mim, não”

Cristina Santos, mãe de Gabriel, com dois anos e meio, explica que, como é auxiliar ao domicílio dos idosos identificados pela Santa Casa da Misericórdia da Amadora, não pode nem quer deixar de trabalhar. Tenta que o filho não a veja com o fato de proteção total que usa no trabalho. “Deixei-o aqui e agora vou a casa vestir-me, vou trabalhar, depois vou a casa, tomo banho e

só depois é que o venho buscar.” Uma história repetida à pressa pela mãe de Melanie, a menina do abraço voador, a quem nem apanhámos o nome porque tinha de ir a correr a casa buscar todo o equipamento e depois seguir para Lisboa, onde é enfermeira num serviço da Santa Casa. O pequeno Gabriel não entende tudo à sua volta, mas sabe que não vai com tanta frequência ao parque. “Ele perguntou-me tantas vezes porque é que não saíamos que eu tive de inventar uma história e dizer que havia uma raposa à solta, pois já não sabia o que havia de dizer. Quando vou às compras, quando o deixo aqui, às vezes diz: ‘ó mãe, não vás para a rua, olha a raposa’, e grita, quando vê da janela meninos na rua: ‘ó meninos, cuidado com a raposa’. Não sabe o que é um vírus, mas sabe que há um perigo à solta”, explica Cristina Santos.

Tiago, 12 anos, chega com os dois irmãos: Leonardo, de sete, e David, de quase nove. São tímidos, parecem animar-se quando lhes perguntamos se não querem ser *youtubers*. Só Tiago fala, pouco, mas diz o essencial. “Tenho medo de que os meus pais apanhem, sintom-me triste.” A avó, Ana Paula Gomes, de 56 anos, conta que Tiago está bastante desassossegado com o vírus. “Chega àquela hora em que eles dão os números e ele diz logo: ‘ó avó, olha, morreram estas pessoas todas’.” Na semana em que os meninos ficam com a mãe, que trabalha na desinfecção de espaços municipais, é a avó que os leva. O primeiro dia foi difícil: “Ele disse-me: ‘avó, estou cheio de dores de barriga’, e eu expliquei que eram nervos, mas ele é muito preocupado com a família e está sempre a avisar para não tocarmos nos corrimãos.” Tiago, as pessoas vão voltar a abraçar-se logo que puderem? “Não sei, mas por mim não logo”, diz, um pouco envergonhado. “De qualquer forma, agora não podemos.”

afranca@expresso.imprensa.pt

António Horta Osório

Banqueiro



Há tempos disse na RTP que um dos maiores riscos que a Humanidade corre hoje resulta do fosso abissal que se cavou entre ricos e pobres, ou seja, o risco das desigualdades sociais. Como relaciona estas desigualdades com a crise ambiental e a emergência climática?

É minha convicção que as desigualdades são sempre um obstáculo à modernização e ao desenvolvimento equilibrado e

sustentado dos países. Nesse sentido, defendo que a transição para uma economia de baixo carbono deve ser o mais inclusiva possível, ou seja, deve ser acessível a todas as partes da sociedade, sobretudo aos que mais necessitam. Porque é fundamental que toda a sociedade se envolva na mudança para um modelo económico, e de vida, fundamentalmente diferente do atual. Se isso não acontecer, haverá uma reação negativa, que dificultará essa transição. Isto significa que precisamos de estratégias regionais robustas, que envolvam uma ampla variedade de grupos que se tornem partes interessadas. Só percebendo o que significa esta transição para a sua região, e investindo nos sectores mais adequados à sua localização, é possível envolver efetivamente as populações locais. Um bom exemplo

desse tipo de atuação pode ser observado no noroeste da Inglaterra. A North West Hydrogen Alliance reuniu interessados locais para posicionar a região como líder da economia de hidrogénio, apresentando esta solução como sendo crítica para uma economia de baixo carbono, mas também muito relevante para o crescimento da economia local através da captação de investimento que deverá criar quase 6 mil novos empregos na região. Igualmente importante para garantir uma abordagem inclusiva e regional é uma transição que não exclua uma parte de sociedade devido ao rendimento. A descarbonização das habitações, por exemplo, vai exigir muitos investimentos, dos governos e das famílias. Só no Reino Unido, 28 milhões de residências precisam de melhorar a sua eficiência energética, e os cus-

tos dessas melhorias podem ser caros e proibitivos — por exemplo, comprar uma caldeira nova, investir no isolamento de paredes ou mudar portas e janelas. No Lloyds, estamos a trabalhar com o governo e com as nossas equipas para garantir que as nossas propostas financeiras ecológicas são as mais adequadas ao perfil de cada um dos nossos clientes e proporcionam-lhes benefícios claros, também ao nível financeiro.

Como CEO de um dos maiores grupos financeiros do mundo, que papel considera poder ter o sector financeiro na resposta à emergência climática e mais ainda na atual crise sanitária?

R O sector financeiro tem um papel único a desempenhar na transição para uma economia de baixo carbono, no Rei-

no Unido e em todo o mundo. Estima-se que, apenas para investimentos em infraestruturas de baixo carbono, sejam necessários 93 biliões de dólares até 2030. A banca é, por isso, essencial para desenhar soluções de financiamento, alocar capital aos investimentos mais adequados e desenvolver propostas ecológicas atraentes. A pandemia que vivemos atualmente vai obrigar ao desenvolvimento de esforços de recuperação económica muito relevantes e que serão muito claros para todos à medida que formos saindo da crise. Sabemos que vai ser um período muito exigente e difícil, mas acredito que com o esforço conjunto dos diversos governos, autoridades e também do sector bancário iremos recuperar desta grave adversidade. Ao mesmo tempo, precisamos de continuar a planear e a reforçar os esforços

em curso nas comunidades, na sustentabilidade e nas alterações climáticas, fatores críticos para a transição para uma economia de zero carbono, e assegurar que estas preocupações estejam incluídas nos diversos planos de recuperação económica.

LÚISA SCHMIDT



VIDASUSTENTÁVEL

Nada muda se não mudarmos



IDOSOS

Ainda não há data para o regresso de visitas aos lares

É preciso reduzir o risco, diz o Governo. Testes de prevenção chegaram a 35 mil pessoas. **Idosos sentem-se esquecidos**, revelam as instituições

RAQUEL MOLEIRO

Há 46 dias que os residentes dos lares não recebem visitas de familiares ou amigos nem saem para os ver. A nível nacional, as portas das instituições fecharam-se a 16 de março como forma de travar a entrada ao novo coronavírus — havia então no país 331 infetados e zero mortos — e ainda não é possível apontar uma data certa ou sequer um mês para o levantamento da suspensão, revela ao Expresso a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

“Sabemos que é difícil, mas é uma questão de segurança, de proteção, atendendo à enorme fragilidade desta população”, explica Ana Mendes Godinho. E a decisão é inflexível nas condições: “Primeiro é preciso eliminar riscos, reduzir ao mínimo o perigo de contágio, e é isso que estamos a fazer ao testar todos os funcionários de lares — o perigo vem de fora — e idosos sintomáticos a nível nacional, o que deverá estar concluído daqui a duas ou três semanas. Soma-se a isso a formação dos trabalhadores em questões de segurança e o reforço dos recursos humanos. E, mesmo assim, só se avançará com datas quando a avaliação técnica da Direção-Geral da Saúde (DGS) o permitir.”

Do lado de dentro da porta das residências de terceira idade, o desânimo está instalado.

“Os idosos sentem-se abandonados, esquecidos para o fim, e isto não é retórica. Estão ali enclausurados, e pela televisão veem reclusos a sair e agora o fim do estado de emergência, com mais pessoas na rua, a reabertura das creches — muitas que funcionam mesmo ao lado do lar —, e eles continuam sozinhos. As videochamadas e os telefonemas são importantes mas insuficientes para os animar. E o pior é que não têm perspetivas, porque sem datas nem dá para contar os dias que faltam, não alimentam a esperança. Até pode não ser para já, mas precisam de uma data”, diz Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), que representa 847 lares.

Foi numa passagem recente por uma dessas instituições que venceu ainda mais a defesa de um regresso progressivo das visitas de forma “muito controlada e condicionada”. Na rua, colado a um vidro do lar, estava um filho de telefone na mão a



É difícil, mas é uma questão de segurança e de proteção”

Ana Mendes Godinho ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



Está em curso, até 18 de maio, a monitorização total dos idosos e funcionários dos lares nacionais FOTO JOSÉ COELHO/LUSA

falar com a mãe colada do outro lado, com um aparelho cedido por uma funcionária. “E eu, que não sou nada dado a raivas, só me apeteceu rebentar com aquela barreira e permitir que aquela família se juntasse.”

Testes a famílias e proteção

Nas reuniões da equipa de acompanhamento permanente dos lares, criada pelo Governo no fim de março, Lino Maia já por várias vezes revelou as suas preocupações e especificou os moldes em que defende a implementação das visitas: “Não quero escancarar as portas, mas depois de terem sido feitos testes a todos os funcionários podiam criar-se salas específicas de visitas onde as famílias partilhassem um sorriso, uma lágrima, mesmo sem contacto. Os visitantes deveriam ser testados antes e entrar verdadeiramente protegidos com equipamento individual”, exemplifica.

No imediato, o presidente da CNIS pede que, pelo menos, sejam retomadas as atividades com os idosos, agora que o funcionamento da maioria dos lares está estabilizado, para que os dias sejam mais do que “o tempo entre refeições e cama”.

Manuel Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas (551 lares), também nota o desânimo dos idosos, “de quem a DGS fala principalmente para contabilizar os que morreram”, critica. “Há maior

atentado à saúde mental do que dizer que 40% das mortes ocorreram nos lares? Fâ-los pensar que são os próximos e, ainda por cima, sem se poderem despedir da família”, diz.

Mesmo assim, não defende a reabertura urgente destas instituições: “Tem de ser devagarinho, com muita segurança. Com o tempo melhor, começamos a trazer os idosos cá para fora, as famílias podem aparecer para os ver à distância, dizer-lhes adeus. Têm de se dar estes pequenos passos para amenizar o sofrimento de ambos os lados, porque há realmente sofrimento”, garante Manuel Lemos. E recorda um telefonema recente de um provedor a dizer-lhe que tinha aparecido no lar um senhor, vestido com fato protetor e máscara, a pedir por tudo que o deixassem ver o pai que estava a morrer. “O que queria que eu dissesse? Toda a gente tem direito a uma despedida.”

Há atualmente cerca de 150 mil idosos a viver em lares, 80 mil dos quais em IPSS e Misericórdias. Segundo a DGS, até 24 de abril (últimos dados disponíveis), tinham sido registados em Portugal 327 óbitos de idosos positivos que viviam em lares, o que representava quatro em cada dez mortes por covid. O foco mais letal registou-se no lar da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, onde morreram 23 idosos, um terço dos infetados, que por sua vez perfaziam 73% do

CASOS COVID

O PRIMEIRO SURTO

Surgiu a 21 de março, na Casa da Saúde da Idanha, em Belas (Sintra). O lar das Irmãs Hospitalares teve 11 casos positivos e 2 mortes, mas o surto foi estancado com a ajuda das autoridades de saúde e da autarquia.

O MAIOR LAR

O Lar dos Inválidos do Comércio, em Lisboa, ainda está a combater a entrada do novo vírus na Quinta do Lumiar. Atualmente, tem 41 utentes infetados na instituição, houve já 2 mortes, e 26 trabalhadores testaram também positivo. A direção diz que “atingiu o limite do comportável”.

O MAIS MORTAL

No Lar da Misericórdia de Aveiro, a covid-19 matou 23 idosos, 73% dos 119 utentes, e 22 funcionários foram infetados. Um mês depois, a situação já mudou radicalmente: os segundos testes, realizados na semana passada a 60 idosos, já revelam 47 casos negativos.

total dos 119 utentes. A estes somavam-se ainda 22 funcionários positivos.

“Foi uma luta incrível. Já havia mortes e ainda esperei duas semanas por testes, porque se tinham esgotado as zaragatoas. Cheguei a mandar o motorista buscar uma caixa de 400 a Lisboa, disponibilizadas por um alto responsável da Saúde”, conta José Ribau Esteves, presidente da Câmara de Aveiro. Mas já fala sem urgência na voz. Passado um mês, a situação mudou muito, e a evolução do lar acompanha a curva positiva do país e a diminuição de novos focos em residências seniores. Há uma semana foram realizados os segundos testes aos infetados da Misericórdia local: em 60, deram negativo 47, e já não há internados.

Ironicamente, agora é ele o autarca que lidera na região de Aveiro (11 municípios, 88 lares) o programa de testes em lares a todos os trabalhadores e utentes com sintomas, promovido pelo MTSSS. O objetivo é atingir a completa monitorização dos lares nacionais até 18 de maio. De acordo com a ministra, já foram testadas 35 mil das 70 mil pessoas previstas.

Quando são descobertos novos focos ou casos positivos isolados que não podem ficar nos lares, é ativado o sistema de retaguarda, que prevê a recolocação em estruturas externas, como as pousadas do Inatel. O alarme já ‘tocou’ 17 vezes.

rmoleiro@expresso.impresa.pt

ENTREVISTA

Henrique Barros Epidemiologista e presidente do Conselho Nacional de Saúde

“Sair de casa não é uma fatalidade”

Texto **JOANA ASCENSÃO**
Foto **OCTÁVIO PASSOS**

Foi durante anos o rosto do combate à infecção VIH/sida em Portugal. O epidemiologista, de 62 anos, vive agora um dos maiores desafios da carreira ao liderar o Conselho Nacional de Saúde, órgão consultivo do Governo na linha da frente da gestão da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus. Henrique Barros diz que o desconfinamento vai provocar “seguramente” um novo crescimento da pandemia, mas a alternativa não pode ser continuar em casa. “Na sida, a solução não foi deixar de ter relações sexuais, foi passar a tê-las com preservativo.”

■ Numa crise de saúde como esta, é mais determinante a letalidade de um vírus ou a sua capacidade de propagação?

■ Pressupomos existir um interesse competitivo que leva um agente a não ter qualquer vantagem em dar cabo dos hospedeiros. Razão pela qual, quando o agente chega, tem uma virulência maior do que aquela com que vai sobreviver. Por isso no início as pandemias têm um caráter mais grave.

■ Foi coordenador nacional do combate à sida em Portugal. Considera este vírus mais ou menos “simpático” do que o da sida?

■ A covid-19 tem uma alta capacidade de contágio, transmite-se na ausência de sintomas e há várias gerações de infecção que se sucedem com relativa rapidez. Em relação ao VIH, temos hoje formas de acabar com as infecções transmitidas de mãe para filho e através do sangue. E só não controlamos melhor as infecções transmitidas sexualmente porque não gostamos de usar preservativo. Nessa medida, o coronavírus parece-me pior hoje em dia. Agora, se pensarmos que, por ano, morrem mais de 700 mil pessoas com VIH, 40 anos depois do surgimento da doença, o VIH é muito mais antipático.



■ É expectável que daqui a 40 anos continuem a morrer muitas pessoas de covid, como continuam a morrer de sida?

■ Pode acontecer que, de tempos a tempos, apareça uma estirpe particularmente violenta, como acontece com o vírus da gripe. Mas ninguém pode honestamente dizer o que vai acontecer sequer no próximo ano.

■ Aproximam-se decisões complexas, que põem em cima da mesa um balancear entre saúde pública e economia. Como se faz esse equilíbrio?

■ Vamos ter de perceber até onde podemos ir e as alturas em que teremos de recuar um pouco, sem contar com o Governo para dizer “hoje fecha loja, amanhã abre loja”. Sabemos que a infecção em Portugal, como noutros países, está numa linha descendente, em resposta a um conjunto de medidas. Mas as decisões de natureza social e económica

“**DESCONFINAMENTO? VOLTANDO À EXPERIÊNCIA DO VIH, A SOLUÇÃO NÃO FOI DEIXAR DE TER RELAÇÕES SEXUAIS, FOI PASSAR A TÊ-LAS COM PRESERVATIVO**”

são essenciais nas escolhas sanitárias.

■ Pelo que sabemos da História, a forma de vencer algumas pandemias foi manter alguma normalidade social, para criar imunidade de grupo. Desta vez o mundo optou por não o fazer. Foi a estratégia correta?

■ Hoje em dia, como é evidente, a vida vale muito mais. E sobretudo há uma tensão muito grande entre o valor económico e o valor da saúde. Só que às vezes parece que as pessoas se esquecem de uma certeza: não há boa saúde sem boa economia.

■ E a pobreza gera pior saúde?

■ A pobreza é o principal determinante de doença. Podemos não saber muito sobre o vírus, mas sobre a relação da pobreza com a saúde temos conhecimento inequívoco. Podemos não gostar de falar disto e sentirmo-nos impotentes para mudar a situação, mas não vale

a pena fazermos de conta de que não o sabemos.

■ Neste momento preocupa-o mais o vírus ou as consequências socioeconómicas que ele acarreta?

■ Não consigo responder. Podemos estar a prejudicar pessoas que têm necessidade de recorrer aos serviços de saúde e que não o fazem por medo ou porque esses mesmos serviços, focados na resposta aguda ao coronavírus, estão menos “amigáveis”. Este é um excelente exemplo de que há um balanço a fazer.

■ As medidas aplicadas em Portugal foram as melhores para a sociedade?

■ Foram de certeza, porque não saberemos jamais se poderia ter sido de outra maneira. E, olhando para o que se está a passar, tudo leva a crer que foi bem feito. O Governo tomou as decisões que tinha

de tomar. Mas ninguém pode honestamente dizer que há fundamentação científica para a generalidade delas.

■ O mundo pode chegar à conclusão de que a estratégia seguida foi errada?

■ É cedo para fazer esse balanço. Os políticos precisam de fazê-lo rapidamente e de tomar atitudes. A ciência precisa de mais tempo. Convém não pedir à ciência aquilo que ela não pode dar. Mas começa a haver alguns sinais de que a informação vinda da China ter-nos-á levado a não considerar aspetos que um conhecimento mais profundo nos faria valorizar.

■ Como quais?

■ Aquando do SARS, em 2002, não houve este alarme todo que temos agora. Mas, nos últimos 20 anos, o número de aeroportos na China multiplicou-se mais de cinco vezes e os passageiros internacionais multiplicaram-se mais ainda. Muita gente pensou que, como na SARS, ia haver alguma contenção local do problema. É interessante que não nos perguntemos por que diabo o vírus cá veio parar.

■ Houve medidas que não foram tomadas no tempo devido?

■ É uma pergunta que se pode colocar. A infecção teve menos impacto em Pequim, capital da China, do que em Milão. Se a contenção local tivesse sido feita como se diz que foi, esperávamos um vírus localmente contido.

■ É certo que haverá uma segunda vaga do vírus?

■ Ao raciocinarmos por analogia, se na China não houve, porque haverá na Europa? Mas se me pergunta: ao abriremos tudo, haverá um novo crescimento da infecção? Seguramente que sim. Agora, sairmos de casa não é só por si uma fatalidade. Voltando à experiência do VIH, a solução não foi deixar de ter relações sexuais, foi passar a tê-las com preservativo.

jasencsao@expresso.impresa.pt

CRIANÇAS

Sintomas raros de covid-19 pediátrico geram alarme

Unidade de Cuidados Intensivos de Santa Maria discorda da utilização de fármacos experimentais durante a pandemia

A manifestação da covid-19 nas crianças é genericamente benigna, mas o surgimento de alguns casos mais complexos tem levado pediatras de vários países, inclusive Portugal, a recorrerem à medicação experimental. Os Cuidados Intensivos do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, no entanto, preferem não recorrer a fár-

macos sem indicações homologadas.

“A Pediatria elaborou um protocolo com a participação de infecciosistas pediátricos, pneumologistas e intensivistas para definir a linha orientadora de abordagem destes doentes. As dúvidas são mais do que as certezas, e a recomendação passa muitas vezes por julgar caso a caso e ponderar terapêutica dirigida se houver fatores de risco e gravidade, mas se surgir um caso com necessidade de cuidados intensivos a nossa opção será por não utilizar fármacos experimentais”,

garantiu ao Expresso Francisco Abecasis, intensivista pediátrico do Santa Maria.

A questão marcou esta semana com as notícias do surgimento de sintomas atípicos em crianças no Reino Unido, Espanha e Itália. Especialistas destes países estão a investigar a possível ligação entre a covid-19 e reações semelhantes às causadas pela síndrome de Kawasaki, como febre, dor abdominal, diarreia, erupções cutâneas, inchaço das glândulas e até inflamação das artérias do coração, que levam ao internamento em Cuidados Intensivos.

Intensivista pediátrico do Santa Maria defende utilização de fármacos só com evidência científica

Na conferência de imprensa sobre a situação da pandemia, a diretora-geral da Saúde confirmou que já existe em Portugal um caso com estas características, que está a ser analisado. Questionado, Gonçalo Cordeiro Ferreira, diretor da Pediatria Médica no Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, avançou ao Expresso já terem surgido crianças com erupções vermelhas na pele dos pés, das mãos e na língua, explicando que “estas são causadas pela intensa resposta imunológica de organismos jovens”. Quando submetidas a testes de diagnóstico, algumas destas crianças não evidenciam o novo coronavírus, e para confirmar a sua presença têm de ser realizados testes serológicos, adianta.

No entanto, no Reino Unido, a preocupação é maior. “Tem sido observado um aumento evidente do número de crianças de todas as idades com um

estado inflamatório multissistémico que requer cuidados intensivos”, afirmou a Associação de Pediatras de Cuidados Intensivos britânica, e o ministro da Saúde, Matthew Hancock, disse estar “muito preocupado”. A Organização Mundial da Saúde (OMS) disse esta semana estar a investigar as possíveis ligações entre a covid-19 e esta doença inflamatória grave. “Há descrições recentes de casos de crianças em alguns países europeus com esta síndrome semelhante à doença de Kawasaki”, afirmou a responsável do programa de

A OMS está a investigar ligações entre a covid-19 e graves sintomas inflamatórios em crianças europeias

emergência sanitária da OMS.

“O tratamento de uma doença nova é sempre um desafio. Se provocar uma pandemia com elevado número de infetados e mortalidade considerável, a pressão para se encontrar uma cura ou um medicamento eficaz é enorme. Os médicos são os primeiros a querer tratar os doentes. No entanto, esta vontade de ajudar pode ser inimiga da razão. É exatamente em tempos de incerteza e indefinição que se espera que os médicos sejam a voz da sensatez e ajam com ponderação, baseados em evidência científica sólida. Ao que se tem assistido um pouco por todo o mundo é precisamente o contrário, e o que me preocupa é a forma como um tratamento experimental passa a ser a norma, sem qualquer controlo e fora do contexto de ensaios clínicos”, alerta Francisco Abecasis.

CHRISTIANA MARTINS

camartins@expresso.impresa.pt

JUSTIÇA



Máscaras roubadas na Galiza valem €5 milhões FOTO XOAN REY/EPA

Roubo de máscaras: polícia espanhola segue pista portuguesa

Espanhóis pediram ajuda à Polícia Judiciária, mas ainda não foi possível identificar qualquer suspeito

HUGO FRANCO
e RUI GUSTAVO

Um armazém a funcionar na zona industrial de Santiago de Compostela, na Galiza, está na origem de um misterioso caso que está a ser investigado pela Polícia Autónoma da Galiza, em Espanha. O estabelecimento pertence a uma empresa de Palma de Maiorca que foi declarada insolvente há já alguns anos. Há cerca de um mês, a polícia recebeu uma denúncia de que estava ali guardada uma grande quantidade de material sanitário que se encontrava fora dos radares das autoridades de saúde pública. Nas buscas ao armazém, os investigadores deram pela falta de dois milhões de máscaras de proteção, avaliadas em €5 milhões, que tinham sido retiradas cirurgicamente das caixas e plásticos de proteção.

Além disso, o prazo de validade das máscaras, bem como do resto do material que não fora roubado — como luvas cirúrgicas, calças, botas, uniformes sanitários e frascos de álcool —, tinha caducado em 2015. O que deixou em alerta as autoridades, preocupadas com a venda de material sem os padrões mínimos de segurança.

As imagens de videovigilância junto ao armazém, bem como os testemunhos de alguns informadores policiais, revelaram um suspeito: um agente imobiliário galego que terá sido visto no local e que, de acordo com fontes da polícia espanhola citadas pela imprensa local, “se terá reunido recentemente com cidadãos portugueses”, tendo-lhes então revelado o tipo de material que se encontrava naquele local. Supõe-se que, algures em fevereiro, os ladrões tenham roubado o material graças à dica do empresário galego.

A polícia espanhola e o vice-presidente da Junta da Galiza, Alfonso Rueda, não têm dúvidas de que os ladrões se aproveitaram da crise de material sanitário provocada pela pandemia da covid-19 que já se fazia sentir nessa altura em Espanha — embora o país ainda não se encontrasse em

estado de emergência — para tentarem vender o produto do roubo a preços exorbitantes no mercado negro em Portugal. “Eles sabiam que o material era valioso e muito necessário. Levaram o que tem sido mais procurado e deixaram para trás botas ou armários de medicamentos, que não são tão valiosos”, declarou o autarca

“Não há queixas de pessoas que tenham comprado material de proteção fora de prazo”, diz a PJ

ao “El País”. “Provavelmente, as máscaras serão vendidas a um preço muito alto, aproveitando-se os ladrões da enorme procura e necessidade deste material.”

A polícia espanhola parece segura de que os suspeitos dos assaltos aos armazéns são de facto portugueses e que terão

Máscaras falsificadas em Portugal

Os anúncios publicados na internet prometem máscaras certificadas pelas autoridades sanitárias e capazes de aguentar mais de cem lavagens. Mas segundo o “Jornal de Notícias”, as empresas que vendem estas máscaras ou não estão certificadas pela Citeve — um centro têxtil que colabora com a Direção-Geral de Saúde — ou prometem o impossível: nenhuma máscara aguenta mais de 35 lavagens. A RTP denunciou ainda o caso da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior que ofereceu à população máscaras com a garantia (falsa) de que poderiam ser lavadas e reutilizadas 75 vezes. Há, no entanto, 24 empresas que já receberam o certificado do Citeve.

escoado, ou estão em vias de escoar, o material roubado. Prova disso é que pediram colaboração à Polícia Judiciária portuguesa e enviaram mesmo dados sobre um possível cúmplice do grupo que estaria a vender em Portugal máscaras fora de prazo roubadas em Espanha. A PJ fez algumas diligências, mas acabou por descartar essa hipótese. “As máscaras que estavam à venda não eram da mesma marca das que foram roubadas”, explica uma fonte judicial. “E não há queixas de pessoas que tenham comprado material de proteção fora de prazo”, diz a mesma fonte. Ainda assim, a PJ continua a colaborar com a congénere espanhola, mas, pelo menos para já, não há qualquer indício que confirme a pista portuguesa.

Suspeitas em Valência

O receio de ver repetido um assalto nos mesmos moldes levou a polícia de Valência a atuar, poucos dias depois, num armazém que pertence à mesma empresa maiorquina. No interior encontrava-se igualmente uma grande quantidade de material sanitário, algo que as autoridades de saúde públicas espanholas desconheciam.

A polícia suspeita que o empresário detido em Santiago de Compostela teria revelado aos ladrões portugueses que também se poderiam abastecer de máscaras ou luvas cirúrgicas neste armazém em Valência.

Mas durante o primeiro interrogatório judicial o suspeito negou todas as acusações, garantindo que tinha entrado no armazém da Galiza com autorização superior. O seu objetivo seria outro: o de colocar o edifício industrial no mercado imobiliário. Acabou por sair em liberdade.

Também no armazém de Valência as máscaras tinham o prazo de validade ultrapassado. Deverão, por isso, ser destruídas pela Conselleria de Sanidad (o equivalente à Direção-Geral da Saúde).

Quanto à empresa dona dos dois armazéns, sabe-se que tinha um passivo de €120 milhões e que chegou a empregar 170 trabalhadores.

hfranco@expresso.imprensa.pt

QUI, 15:13

Maria estás por aí?

Yep. A trabalhar que nem uma louca 😂

O chefe está on fire!



Omg!!!!!!!



lol



Mas conta... 😊

Sabes aquele nódulo que tenho no peito?

Descobri que é maligno.

✓ Vista às 15:15

QUI, 15:15



QUI, 15:21



QUI, 15:36



O cancro ainda nos deixa demasiadas vezes sem respostas. Para ajudar chegou a Ava



Apresentamos-lhe a Assistente Virtual Automática criada pela iniciativa “Tenho Cancro. E Depois?”, com o objetivo de apoiar todos os que de uma forma ou de outra, se vêem confrontados com o Cancro. A AVA está ligada às principais instituições desta doença. Não terá ainda todas as respostas que precisa, mas é, seguramente, um bom ponto de partida para encontrar mais facilmente orientação e informação útil.

Precisa de respostas? Fale com a Ava em www.tenhocancroedepois.pt



UM PROJETO EDITORIAL:



COM O APOIO:



COM A COLABORAÇÃO:



PARCEIRO TECNOLÓGICO:



PROJETOS EXPRESSO

Saúde A diminuição da aplicação do Plano Nacional de Vacinação nas crianças leva especialistas a alertar para os novos surtos de doenças infecciosas – como o sarampo, já com quase tantos casos como em 2019 – que podem ocorrer se não houver uma retoma

Quebra na vacinação coloca-nos em perigo



FOTO GETTY IMAGES

Os dados mais recentes disponibilizados em Portugal apontam para o atraso na administração de mais de 13 mil vacinas contra o sarampo

Textos **TIAGO OLIVEIRA**

DISCUTIR O PAÍS

VACINAR EM PANDEMIA
O Expresso associou-se à Sociedade Portuguesa de Pediatria e à UNICEF, com o apoio da GSK, para discutir os desafios da vacinação durante a pandemia. Pode rever o evento no site ou no Facebook do Expresso.

que o Expresso se associa à Sociedade Portuguesa de Pediatria e à UNICEF, com o apoio da GSK — para discutir os desafios da vacinação durante a pandemia. No debate, Luís Varandas apontou que, este ano, Portugal já tem quase tantos casos de sarampo como

“As pessoas não se podem refugiar no medo da covid-19”

Os centros de saúde são perfeitamente seguros e devem continuar a ser visitados sem qualquer tipo de medo. É a ideia consensual que fica das opiniões dos especialistas quando confrontados com os receios dos pais em ir com os seus filhos para cumprir o Plano Nacional de Vacinação ou perante uma doença aguda. “Não devem hesitar”, aponta a pediatra e presidente da Sociedade Portuguesa de Pediatria, Inês Azevedo, enquanto Etelvina Calé reforça que já “existem circuitos completamente separados” para atender este tipo de intervenções

em todo o ano anterior, o que é motivo de apreensão. Juntamente com a “tosse convulsa e as várias formas de meningite bacteriana”, são as doenças que provocam mais dores de cabeça aos médicos e especialistas, que tentam mostrar aos pais que “podem e devem” vacinar os filhos, mesmo nesta fase.

“É urgente recuperar as vacinas em atraso e criar todas as condições para que não se adiem mais”, atira a diretora executiva da UNICEF Portugal. Beatriz Imperatori considera que “deve haver, seguramente, mais comunicação por parte das autoridades de saúde às famílias, no sentido de lhes garantir que devem vacinar as suas crianças e que é seguro fazê-lo”. E se a preocupação é notória, a confiança também. “Não é uma tendência, mas antes uma resposta a um contexto muito específico. Vamos rapidamente retomar os níveis a que estamos habituados em Portu-

gal”, acredita a responsável, que fala também na necessidade de começar já a preparar os serviços de saúde para que estes “não fiquem sobrecarregados daqui a seis meses”.

A médica de saúde pública e delegada de saúde, Etelvina Calé, refere que cumprir o plano de vacinação dos 12 meses é fundamental para a saúde da criança porque surge na altura mais crítica para o desenvolvimento do corpo e para a formação de imunidades. O risco é maior do que aparenta, pois os pais não podem pensar que esperar não faz grande diferença. Cada momento conta e um atraso, por mais simples que seja, pode significar “o ressurgimento de outras doenças que tínhamos controlado”, apela.

O primeiro e o segundo ano de vida são as “idades-chave” na vacinação, acrescenta Inês Azevedo, presidente da Sociedade Portuguesa de Pediatria, que destaca a necessidade de “dar tranquilidade aos pais”. A covid-19 é “mais benigna em doentes com idade pediátrica”, explica, com esta faixa a representar pouco mais de mil infetados e menos de 5% dos casos registados. A pandemia também provocou uma “redução de 60% das idas às urgências relativamente ao ano passado na pediatria” e a responsável recorda que é “importante mantermos o acompanhamento e acesso das crianças” aos cuidados de saúde, seja presencialmente ou, quando necessário, por teleconsulta.

Inês Azevedo faz questão de mencionar que “as crianças abaixo dos dois anos não podem usar máscaras porque não as sabem usar e podem sufocar”, enquanto reflete sobre os “novos hábitos que vamos adquirindo” e que se parecem muito com os antigos. “Faz lembrar a minha infância e os conselhos da minha mãe e avó para lavar sempre as mãos e não partilhar os copos.”

toliveira@impresa.pt

MELHORES FRASES

“Há muitas crianças em risco. É fundamental que esta questão da proteção aconteça. Em 2018, houve mais de 100 milhões vacinadas e agora esse trabalho está em risco com a pandemia. Vemos com grande preocupação e estamos a pensar como contribuir para repor estes programas de vacinação que são essenciais junto das comunidades mais desfavorecidas”

Beatriz Imperatori
Diretora executiva da UNICEF Portugal

“A vacinação tem que ser ativa, não pode ser cessada por períodos muito longos. Durante o mês de abril as pessoas já foram percebendo que é seguro, já se está a notar um aumento da afluência. O que é um bom indicador, após a quebra. E não vão passar muito tempo no centro de saúde com os filhos se cumprirem a hora marcada previamente”

Etelvina Calé
Médica de saúde pública e delegada de saúde

“As crianças passam muitas horas à frente do ecrã e agora ainda mais. É importante que os pais encontrem forma de diminuir este tempo de exposição. Até porque estamos a perceber um aumento de perturbações de ansiedade nas crianças que veem notícias que muitas vezes não são para a idade delas. O isolamento é uma situação que nos traz novos desafios”

Inês Azevedo
Presidente da Sociedade Portuguesa de Pediatria

VIDA SUSTENTÁVEL



A horta Pede Salsa, no Monte da Caparica, viu triplicar a procura FOTO D.R.

Procura por produtos de agricultura local triplica

A agricultura de proximidade permite **tornar o país mais autossuficiente e preparado para crises futuras**, defendem especialistas e pequenos agricultores

CARLA TOMÁS

A agricultura ganhou um peso vital como ativo nacional neste tempo de pandemia. E quanto mais próxima melhor. Sucedem-se vozes a apelar a uma maior aposta na produção familiar e nos circuitos curtos, que potenciem uma autossuficiência alimentar sustentável e resiliente perante futuras crises. A procura de cabazes produzidos pela agricultura de proximidade mais do que triplicou durante o confinamento. Entretanto, o Governo avançou com uma campanha em defesa do consumo de produtos locais e de mercados de proximidade sob o lema “Alimente quem o alimenta”, com o objetivo, segundo explicou ao Expresso na semana passada a ministra da Agricultura, de “apostar cada vez mais na autossuficiência alimentar” e “incentivar que mais pessoas vão para o interior e possam dedicar-se à agricultura”.

Quem lá está, como é o caso de Nuno Oliveira, pequeno produtor familiar de frutos e vinho no concelho de Guimarães, aplaude a campanha, mas torce o nariz à portaria que apoia candidaturas de produtores que queiram entrar nas “cadeias curtas” e nos mercados locais, já que, diz, esta “retira benefícios à agricultura familiar, abrindo a porta a grandes produtores”. Nuno não acredita que “o Ministério da Agricultura tenha afetação orçamental para todos” e lamenta o facto de as medidas serem “excecionais e temporárias e não existir uma estratégia a médio e longo prazo para a agricultura familiar de proximidade”.

A investigadora Isabel Rodrigo partilha a ideia. A especialista em engenharia de biosistemas lembra que “Portugal continua a não ter uma estratégia que defenda verdadeiramente os circuitos de proximidade, ao contrário de países como França, que estabelece no máximo um intermediário entre o produtor e o consumidor, de modo a apoiar a agricul-

tura familiar; ou que assegura que 60% do abastecimento das cantinas públicas é feito com produtos locais”.

O estatuto criado em 2018 para a agricultura familiar “ainda não está operacionalizado e falta saber que apoios financeiros e técnicos serão dados aos circuitos curtos agrícolas”, questiona Isabel Rodrigo. Este tipo de iniciativas permite “manter agricultores, compensando-lhes as reformas mínimas e permite aos consumidores urbanos apoiar a economia rural”.

Para organizar o mercado de produtos agroalimentares de base local e fazê-los chegar aos consumidores mais próximos sem intermediários nem guerra de preços têm surgido iniciativas como os cabazes PROVE e as Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade

em Portugal (AMAP) de Norte a Sul do país (ver caixa). Nuno Oliveira aliou a sua Quinta da Verdinha a outras sete em Guimarães para criar uma destas AMAP. Juntos somam 12 hectares com variedade de produtos que permite criar um cabaz para 60 famílias do concelho.

Mais a sul, Alfredo Cunhal Sendim fez o mesmo com a Herdade do Freixo do Meio, em Montemor-o-Novo, e dois outros pequenos produtores para criar uma comunidade semelhante e assim compõem um cabaz que junta queijo, fruta, pão, legumes, carnes e leguminosas. “Só apostando numa agricultura de proximidade e numa rede de cooperantes com respeito pelos recursos naturais se consegue alcançar o conceito de soberania”, defende Alfredo Cunhal. Os cabazes

chegam a 170 famílias, 95% das quais na Grande Lisboa. Quanto às novas medidas anunciadas pelo Governo considera que “mais vale tarde do que nunca, já que os circuitos curtos têm sido tão desprezados”.

Reservas ecológicas

Sem estar integrada em qualquer plataforma ou grupo, Ana Esteves também viu as encomendas do Pede Salsa, distribuído na Grande Lisboa, mais do que triplicar desde que as escolas fecharam. Para atender à explosão de pedidos, a pequena empresa, que criou há sete anos com o irmão, teve de contratar mais gente para organizar e entregar os cabazes, produzidos na horta familiar e na de agricultores da região oeste e da margem sul com quem trabalham. Ana não sabe se, após a pandemia, as pessoas vão continuar fiéis a cabazes como o seu, mas não duvida de que “em termos de segurança alimentar é bom que o país seja mais autossustentável”.

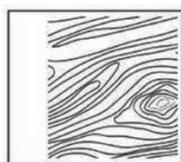
Portugal só é autossuficiente em vinho, azeite, ovos, maçãs e peras, hortícolas e galináceos, mas segundo a investigadora Andreia Saavedra Cardoso podemos sê-lo em mais alimentos. Na sua tese de doutoramento constatou que se toda a área com aptidão agrícola na bacia que abarca a Região Oeste, a Grande Lisboa, a Península de Setúbal e a Lezíria do Tejo fosse cultivada “obter-se-ia um grau de autoaprovisionamento alimentar regional de 72%, com uma dieta que inclui carne e de 84% com uma dieta vegetariana”. Ou seja, seria possível alimentar até 2,9 milhões dos 3,5 milhões de habitantes desta área. Isto porque esta região é privilegiada em termos de solos. O problema é que sendo próximos de aglomerados urbanos, os seus preços são inflacionados e “só classificando-os como reserva ecológica estratégica para a segurança alimentar se pode garantir que neles subsista a produção de bens essenciais”.

ctomas@expresso.impresa.pt

NÚMERO

257

mil explorações agrícolas é o número registado em Portugal (dados INE 2017). A agricultura familiar detém 3/4 da mão de obra agrícola, mas 75% das vendas estão na mão de grandes distribuidores



VIDA SUSTENTÁVEL
Nada muda se não mudarmos

Acompanhe no Expresso e em expresso.pt/vidasustentavel. Participe, discuta e influencie a forma como olhamos para estes desafios. Porque a única certeza é a que está na assinatura deste projeto: Nada muda se não mudarmos.

PROJETOS

AMAP

Existem sete Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade em Portugal (AMAP) que integram a rede portuguesa de agroecologia. Estão localizadas em Montemor-o-Novo, Palmela, Farnalhão, Gaia, Porto, Matosinhos e Guimarães e apostam numa parceria direta entre produtores e consumidores, partilhando riscos e responsabilidades.

PROVE

Iniciado em 2006, nos concelhos de Palmela e Sesimbra, pela Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, este projeto envolve 125 explorações agrícolas e mais de oito mil consumidores em 12 distritos. Tem sido disseminado por Grupos de Ação Local, autarquias e produtores, e conta com apoio do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente e da Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local.

O FUTURO DO FUTURO

Como ouvir um carro elétrico a chegar?

Um compositor de bandas sonoras para cinema está a criar o som que acompanhará o movimento do BMW i4 Sedan. Há outras marcas na corrida

Depois dos matizes bélicos que a música convoca em “Gladiator”, de Ridley Scott, do épico de aventuras “Piratas das Caraíbas” e da suspensão misteriosa do compasso de “A Origem”, o itinerário artístico do compositor Hans Zimmer encontrou novos trilhos para se expressar. Quando o carro elétrico BMW i4 Sedan arrancar, no final de 2020 ou início de 2021, o músico alemão imprimirá ao movimento uma assinatura sonora inconfundível, a contrastar com o quase silêncio habitual dos motores elétricos.

O pianista e engenheiro acústico Renzo Vitale conheceu Hans Zimmer há mais de um ano, quando se reuniram para criar “som com uma história nunca antes contada”. Depois de cinco minutos, conta o artista italiano ao Expresso, já estavam a “falar a mesma linguagem”: ambos queriam imprimir um sentimento novo ao carro enquanto objeto de arte. “O arranque terá um som de menos de dois segundos. Passámos cinco dias no estúdio de Hans em Los Angeles para conseguirmos que os dois segundos traduzissem esperança, coragem e beleza.”

A ideia é celebrar o carro como um produto artístico e o condutor enquanto intérprete, que se expressa através da interação com os pedais. Os dois músicos criaram o som exterior do carro, mas estão ainda a trabalhar no universo sonoro do interior do automóvel, que servirá as atmosferas que o condutor quiser criar, adianta Renzo Vitale.

Pedro Amaral, diretor artístico da Orquestra Metropolitana de Lisboa, considera que este é um “desafio fascinante” para qualquer compositor, e realça que a escolha de Hans Zimmer se prende com a leitura que o artista faz da paisagem. “Os compositores de cinema são peritos em música adaptada a ambientes e situações sociais específicas e até a cenários urbanos”, fundamenta, em declarações ao Expresso.

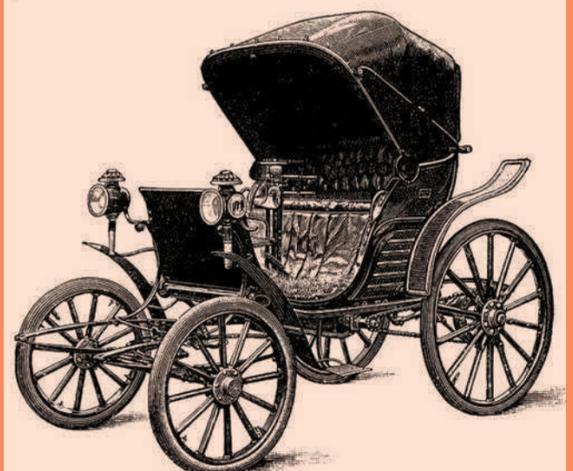
As técnicas dominadas por Zimmer e Vitale preenchem o vazio sonoro do carro elétrico com música. “Digo música, mas é mais amplo do que isso; é uma banda sonora que também contém *bruitage* [som captado para simular ruídos do quotidiano].”

A banda sonora do carro elétrico não vem apenas sublimar a experiência da condução, mas também dar resposta a um problema legal. Em 2018, o Governo norte-americano estipulou que, para segurança dos que se deslocam de bicicleta, transeuntes e invisuais, os carros elétricos teriam de produzir sons artificiais. Também o Parlamento Europeu já emitiu uma diretiva para que estes veículos venham a ser audíveis em meio urbano. “O carro elétrico na cidade, a baixas velocidades, é silencioso, e o condutor tem de estar permanentemente consciente de que não é ouvido”, esclarece, ao Expresso, Joaquim Delgado, professor de Mobilidade Elétrica na Escola Superior de Tecnologia de Viseu.

A regulamentação ainda não é clara na Europa, e, para o doutorado em Sistemas de Energia, a lacuna está na base de muitos acidentes. “Quando estamos a acelerar, ouvimos um zumbido, mas isolado e contido dentro do carro.”

A BMW não é a única na indústria com estas preocupações. Janine Zyciora, chefe da Comunicação de Design da Volkswagen, adianta ao Expresso que a fabricante também terá uma banda sonora para automóveis elétricos, com a autoria de Leslie Mándoki (cuja lista de clientes já incluiu a Disney). Um “design de som que refletirá a sustentabilidade e a mobilidade amigável da marca”, explica.

CATARINA MALDONADO VASCONCELOS
sociedade@expresso.impresa.pt



INTERNACIONAL EUROPA



O novo normal: cliente de máscara num supermercado da Renânia do Norte-Vestefália (Alemanha)
FOTO WOLFGANG RATTAY/REUTERS

Desconfinamento Parques, creches, cabeleireiros, lojas, livrarias voltam a abrir, mas as reações à liberdade variam. Ainda há medo

Estamos mais livres. Será que queremos?

ANA FRANÇA

Governos de todo o mundo começam a levantar as restrições geradas pela covid-19. É um sinal para os cidadãos voltarem aos poucos às ruas, às lojas, relançando a economia, mas nem toda a gente está certa de que seja o caminho mais seguro. Na Dinamarca e na Noruega, movimentos nas redes sociais mobilizam milhares de pais que não querem enviar os filhos para as escolas. O dilema é que para nos mantermos protegidos, em isolamento, não podemos frequentar cabeleireiros, dentistas, museus ou livrarias, que assim perdem o fluxo constante, ainda que reduzido, de clientes. Parece que a normalidade vai demorar, mesmo em sítios onde não é o Governo a impedi-la. Basta olhar

para as fotos da Rua Mariahilfer, uma das principais da capital da Áustria, Viena, para verificar que quase ninguém recuperou o ardor consumista.

ESPAÑA PRIMEIRO AS CRIANÇAS

Crianças nas ruas e parques, de novo abertos, ainda que por pouco tempo, foram a coisa mais próxima de liberdade que muitos espanhóis experimentaram em quase dois meses de duro confinamento. A atividade económica ainda não reabriu, mas o plano existe e pode acabar por ser mais livre em certas zonas do país (as rurais) e bastante contido em urbes como Madrid e Barcelona, onde se concentram os casos de covid-19. A estratégia do primeiro-ministro Pedro Sánchez é, em certos pontos, diferente das restantes que estão a ser desenhadas na Europa. Exemplo: logo na primeira fase (11 de maio), bares e restaurantes com esplanada podem abrir com um terço

da lotação, tal como hotéis, cinemas, teatros e igrejas, todos sob esta mesma regra. Em contrapartida, as escolas estão fechadas até setembro. As lojas maiores só devem abrir no fim de junho, bem como as praias. Espanha já permitira o regresso ao trabalho em fábricas, com vista à exportação, a 14 de abril. Como em França, o uso de máscara é obrigatório em locais como transportes públicos e aconselhado em todos os outros espaços coletivos. “O êxito depende de todos nós”, afirmou Sánchez. “Qualquer comportamento irresponsável prejudicará a sociedade em geral. Temos de refrear a nossa impaciência e ouvir os especialistas.”

FRANÇA REABERTURA POR CORES

O primeiro-ministro Édouard Philippe apresentou uma espécie de desconfinamento por cores: as regiões identificadas a verde terão menos restrições, as cor de laranja um pouco mais, man-

tendo as vermelhas muitas das atuais limitações. A classificação será atribuída mediante avaliação das capacidades locais dos serviços de saúde e unidades de teste, do tipo de negócios predominante ou da estrutura demográfica. As creches abrem a 11 de maio, mas a frequência é opcional. Para deslocamentos até 100 quilómetros, deixa de ser exigido um documento a explicar as respetivas razões, mas os maiores de 65 anos são aconselhados a permanecer o mais isolados possível (cessando, porém, a obrigação de o fazerem). O metro de Paris vai circular com 70% da capacidade e espaçamento de uma cadeira entre passageiros. Os locais de culto não podem realizar cerimónias que juntem muita gente, como missas ou casamentos, mas abrem para visitas rápidas. Os funerais voltam a ser permitidos, com um máximo de 20 pessoas. A partir de dia 18, as lojas dentro das zonas verdes reabrem, tal como os liceus. Restaurantes, bares e grandes instituições culturais estão fechados pelo menos até fim de maio.

POLÓNIA LUVAS OFERECIDAS NAS LOJAS

A Polónia abriu parques, florestas e zonas perto dos rios, onde desde segunda-feira passada se caminha sem restrições. Igrejas e outros locais de culto abriram há quase uma semana, e são permitidas mais pessoas de cada vez nas lojas de produtos de primeira necessidade. Dia 4 abrem hotéis, lojas de materiais de construção e museus, galerias e bibliotecas. Susana Maia, que está a completar a segunda licenciatura na área do design em Cracóvia, sente “muito mais gente na rua desde que abriram os parques”, mas observa que “os polacos têm sido cumpridores nas distâncias, no acesso aos edifícios, na rua, e há luvas distribuídas nas lojas para quem não tiver”. Esta portuguesa diz que “é cedo” para abrir tudo, mas entende a pressão, pois conhece quem passe dificuldades económicas. Na rua todos usam máscaras, e a polícia está “sempre a passar”, mas, conta Susana, “já não emite mensagens

de aviso para permanecermos em casa, coisa que me fazia sempre pensar que estava num filme distópico”.

NORUEGA PAIS NÃO QUEREM CRECHES ABERTAS

É dos países onde mais se tem ouvido o movimento de encarregados de educação contra a abertura das escolas. Mais de 27 mil pessoas estão inscritas no grupo de Facebook “A minha criança não é uma cobaia para a covid-19”. O país reabriu as creches a 20 de abril e uma semana depois as primárias, liceus e universidades, apesar de se manterem muitas restrições, como número de alunos por sala, horários não coincidentes e desinfeção obrigatória. Viajar dentro do país é permitido mas desaconselhado e negócios que possam atender uma pessoa de cada vez, como cabeleireiros, já abriram.

DINAMARCA QUASE TUDO VOLTOU A ABRIR

Um grupo de pais parecido com o norueguês (ver acima) tem mais de 40 mil assinaturas. Nos comentários leem-se histórias do dia a dia das famílias; muitas referem que os filhos que foram à escola uns dias contaram que havia meninos com sintomas de gripe nas aulas. Sem terem lugar seguro para deixar os filhos, muitos pais adi-

A REABERTURA É SINAL PARA VOLTARMOS ÀS RUAS E ÀS LOJAS, RELANÇANDO A ECONOMIA, MAS NEM TODOS ESTÃO CERTOS DE QUE SEJA SEGURO



am o regresso ao trabalho e correm o risco de perder o emprego. Mesmo os que trabalham de casa não são produtivos. “Não vou enviar os meus filhos, por nada”, escreveu a fundadora do grupo, Sandra Andersen. Na Dinamarca já abriram creches e escolas até ao 5º ano, dentistas, tatuadores, cabeleireiros, escolas de condução, psicólogos, salões de beleza e massagens, spas e tribunais, no dia 27.

AUSTRÁLIA MEDO DO DESCONHECIDO

Do outro lado do mundo, onde o vírus mal chegou, a vida quase parou por completo. Os dois filhos de Débora Murray, de 6 e 4 anos, regressaram à escola no dia em que o Expresso falou com esta brasileira, analista no Departamento de Homicídios de Perth. Tem medo? “Sim, há medo”. Nota que “as pessoas continuam a manter a distância”, “os pais têm medo de enviar as crianças para a escola” e, apesar da reabertura gradual da maioria dos negócios e até das praias, na terça-feira, “as pessoas não andam em grupos grandes”. Isto quando passam a ser permitidos grupos de dez e a visita de dois adultos a casa de familiares ou amigos. Apesar de ter relativamente poucos casos (7647 na quarta-feira à noite) e apenas 89 mortes, “a Austrália é um país que nunca teve relação com uma epidemia”, pelo que “todas as mudanças afetaram e continuam a afetar os australianos”.

REPÚBLICA CHECA O REINO DAS MÁSCARAS

Com pouquíssimas mortes em comparação com os parceiros europeus (227 ao fecho desta edição), a República Checa abriu quase todo o comércio na sexta-feira passada, incluindo mercados de rua. De repente, as pessoas começaram a poder andar em grupos de até dez, depois de terem estado proibidos grupos de mais de dois. Lojas, ginásios, bibliotecas e até jardins zoológicos retomaram atividade, tal

era o medo do Governo de que o estrangulamento económico matasse o paciente através da cura. Os bares abrem em duas semanas e no fim de maio quase todo o sector cultural deve estar a funcionar, se bem que com restrições. Há quem esteja céptico, nomeadamente epidemiologistas checos que têm falado à imprensa. Nicolaz Vercera, gerente de um bar em Karlovy Vary, no oeste do país, sabe que a vida vai mudar, senão é o sustento que sofre. “O nosso bar quase não serve comida, não aguentamos. Três dos seis empregados foram dispensados e eu abdiquei do salário. Toda a gente tem medo de apanhar ou transmitir isto, mas muito mais de não ter emprego.” O caminho, diz Vercera, de 35 anos, “é usar sempre máscara”. Como “resultou tão bem e somos tão elogiados lá fora, toda a gente vai usar máscara durante muitos meses”.

ITÁLIA A DISTÂNCIA COMO ATO PATRIÓTICO

Itália é o rosto do caos que o vírus pode semear nos sistemas nacionais de saúde, mesmo os mais robustos. O país conheceu das mais restritivas medidas de limitação de movimentos, mas, na terça-feira, o primeiro-ministro Giuseppe Conte deu esperança aos italianos, adiantando que parques, algumas fábricas exportadoras e a construção civil voltam ao ativo a 4 de maio. Restaurantes e cafés que possam servir em *take-away*, lojas de roupa infantil e livrarias podem funcionar e é possível fazer exercício sem restrições de distância e realizar funerais com um máximo de 15 pessoas, se possível ao ar livre. Parques, bosques e jardins públicos estão abertos e visitas a familiares são permitidas, mas Conte avisou que começa a fase de “convivência” com o vírus: “Se amam a Itália, mantenham a distância.” Reuniões religiosas e espetáculos culturais continuam proibidos. Os museus devem reabrir a 18 de maio.

afranca@expresso.imprensa.pt

Alemanha caminha sobre “o mais fino gelo”

A abertura do comércio não pode deitar tudo a perder, o combate ao vírus não está ainda ganho

Aquelas sequências de imagens captadas por *drones*, que revelaram o insólito das cidades europeias esvaziadas dos seus habitantes durante a fase mais restritiva de combate à covid-19 das últimas semanas, já não seriam hoje possíveis em Berlim. “Se é que alguma vez foram...”, diz ao Expresso, a partir do bairro de Berlin-Mitte, no centro da cidade, Sabine C., alemã de meia-idade que aproveita a conversa com o jornal para ironizar.

Refere-se ao paradoxo que mais a intrigou no decorrer do combate à pandemia, que, virando o mundo do avesso, contou com o confinamento voluntário das pessoas por toda a Europa e mundo fora. O vírus poupou da infeção por coronavírus a esmagadora maioria dos habitantes da capital alemã, onde “o número de casos é baixíssimo relativamente à descontração das pessoas”. Até à abertura de praticamente todas as lojas, nestes dias, se se tivesse feito o filme contínuo a partir lá do alto, ver-se-ia que nunca as margens do rio Spree deixaram de estar povoadas de gente ali estendida nem faltou quem passeasse por ruas ou florestas, a aproveitar as temperaturas prazerosas desta primavera.

Na próxima segunda-feira, 4 de maio, abrem as escolas secundárias para anos de exame. Abrem também, por fim, os cabeleireiros. Permanecem fechados os restaurantes, bares e discotecas. Só um restrito número de países, entre os quais a Áustria, a República Checa e a Itália, arriscaram avançar uma data para a reabertura do sector. O desporto adota regras cautelosas para voltar à vida em breve, o comércio geral re-

abre portas ao público sujeito a regras estritas.

Quem queira tratar do cabelo vai ter de fazer marcação prévia, não poderá haver mais de dois clientes em simultâneo no estabelecimento e o uso de máscara passou a ser obrigatório, tal como nos transportes e nos espaços públicos fechados.

Não deitar tudo por água abaixo

Berlim cede à pressão da economia, que fez lóbi por um “final apressado do *shutdown*”, escrevia a revista britânica “The Spectator” na edição de quarta-feira, 29 de abril. É grande o receio de que, a haver precipitação, as cinco semanas de confinamento não tenham servido para nada, podendo os números do contágio disparar. E as chances de isso acontecer são reais.

“Conservem o nosso sucesso”, apelava, por isso, naquele mesmo dia, Lothar Wieler, diretor do Instituto Robert Koch (RKI) e rosto frequente ao lado do ministro federal da Saúde, Jens Spahn, nos *briefings* públicos regulares sobre os dados da pandemia.

Há que continuar a manter o distanciamento social e usar máscara quando as autoridades federais já aliviaram algumas restrições. Porém, “é frequente ver magotes de amigos que ficam a beber juntos os cafés à porta dos estabelecimentos que só vendem para fora”, explica Sabine C. “Fazem cá fora o que não podem fazer lá dentro e a distância entre eles parece já se ter reduzido.”

Protesto pelos direitos

Foi em Berlin-Mitte que centenas de pessoas se juntaram no sábado, 25 de abril, manifestando-se contra as medidas de confinamento. Reclamavam a “restituição dos direitos constitucionais”, comparando o efeito da covid-19 ao do das gripes sazonais. O protesto durou pouco tempo, não registou incidentes, mas houve quem comentasse que os manifestantes podiam ter razão.

As últimas estatísticas referem que a taxa de reprodução dos infetados descera até 0,7 no seguimento das semanas de confinamento. Este número indica o número médio de indivíduos que um contaminado infeta. Desde que parte do comércio reabriu, o valor passou para 0,9 ou 1,0. Se ultrapassar a unidade, que representa a linha entre crescimento e declínio da doença, poderá dar-se um aumento exponencial do número de infeções.

A “exceção alemã” beneficiou da coordenação entre os estados federados, que são autónomos nas políticas de saúde pública, e da existência de uma rede de duas centenas de laboratórios públicos e privados que exponenciaram a capacidade de resposta logo no início do surto.

Testar tem sido a palavra-chave. Fazem-se hoje 350 mil testes por semana e a chanceler Angela Merkel quer chegar aos 4,5 milhões no mesmo período, ao mesmo tempo que pretende encontrar o melhor meio de rastrear todas as cadeias de infeção.

CRISTINA PERES

cperes@expresso.imprensa.pt

Guerra e Paz

Miguel Monjardino
miguelmonjardino@gmail.com



O NÓ DO PROBLEMA

A pandemia favorece as democracias liberais ou as autocracias? Muitos acham que favorece as segundas. Daí a convicção de que esta é a primavera das autocracias e o outono das democracias.

Esta convicção tem vindo a ser alimentada e explorada pelas principais capitais autocráticas através de campanhas de desinformação política contra as democracias europeias. A China e a Rússia são exemplos. Estas campanhas têm dois tipos de objetivos estratégicos: semear a impressão de que as democracias são fracas, dividir as suas sociedades e consolidar o poder das autocracias a nível interno. Para os que durante as últimas décadas tiveram a ilusão de que o arco da História está do lado da liberdade política, a situação é algo confusa.

A primavera das autocracias deverá ser uma ilusão. Basta olhar para a Rússia, onde a situação é bem mais complicada do que pensamos. Veja-se também o caso da Turquia, que, durante os últimos anos, tem vindo a fazer a transição da democracia para um regime crescentemente autocrático. Esta semana, o Banco Central turco desceu a taxa de juro de referência para os 8,75%. Esta decisão baixa o custo do crédito para as empresas e famílias. Isto é importante para o Presidente Erdogan.

O problema é que aumenta a pressão sobre a lira turca, que se tem desvalorizado muito face ao dólar. A economia da Turquia depende muito de produtos importados e a desvalorização da moeda aumenta de forma significativa os custos de produção local. Além disso, grande parte da dívida das empresas turcas é externa. A diminuição das reservas de moeda estrangeira, que têm vindo a ser utilizadas para defender a lira em relação ao dólar, está a atingir níveis preocupantes. Uma crise na balança de pagamentos parece anunciada.

A Turquia é um bom exemplo do preço que alguns países pagam pela tentação autocrática. O estilo de liderança de Erdogan é cada vez mais autoritário e personalizado. O ataque político contra uma Justiça independente, as universidades, uma imprensa livre e a intimidação da oposição foram essenciais para a centralização do poder num círculo restrito de pessoas. Este é um caminho que não podemos seguir. Portugal, que acaba de comemorar o 25 de Abril, sabe que a tentação autocrática não faz sentido.

A pandemia tem vindo a ter um efeito paradoxal. Por um lado, favorece o poder dos governos centralizados. Por outro, a complexidade das nossas sociedades também favorece um processo de decisão política que tire cada vez mais partido da descentralização ao nível público e privado. Precisamos de lideranças políticas com experiência e visão. Uma visão estratégica competente, informada e partilhada do futuro do país. Também precisamos de uma democracia que garanta o seu escrutínio.

A História não tem uma direção pré-determinada. Os valores de uma República liberal e democrática têm de ser exercidos se quisermos mesmo ter a oportunidade de construir um futuro para Portugal no espaço político e geográfico em que estamos inseridos na Europa e no mundo. A solução não está no governo do partido A ou do partido B: reside em todos nós. Este é o nó do problema.

COREIA DO NORTE

Sucessão de Kim é assunto de família

O sumiço do Líder Supremo fez disparar a **especulação sobre o seu estado de saúde** e possíveis sucessores

MARGARIDA MOTA

Kim Jong-un está longe dos olhares públicos há exatamente 20 dias, sem qualquer justificação oficial. Não é situação inédita na Coreia do Norte, já que, em setembro e outubro de 2014, o Líder Supremo andou desaparecido 41 dias, pensa-se que devido a uma cirurgia ao tornozelo. Antes dele, também o pai, Kim Jong-il, tinha sumido durante 51 dias.

A ausência do líder, de 36 anos, aliada à sua condição de obeso viciado em cigarros, licores e queijo suíço — prazeres revelados pelo amigo norte-americano Dennis Rodman, excêntrico ex-basquetebolista da NBA que o visitou várias vezes em Pyongyang —, fizeram disparar rumores sobre o seu estado de saúde e análises à sua sucessão.

Desde a sua fundação, em 1948, a República Popular Democrática da Coreia tem sido governada pela mesma família, a “linhagem Paektu”, numa alusão ao monte mais alto da península coreana, que tem para o regime uma conotação nacionalista. Segundo a propaganda, Kim Il-sung, fundador do país em 1945, travou ali batalhas feroces contra o ocupante japonês. Foi também onde nasceu o seu filho, Kim Jong-il, que esteve no poder entre a morte do primeiro Kim, em 1994, e o seu

próprio falecimento, em 2011. Era o pai do atual Líder Supremo. É natural que, no curto ou longo prazo, possíveis herdeiros sejam procurados entre os membros da dinastia Kim.

Kim Jong-chol demasiado “efeminado” para liderar

Nascido em 1980, o irmão mais velho de Kim Jong-un nunca foi formalmente preparado para herdar o cargo. O seu pai considerava-o “demasiado efeminado”, sentença que o atirou para fora dos círculos do poder e faz com que não seja opção para suceder ao irmão.

Kim Jong-chol vive na Coreia do Norte e leva o que se pode considerar uma vida normal, ainda que não para padrões norte-coreanos. Apaixonado por música e guitarras, foi notícia em 2015 ao ser reconhecido em Londres, no Royal Albert Hall, onde assistiu a um concerto de um seu ídolo: Eric Clapton.

Kim Yo-jong uma estrela em ascensão

A única irmã do Líder Supremo nasceu em 1988 e é hoje a mais forte garantia de uma quarta liderança da família. Debutou no estrangeiro em fevereiro de 2018, quando representou Kim Jong-un na tribuna presidencial na cerimónia de abertura



Kim Yo-jong, única irmã do líder, tornou-se o seu braço-direito FOTO JORGE SILVA/AFP/GETTY IMAGES

dos Jogos Olímpicos de Inverno de PyeongChang (Coreia do Sul). Não mais parou de crescer nos corredores da política. Quatro meses depois surgiu em Singapura como a mulher de confiança do irmão na histórica cimeira com o Presidente dos EUA, Donald Trump.

Pensa-se que, oficialmente, Kim Yo-jong seja a número dois de um dos principais departamentos políticos do Partido dos Trabalhadores: o da Propaganda e Agitação ou o da Organi-

zação e Orientação. Em março passado começou a emitir comunicados políticos em nome próprio. No primeiro, acusou a Coreia do Sul de parecer “um cão assustado a ladrar” depois de Seul ter protestado contra um exercício militar norte-coreano com fogo real.

Kim Pyong-il o tio diplomata

Tio de Kim Jong-un e meio-irmão do seu pai, passou os

últimos 40 anos a servir o país em missões diplomáticas na Europa (Hungria, Bulgária, Finlândia, Polónia e República Checa). Regressou a Pyongyang em novembro de 2019. Aos 65 anos, é uma opção a considerar na eventualidade de a elite política e militar, conservadora e patriarcal, resistir à ideia de uma mulher — Kim Yo-jong — na liderança do país.

Ao contrário de outro tio do líder, Jang Song-thaek (casa-

do com a única filha de Kim Il-sung), que foi executado pouco depois de Kim Jong-un subir ao poder, Kim Pyong-il tem sobrevivido às purgas. Talvez nunca tenha sido encarado como ameaça credível.

Kim Ju-ae ordem para brincar

A escolha sucessória mais óbvia numa república dinástica como a Coreia do Norte não é, por enquanto, viável. Do casamento de Kim Jong-un com Ri-Sol-ju, de 30 anos, pensa-se que haja dois ou três filhos, todos crianças. A única certeza é a existência de uma filha que terá nascido em 2013. O seu nome foi revelado pelo amigo Rodman a seguir a uma visita a Pyongyang. “Eu segurei na bebé deles, Ju-ae.”

Kim Jong-nam o favorito que se tornou um embaraço

No clã presidencial houve um meio-irmão do líder, mais velho 13 anos, que chegou a ser o favorito do pai. Kim Jong-nam caiu em desgraça em 2001, após tentar entrar no parque da Disney em Tóquio com um passaporte falso. Foi assassinado em 2017, no aeroporto de Kuala Lumpur (Malásia), atingido por gás nervoso. O crime foi atribuído ao regime de Pyongyang.

mmota@expresso.imprensa.pt

POLÓNIA

Vírus contagia eleições presidenciais de 10 de maio

Governo quer manter a data da ida às urnas, embora por via postal. Oposição e tribunais contestam decisão

Um ex-primeiro-ministro a apelar ao boicote das presidenciais e a oposição sem fazer campanha são visões invulgares num Estado-membro da União Europeia. É, porém, a realidade que se vive na Polónia, onde mais de 30 milhões de eleitores são chamados a escolher o chefe de Estado no próximo dia 10 de maio.

O Governo do Partido Lei e Justiça (PiS, direita) ignorou apelos ao adiamento das eleições, opção tomada por muitos países devido à pandemia de covid-19. O primeiro-ministro Mateusz Morawiecki prefere uma votação por correio, inédita em 31 anos de democracia, que suscita questões de garantia democrática e segurança de dados pessoais.

Donald Tusk, chefe do Governo entre 2007 e 2014 pela centrista Plataforma Cívica (PO), anunciou que não votará e pediu aos concidadãos que façam o mesmo. “A decência humana básica não nos permite participar”, escreveu na rede social Twitter o líder do Partido Popular Europeu e antigo presidente do Conselho Europeu, que acusa o PiS de subverter a Constituição. A candidata da PO, Malgorzata Kidawa-Blonska, também não votará.

A maioria pró-Governo na câmara baixa do Parlamento aprovou as eleições. Falta o beneplácito do Senado, onde a oposição é maioritária. Quarta-feira, Morawiecki pediu celeridade aos senadores, prevendo-se a decisão para 6 de maio, a quatro dias das eleições.

Direito de voto em risco

Aos críticos soma-se o Supremo Tribunal polaco, cujo parecer, a pedido do Senado, recomenda “mais trabalho legislativo”. Mais de 600 juizes polacos escreveram à Orga-

A Comissão Europeia abriu novo processo contra a Polónia por atacar a independência da justiça

nização para a Segurança e a Cooperação Europeia (OSCE) declarando-se “preocupados com a ameaça às normas básicas, como a regra do sufrágio universal e secreto”. Tanto a OSCE como a organização de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch (HRW) avisaram que muitos poderão ficar privados do direito de voto. Todos os candidatos suspenderam as campanhas, o que dá vantagem a Duda, que por ser Presidente goza de maior cobertura mediática.

O PiS — explicando que adiar as eleições exigiria uma revisão constitucional — sugeriu que se prolongasse por dois anos o mandato do Presidente Andrzej Duda, proibindo-lhe candidaturas subsequentes, mas a oposição não aceitou.

As sondagens indicam que a reeleição é provável, o que favorecerá a conclusão da reforma judicial lançada em fevereiro, que a UE considera lesiva do Estado de Direito. Quarta-feira, a Comissão Europeia abriu novo processo contra a Polónia por atacar a independência da justiça (que também aplica o Direito comunitário). A comissão dos Valores e Transparência, Vera Jourova, crê que as novas leis polacas “podem ser usadas para controlo político do conteúdo das decisões judiciais”. Varsóvia tem dois meses para responder. Ignorar o aviso pode valer-lhe processo no Tribunal de Justiça da UE e multas pesadas. Já sucedeu em novembro, depois de o PiS (no poder desde 2015) ter reduzido a idade da reforma dos juizes, para refazer o Tribunal Constitucional a gosto e afastar a presidente do Supremo.

A Polónia tem 12.415 casos declarados de covid-19 e 606 vítimas mortais, havendo 3025 recuperados. Com escolas e lojas encerradas, tal como as fronteiras, o uso de máscaras é obrigatório fora de casa.

PEDRO CORDEIRO

pcordeiro@expresso.imprensa.pt



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

PLANO DE RESPOSTA À COVID-19

APOIO

ÀS FAMÍLIAS

ÀS EMPRESAS

E STARTUPS

À CULTURA

AO COMÉRCIO

E RESTAURAÇÃO

Todas as medidas em lisboa.pt

LISBOA NÃO DEIXA
NINGUÉM PARA TRÁS

VENEZUELA

Maduro reverte reformas ‘à chinesa’

Chavismo **anula tímida liberalização dos últimos anos.** Escassez volta às prateleiras dos supermercados

DANIEL LOZANO

Correspondente em Caracas

“Adotamos uma estratégia integral, tendo por principal objetivo proteger toda a família venezuelana da especulação e da usura criminosas. Fazemos muito com nada! Venceremos!” Nicolás Maduro decidiu abandonar a tímida liberalização econômica ao estilo chinês, que fora empreendida em 2019, para regressar ao passado mais obscuro da práxis revolucionária do regime chavista. As palavras do Presidente venezuelano assemelham-se às que utilizava entre 2015 e 2017.

Maduro pretende apaziguar os protestos, saques e distúrbios que agitam a Venezuela profunda devido ao preço dos alimentos, à escassez de gasolina e às falhas dos serviços de eletricidade e água, tudo isso no meio da pandemia causada pela covid-19. Trata-se, neste caso, das classes populares dos Estados do interior do país, onde a derrocada revolucionária se sente a cada minuto.

A ascensão de um vice

Em Uputa, perto da fronteira com o Brasil, um jovem foi morto a tiro pela polícia e dois ficaram feridos. Em Cumanacoa, Maturín, Churuguara, Pueblo Llano ou Araya repetiram-se os incidentes, com feridos e detidos. Nas ruas destas povoações ecoaram reclamações semelhantes: “Temos fome!”, “Queremos comer!”

A bateria de decisões econômicas, somada à mão dura policial para sufocar os protestos, transformou o vice-presidente para a Economia, Tareck El Aissami, na principal figura do regime, ao liderar o retrocesso econômico. Este antigo governador de origem libanesa, vinculado ao Hezbollah, é acusado de narcoterrorismo pelos Estados Unidos, cuja Agência de Combate à Droga (DEA) colocou na sua “cabeça” um prémio



Supermercado de Caracas, segunda-feira. Maduro anunciou controlo de preços de 27 produtos FOTO MIGUEL GUTIÉRREZ/EPA

Os EUA acusam o vice-presidente Aissami de narcoterrorismo e oferecem €9,2 milhões pela sua captura

de 10 milhões de dólares (€9,2 milhões).

Aissami converteu-se ainda em novo czar do petróleo, em substituição do general Manuel Quevedo, que foi protagonista de um dos maiores fiascos na história do “ouro negro”. Quando este militar aceitou o ministério e à presidência da empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), no final de

2017, o país sul-americano produzia cerca de 1,9 milhões de barris; neste momento a produção dificilmente ultrapassa a barreira dos 600 mil barris.

Para lá do entusiasmo da elite revolucionária, o país estremece após ter tomado conhecimento do regresso das velhas receitas: intervenção nas empresas de alimentos, fiscalização dos estabelecimentos comerciais e regresso aos controlos de preços com participação dos militares. Tudo isso a par de nova subida do salário mínimo para celebrar o 1.º de Maio. São cerca de €4 por mês, com os quais cada pessoa pode comer mais um ovo por dia.

A realidade pulveriza a propaganda revolucionária, que

apregoa que a Venezuela é o país com maiores aumentos do salário mínimo, que orça em 800 mil bolívares (€4,2) se lhe somarmos os vales de alimentos. Os pensionistas ficam pior: os seus 400 mil bolívares representam apenas €2,1 por mês.

Inflação mais alta do mundo

A incerteza multiplica-se, porque entre as grandes empresas que serão “supervisionadas” está o Grupo Polar, principal conglomerado privado do país, que há décadas fornece aos venezuelanos a farinha pré-cozinhada para as *arepas*, espécie de pão que constitui o fulcro da sua alimentação. Sem a li-

derança do Polar durante os anos da escassez dificilmente o país teria suportado o colapso sofrido pelo Estado. “O controlo de preços é inviável devido à constante variação da cotação do dólar e à hiperinflação”, advertiu a empresa num comunicado.

A explicação chavista para a nova arremetida é a escalada do preço do dólar, que chegou a ser negociado a 200 mil bolívares, o dobro de há poucas semanas. No ricochete inflacionário intervêm os elementos já conhecidos, como a emissão de dinheiro inorgânico, agora multiplicado pela escassez de gasolina. Segundo números do próprio Banco Central da Venezuela (BCV), a inflação acu-

mulada no primeiro trimestre de 2020 é de 124%, situando-se à cabeça da classificação mundial, embora mais moderada do que em anos anteriores. O Fundo Monetário Internacional prognosticou para a América Latina e Caraíbas uma inflação anual de 6,2%.

A reação ao anúncio presidencial foi imediata: milhares de cidadãos lançaram-se às compras de forma desesperada, rompendo mais uma vez a “quarentena radical” imposta pelo autodeclarado “Presidente povo”. Em poucas horas desapareceram sacas de farinha, óleo, massas ou margarina, os produtos-fantasma de outros tempos. “A ditadura repete a mesma receita: tomada de empresas, ameaças e regulação de preços, que só trará escassez, desabastecimento e inflação. O mesmo que a transformou na minoria que é”, disparou Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional e chefe de Estado interino reconhecido por dezenas de países, incluindo Portugal.

“É absurdo. O Governo constatou que ao liberalizar os preços e o dólar reavivou o abastecimento. Voltaremos à escassez, ao *bachaqueo* [revenda] e a inflações mensais de mais de 50%. O que o Governo tem de fazer, em vez de denegrir as empresas privadas, é promovê-las, como recomendaram os seus assessores chineses comunistas-capitalistas”, protestou José Antonio Gil Yepes, diretor do instituto Datanálisis.

A dolarização de facto, a fuga de seis milhões de venezuelanos e a tímida liberalização ao estilo chinês reduziram a escassez em anos recentes. Com alimentos e produtos básicos nas prateleiras, a hiperinflação converteu-se no principal inimigo do consumidor, desprovido de capacidade econômica para aceder ao cabaz de produtos básicos. Mas, pelo menos, havia comida.

internacional@expresso.imprensa.pt

TURQUIA

Muitos casos, poucos mortos, nenhuma transparência

Erdogan aposta na receita turística e em possíveis ganhos geoestratégicos. Estratégia passa por silenciar os críticos

A Turquia é o sétimo país do mundo com mais casos de covid-19 (117.500 até sexta-feira), mas tem um número baixo de óbitos (3081). São 37 por milhão de habitantes, metade da taxa alemã e um terço da portuguesa. Apesar de a Turquia fazer três vezes menos testes do que o nosso país e de a respetiva Ordem dos Médicos (TTB) acreditar que haja muito mais vítimas mortais — em parte porque “o Ministério da Saúde não codifica corretamente todas as mortes” —, a letalidade é baixa.

Há três explicações: confinamento obrigatório e permanente para os maiores de 65 anos, decretado cedo; população, em média, 10 anos mais jovem (31,5 anos) do que em Portugal ou Itália, e escassez de lares de terceira idade (a maioria dos idosos vive em núcleos familiares tradicionais).

Por outro lado, o sistema de saúde é uma máquina robusta e bem equipada, que adquiriu resiliência perante terramotos ou influxos de milhões de refugiados. Os vistosos hospitais públicos construídos na última década são dos maiores legados do regime de Recep Tayyip Erdogan. “Não estamos sobrecarregados”, anuncia o ministro da Saúde, Fahrettin Koca. “Não somos os Estados Unidos,

o Reino Unido ou a Alemanha.” As 25 mil camas de cuidados intensivos nunca chegaram a saturar. Há apenas 1574 infetados em estado crítico.

Manter a economia ativa

Erdogan não declarou o estado de emergência. Tentou manter a economia a funcionar, mas com recolher obrigatório todos os fins de semana nas 31 maiores cidades. O país fecha à sexta — não é sequer permitido fazer compras ou ir à farmácia —, mas reabre à segunda. Escolas, restaurantes, cafés e centros comerciais estão encerrados, mas o pequeno comércio, mercados de rua e indústria (mesmo não essencial) operam. A Ordem dos Médicos e autarcas da oposição em 11 cidades pedem confinamento mais geral.

Pela primeira vez na década, a economia deverá contrair este ano de forma moderada (–1,4%, prevê um inquérito da Reuters junto de 40 economistas turcos) e o Governo quer reativar o turismo (52 milhões de visitantes e €32 mil milhões de receitas) mal acabe o Rama-

dão, no final de maio, começando pelo mercado interno e certificando praias livres de covid-19.

A gestão tem sido polémica. Falta transparência — o Governo não revela dados essenciais sobre a localização dos casos ou a distribuição de idades — e os críticos são silenciados. Mais de 400 foram detidos e centenas de contas nas redes sociais bloqueadas, por “provocações e falsa informação”. Erdogan politizou a crise sanitária: enquanto proibia iniciativas solidárias dos presidentes das câmaras de Istambul e Ancara (oposição), anunciou uma pomposa campanha de caridade nacional e doou sete meses do seu salário a um fundo que arrecadou €248 milhões.

Dado o risco de infeção naquela que era a segunda maior população prisional da Europa, Erdogan libertou um terço dos reclusos (90 mil), incluindo homicidas, mas deixou encarcerados presos políticos, opositores e jornalistas. Enquanto continuam na cadeia Selahattin Demirtas, líder do partido curdo, ou o filantropo Osman Kavala,

DIPLOMACIA DA MÁSCARA

■ A Turquia ofereceu 500 mil máscaras e quatro mil fatos de proteção aos Estados Unidos. “Pode estar certo de que a Turquia continuará a demonstrar solidariedade, como parceiro forte e fiéis EUA”, escreveu Erdogan a Donald Trump

■ O regime de Erdogan enviou material médico para pelo menos outros 55 países, incluindo Espanha, Itália, Reino Unido e Israel

que apoiou os protestos de Gezi em 2013, saiu em liberdade o mafioso Alaatin Cakici, com ligações a políticos e aos serviços secretos, associado a pelo menos 41 homicídios.

“O sistema presidencial foi instaurado para agilizar decisões, mas não ajuda a resolver os problemas de forma mais eficaz, como demonstra a pandemia. A resposta do Governo tem sido atabalhoada, guiada sobretudo pelos instintos de Erdogan de polarizar a sociedade, punir oponentes e consolidar poder”, escreveu Gonul Tol, diretor do Centro de Estudos da Turquia do Instituto do Médio Oriente, um *think tank* americano. O Presidente discorda: “Com o povo, enfrentamos este desafio de maneira firme, como sempre, perante ataques ao país.” Erdogan encara o vírus como questão geoestratégica: “A ordem mundial pós-coronavírus será muito diferente e a Turquia está a fazer esforços para estar pronta”, veiculou o seu assessor de comunicação, Fahrettin Altun.

JOSÉ PEDRO TAVARES

internacional@expresso.imprensa.pt

**Expresso**

Liberdade para pensar.

A SUA PROTEÇÃO É A SEGURANÇA DE TODOS NÓS



GRÁTIS COM O EXPRESSO MÁSCARA DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Esta notícia é para si. Sabemos que a proteção de todos passa por uma informação séria e credível. E também segura! O EXPRESSO uniu-se à Fidelidade e temos para lhe oferecer máscaras de proteção individual.

Brevemente, GRÁTIS com o EXPRESSO.

Composta por 3 filtros camada, uma dela com filtro anti-bactérias
Certificação CE EN2016/425

Editorial & Opinião

Editorial Passamos do estado de emergência para o estado de calamidade, mas a ameaça está longe de controlada

A verdadeira emergência não acabou

Ao fim de três períodos inéditos de 15 dias na nossa democracia constitucional, o Estado — Presidente, Governo, deputados — decretou, depois de ouvir as autoridades de saúde, o fim do estado de emergência. Acabou o estado de emergência mas a emergência não acabou. Longe disso. Nem para si nem para nós. Nem para os cidadãos, nem para as famílias, nem para as empresas, nem para as organizações, nem para os países. Chamem-lhe estado de calamidade ou o que entenderem chamar. A emergência de saúde causada pela covid-19 não terminou, nem aqui nem em lado nenhum. Ainda esta quinta-feira António Costa confessava como à pergunta feita pelos políticos aos cientistas sobre como vai evoluir o vírus, estes invariavelmente respondem “isso é o que estamos a estudar”.

Repare-se: estamos a dar passos ligeiros no sentido do desconfinamento porque percebemos que o efeito devastador na economia exige que passos no sentido da retoma sejam dados, sob pena de quando a pandemia passar termos um mundo arrasado. Como afirma neste jornal o presidente do Conselho Nacional de Saúde Pública, Henrique Barros, “não há boa saúde sem boa economia”. E nestes dois meses a economia ficou de joelhos. Literalmente. Mas o regresso — como mostram as medidas anunciadas nestes dias, faseadas por sector e sempre evitando aglomerações excessivas de pessoas — é pautado pelo signo do medo. Medo que o sistema de saúde seja inundado e que a capacidade de resposta falhe e os mortos atinjam proporções inaceitáveis. Medo do que possa fazer um vírus que estamos longe de conhecer bem e para o qual uma vacina ainda está longe.

Nesta edição pedimos a duas dezenas e meia de figuras nacionais, das artes à ciência, que nos dissessem o que contam fazer quando voltarmos a ter alguma normalidade nas nossas vidas. Ir à praia, estar com amigos, abraçar familiares, beijar filhos e netos, ir beber um copo... As respostas são muitas e variáveis. Mas sente-se o alerta e o receio. Resumido na perfeição nas palavras de Dulce Maria Cardoso, escritora, para quem esta “espécie de normalidade é um eufemismo para a anormalidade a que estamos obrigados. Um eufemismo perigoso que dá a ideia de que ser-nos-ão permitidos comportamentos que, na verdade, não deveremos ter”.

A TAP A DAR-NOS MÚSICA



Pedro Santos Guerreiro
cidadeps@gmail.com

Sou contra a renacionalização da TAP. Sou pela sua salvação financeira. E pela garantia de que as ajudas do Estado não significam um poço de futuras lamentações.

A nacionalização é uma ameaça negocial, o que o Governo quer é ganhar poder e nomear gestores para a Comissão Executiva. Pedro Nuno Santos acusa a gestão de mentir sobre o dinheiro de que precisa e de gerir mal. Espera-se que o Conselho de Administração da empresa publique rapidamente uma avaliação da gestão. Porque lhe compete. E porque o Estado está na Administração.

A TAP, como todas as companhias aéreas, não está apenas num aperto trimestral, tem muitos prejuízos pela frente. Quando a aviação retomar, os voos estarão se-

mivazios e os bilhetes ao preço da chuva. As receitas cairão a pique, o que levará a corte de custos, incluindo de pessoal. A pressão sobre a liquidez será de pelo menos um ano, com perdas até lá, renegociação de contratos e devolução de bilhetes vendidos para voos cancelados na pandemia. Tudo isto exige caixa, caixa, caixa.

É fácil calcular que a TAP precisará de apoios de caixa na casa dos mil milhões de euros durante um ano. Mil milhões. Para já, pediu ao Estado garantia para um empréstimo de 350 milhões e um conjunto de medidas, apresentadas por Miguel Frasquilho no Parlamento (isenção de taxas, adiamentos de contribuições, *lay-off*), o que soma quase 700 milhões. Os demais 300 milhões é um cálculo meu de evolução futura.

Em regra, os Estados europeus estão a aprovar garantias de Estado a empréstimos, faltando conhecer a decisão da Alemanha para a Lufthansa, que será farol para todos. A exceção é a Alitalia, empresa historicamente falhada em vias de ser nacionalizada, mas que já é uma empresa “privada” controlada pelo Estado.

Em Itália, como em Espanha, há tantas transportadoras que não se depende das companhias de bandeira. Portugal depende, porque isso permite ter um *hub* em vez de um apeadeiro, o que só funciona porque há ligações com companhias brasileiras e americanas que trazem crescimento. É por isso que a privatização feita pelo PSD/CDS salvou a empresa e é também por isso que a renegociação pelo PS garantiu que não há uma venda futura descontrolada da empresa. Mas é preciso lembrar: desde a privatização, a empresa substituiu as carcaças antigas por carlingas modernas, aumentou a frota, contratou dois mil trabalhadores e desceu a dívida de mil para 900 milhões ao mesmo tempo que aumentou a faturação de 2,5 para 3,5 mil milhões. É outra empresa.

Não dou lições de bom comportamento a Pedro Nuno Santos, não me incomoda nada que fale à bruta como falou. Interessa-me compreender que essa hostilização causa uma guerra acionista durante uma negociação e que visa colocar a opinião pública do seu lado para fazer pressão.

Se a TAP precisa para já de

350 milhões de empréstimos e outro tanto de apoios, a empresa deve ter esse cheque mas não em branco. É natural que o Governo queira mais poder, mas não venham com a história dos “filhos da mãe dos privados”, que salvaram a TAP e cujo contrapeso estatal pelo interesse público tem de ser forte, garantindo o futuro da empresa mas não o dos privados nem o dos *boys* públicos. Todos nos lembramos de como a TAP era nacionalizada, atolada em prejuízos, com elefantes a voar, greves, negócios de ruína como o do Brasil, patrocinado pelo governo de Sócrates e Lino. E todos devemos saber que o que se segue são prejuízos, num cenário difícil de sobrevivência.

A TAP antes era uma empresa grande, hoje é uma grande empresa. Negoceiem e entendam-se, mas não façam de nós parvos. Nem os privados, que seguem o seu interesse particular, nem o Governo, que quer mandar por razões políticas. Pedro Nuno Santos diz que “agora a música é outra”, mas se impõe uma nacionalização total acabaremos por dizer-lhe “cantas bem mas não me alegres”.

AFINAL, MOVE-SE



Pedro Adão e Silva
padaoesilva@gmail.com

Sou pouco versado em armamento, mas o suficiente para perceber que entre uma fisga e uma bazuca há bem mais possibilidades do que o recurso a uma pressão de ar. E os sinais que a Europa tem dado na resposta partilhada à pandemia têm revelado alguma capacidade de inovar nas armas escolhidas.

Face à profundidade da crise, a capacidade comum para responder ao Grande Confinamento será sempre insuficiente. A crise será extensa e passaremos por momentos muito

difíceis. Em todo o caso, é um erro olhar para o que já aconteceu na Europa e desvalorizar os passos dados. Por definição, o compromisso político entre duas dezenas de democracias é muito exigente (com o que se passa na Hungria e na Polónia torna-se difícil, aliás, quantificar com exatidão quantas democracias formam a União Europeia). Além de que a integração avançou sempre em pequenos passos e lidando com as soluções de forma relativamente indefinida, permitindo diversas apropriações (Holanda e Itália continuam a interpretar de forma distinta as decisões do Conselho).

Agora não tem sido diferente. Podemos certamente realçar o que ainda não foi feito, o que nunca acontecerá ou até exprimirmos frustração face à lentidão dos processos. Para quem encara a integração europeia como um equívoco e espera

sempre que a realidade confirme as suas piores expectativas, faz sentido. Mas é um erro desvalorizar algumas decisões que, sendo insuficientes, estão longe da irrelevância. Afinal, a Europa move-se.

Há um par de meses, era impensável que Estados-membros pudessem recorrer ao Mecanismo Europeu de Estabilidade sem condicionalidade associada. Passou a ser possível. Acima de tudo, a hipótese de a Comissão se financiar nos mercados para depois emprestar a cada país é um passo de gigante. Aliás, corresponde ao essencial à consagração da velha reivindicação de financiamento partilhado. A menos que a Comissão fixe *spreads* distintos para cada país (o que seria insólito), estamos, de facto, face a um mecanismo de mutualização.

É também por isso que a distinção entre subvenções ou empréstimos é artificial. Até

porque não se percebe que condições objetivas teriam os Estados menos endividados para subvencionar os Estados mais endividados. Seria sempre um caminho politicamente irrealista. Pelo contrário, empréstimos com risco partilhado (e que podem ter maturidades longas e juros baixos) correspondem a um grande passo no processo de integração, enquanto preservam os compromissos políticos entre Estados.

A discussão está longe de estar encerrada (e aliás será por definição contínua). Mas, para nos mantermos nas metáforas bélicas que ganham terreno, agora, enquanto se mantém a artilharia atenta aos passos dados, resta apontar baterias aos critérios de distribuição dos recursos e à definição dos objetivos a privilegiar no plano de recuperação. Batalhas que não se travam nem com derrotismos nem com passividade.

A SIBILA



Sérgio Sousa Pinto
politica@expresso.impresa.pt

A minha avó era analfabeta. Nascida em 1898 numa casa de lavoura farta, tão farta quão farta poderia ser uma casa agrícola das terras rudes de Ribadouro, numa aldeia perdida, entre o rio e o Montemuro. Na viragem do século, fazia férias nas praias de Espinho e, nos anos da República, casou com o meu avô, que era moço de lavoura da sua casa. Não gostava da República e, nos anos 70 (já a família vivia em Lisboa há 50 anos), eu adormecia a ouvir as suas histórias sobre os bandidos que mataram o rei. Enquanto isso, os meus pais votavam PC para a Constituinte, e os meus tios voltavam de África, com uma mão à frente e outra atrás.

No verão, com uma bagagem que incluía a empregada interna, partíamos de férias para a Ca-

parica, e depois para o “Norte”, visitar as terras, boa parte das quais só conhecidas dos caseiros. Ao Algarve ia-se pouco, porque era muito caro.

A aldeia era visitada, mas não ficávamos lá. Não tinha eletricidade, nem água, nem estrada alcatroada. À noite, era tão escura como a própria serra. À chegada, os únicos automóveis eram o nosso Simca e alguns carrões de emigrantes. As crianças da aldeia, sujas e descalças, iam aparecendo, primeiro elas, e depois mulheres com bilhas na cabeça, que olhavam para nós fixamente, esbalgadas. O meu irmão e eu tínhamos muita vergonha.

Os caminhos da aldeia eram feitos de pedras colossais, não aparelhadas, com roços cavados pelas rodas dos carros de lavoura, ilhas num mar de lama e esterco. Como metíamos um pouco os pés para dentro, usávamos umas botas ortopédicas (que detestávamos), feitas por medida na Avenida Duque d’Ávila. Saltávamos como cabritos, de pedra em pedra, tentando progredir. Os outros meninos, descalços, com água e bosta de vaca até aos tornozelos, riam-se de nós.

Aos caseiros eram entregues

sacos da nossa roupa que já não servia. Bebiam-se copos de vinho verde, cheios até à borda, e presunto cortado em cubos e broa. Recusar era afronta impensável. Visitava-se o gado, nas cortes. No escuro, não via as arouquesas, mas sentia-lhes o bafo, o fedor quente e a imponência, como Minotauros domésticos.

A casa, um colosso de granito, atarracado e vernacular, à primeira vista era igual às outras. Mas não era, embora só um antropólogo ou um geógrafo percebesse porquê. O vão da porta dos carros era constituído por uma pedra monstruosa, com inscrições num alfabeto pré-latino, que um antepassado remoto terá achado decorativa. Os muros do quinteiro incorporavam marcos miliares romanos, que por ali terão andado, sabe-se lá a fazer o quê. Os animais bebiam água de sarcófagos antropomórficos de granito, de origem desconhecida. A casa parecia ter sido construída por gigantes, primos dos colossos que pousaram os pedregulhos das muralhas de Micenas, para espanto dos gregos do tempo de Platão. A minha avó era conhecida ainda e chamavam-lhe, com deferência, “D.

Maria Morgada”, apesar de ser de apelido Ferreira. O seu grande orgulho não estava à vista: dizia ser dona da água da aldeia não sei quantos dias por semana. Guardava a escrituração de tantas preciosidades num tubo de ferro, dentro do guarda-fatos do seu quarto.

Ali sediados desde a Idade do Ferro, mudámo-nos para a Rua Josefa de Óbidos, segundo direito.

Regressados à escola — o Jardim-Infantil Pestalozzi, fundado por Lucinda Atalaia e Agostinho da Silva —, entrávamos noutra dimensão do tempo, que não é linear, antes feito de camadas sobrepostas em inverosímil coexistência. Era uma escola dos meninos da esquerda intelectual, a mais avançada do seu tempo. Antes de descer para a carrinha, ia despedir-me da minha avó, ainda na cama, que me dizia: “Que o anjo da guarda te acompanhe.” A empregada carregava os cestos com os termos. Brincávamos no recreio com saquinhos de arroz e berrávamos “CGTP, unidade sindical”. Aos nove, fizemos greve. Exigíamos aulas de educação sexual. Vários países num só, o Portugal de 1980.

Expresso



Proprietária/Editora: IMPRESA PUBLISHING S.A.
Sede: Rua Calvet de Magalhães, 242, 2770-022 Paço de Arcos, NIPC: 501984046
Administração da IMPRESA PUBLISHING: Francisco Pinto Balsemão, Francisco Maria Balsemão, Francisco Pedro Balsemão, Paulo de Saldanha, Paulo Miguel Reis, Nuno Miguel Conde e Cristina Vaz Tomé
Composição do Capital da Entidade Proprietária: 100.000 euros, 100% propriedade da Impresa - SGPS, SA, NIPC 502437464
Registo da publicação na ERC: 101.101 ISSN-0870-1970

Diretor Geral de Informação IMPRESA
Ricardo Costa

Diretor
João Vieira Pereira

Diretores-Adjuntos
David Dinis,
Martim Silva,
Miguel Cadete
e Paula Santos

Diretor de Arte
Marco Grieco

Editores
Vitor Matos (Política),
Joana Pereira
Bastos (Sociedade),
Pedro Cordeiro (Internacional),
Pedro Candéias (Desporto),
João Silvestre (Economia),
Pedro Lima
(Editor-adjunto Economia),
Filipe Garcia
(Revista E)
e José Cardoso
(Editor-adjunto
Expresso Diário)

Grande Repórter
Micael Pereira

Coordenadores Gerais de Arte
Jaime Figueiredo (Infografia),
João Carlos Santos (Fotografia),
e Mário Henriques (Desenho)

Coordenadores
Raquel Moleiro (Sociedade),
Elisabete Miranda (Economia),
Vitor Andrade (Economia),
Ricardo Marques (Revista E),
Rui Tentúgal (Fecho),
Tiago Pereira Santos
(Desenho Expresso Diário),
Joana Beleza (Multimédia),
Cristina Pomba e João
Cândido da Silva (Online)

Redação, Administração e Serviços Comerciais
Rua Calvet de Magalhães, 242
2770-022 Paço de Arcos
Tel: 214 544 000
ipublishing@impresa.pt

Documentação (Gesco)
sciente@gesco.impresa.pt
Delegação Norte
Rua Conselheiro Costa Braga,
502: 4450-102 Matosinhos
Tel: 220 437 000

Publicidade
João Paulo Luz (diretor),
Ángela Almeida
(diretora da Delegação Norte);
Hugo Rodrigues
(diretor publicidade/agências),
Dinorá Casanova e Nuno
Martins (gestores de conta);
Carlos Lopes (diretor
publicidade diretos),
Miguel Teixeira Diniz e Sérgio
Alves (gestores de conta);
Marta Teixeira e Helena
Almeida (gestores de conta
da Delegação Norte)
Tel: 214 544 073/214 698 798
Fax: 214 698 516

Publicidade On Line
publicidadeonline@impresa.pt

Tiragem média de abril
73.525 exemplares
Associação Portuguesa
para o Controlo de Tiragem
apct
Associação Portuguesa
de Imprensa

VISAPRESS
Direitos de Autor Protegidos

Assinatura Expresso Digital
Trimestral (12 semanas): 18€
Anual (52 semanas): 78€
6-Month (104 semanas): 104€
Ligue 214 698 801 ou vá a lojaimpresa.pt
(horário: 9h às 19h, de segunda a sexta)

ESTATUTO EDITORIAL DISPONÍVEL EM
www.impresa.pt/Lei78/2015

Marketing, Comunicação e Criatividade
Mónica Balsemão (diretora),
Ana Paula Baltazar (coord.
de marcas de informação),
Susana Freixo (gestora
de marcas) e Carla Martins
(coord. de comunicação
para relações externas)

Produção
Maria João Lopes (diretora),
João Paulo Batlle y Font
(coordenador),
Carlos Morais e Joaquim
Rodrigues (produtores)

Atendimento Ponto de Venda
pontodevenda.ip@impresa.pt

Impressão
Lisgráfica,
Casal de St Leopoldina,
2745 Queluz de Baixo

Distribuição
VASP-MLP
Media Logistics Park
Quinta do Grajal, Venda Seca
2735-511 Aqualva Cacém
Tel: 214 337 000
Pontos de Venda:
contactcenter@vasp.pt
Tel: 808 206 545
Fax: 808 206 133

“A Impresa Publishing não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias”.



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

O ESTADO JÁ NÃO É PORREIRO

Não conhecemos os obscuros desígnios que levaram o segundo governo de Passos Coelho, que existiu durante um mês, a vender a TAP dois dias depois de ter sido derrubado no Parlamento. E sabendo que o governo que tomara posse queria reverter a operação. Não vá aparecer o argumento de que devemos deixar a TAP falir, Passos vendeu-a porque achava que era a única forma de a salvar. Mas sabemos como acabou a suposta renacionalização: não aconteceu. O Estado é um gajo porreiro que paga mas não manda. Apesar do Estado ser dono de metade da empresa, a Atlantic Gateway nunca deu cavaco aos administradores nomeados pelo governo, sem qualquer função executiva. A culpa é de quem lhes vendeu a TAP na 25ª hora e de quem aceitou os termos da “renacionalização”.

Como todas as companhias aéreas, a TAP precisa urgentemente de dinheiro. David Neeleman e Humberto Pedrosa têm a solução: entra mais dinheiro público e fica tudo na mesma. O primeiro de vários pedidos que virão é um empréstimo privado de 350 milhões com garantia pública. Tendo em conta que a TAP deve 800 milhões, é improvável que estes 350 milhões sejam pagos sem que o Estado se volte a chegar à frente. De uma ou de outra forma, irá pagar. Perante a proposta, que teve o CDS como porta-voz, Pedro Nuno Santos respondeu com uma lapalissada: se só o Estado

Ou a TAP deve falir ou o Estado abandona a posição de pai rico de menino mimado, que paga as contas e não manda nada

meter dinheiro é o Estado que fica com a maioria da propriedade. Parece óbvio, mas os nossos liberais acham que a propriedade privada é tão sagrada que deve ser financiada. Dizem que outros Estados estão a salvar as companhias aéreas. Regressam à mesma regra que se usou para os bancos: capitalismo nos lucros, socialismo nos prejuízos. O acionista privado distribui prémios, o acionista Estado corre riscos.

Revoltados com o topete do ministro das Infraestruturas, as centrais de comunicação lançaram a *fatwa* esperada. Que é lá isto de um socialista falar dos impostos pagos pelo povo? Isso é retórica para as gorduras públicas, nunca para vícios privados. Falam de 1975 e da fúria nacionalizadora. José Manuel Fernandes acusou o ministro de querer “mandar na empresa em vez de ajudar a salvá-la”. A ideia de que para o Estado pôr dinheiro numa empresa (e eles querem que ponha) de que é acionista tem de reforçar o seu poder nessa empresa é aviltante. Só tenho o conselho: não digam que isto é “comunismo”, não vá o povo achar que comunismo é só decência. A história ensina que isso não é verdade. O ministro está a aproveitar para corrigir uma venda obscura e uma renacionalização que nunca o foi? Sim. E faz muito bem, porque não está escrito em lado nenhum que as crises só são uma oportunidade para os interesses privados. Há duas posições aceitáveis neste debate: ou a companhia de bandeira deve falir, que é o que acontecerá sem dinheiro público; ou o Estado deve cumprir o seu dever de acionista sem continuar na posição de pai rico de menino mimado, que paga as contas e não manda nada. O resto é assalto aos contribuintes e fraude política. Como foi a reversão da estranhíssima venda da TAP.

E DANIEL OLIVEIRA ESCREVE NO EXPRESSO DIGITAL DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

Em que medida é que os últimos acontecimentos abalaram as nossas crenças?

Certezas que o vírus abalou



Luís Aguiar-Conraria
Professor de Economia da Univ. do Minho
lfaguiar@eeg.uminho.pt

Há 15 dias, Francisco Mendes da Silva lançou uma provocação na sua coluna no “Jornal de Negócios”. Estranhava que “ninguém se tenha espantado com o cisne negro do coronavírus a ponto de mudar aquilo em que acreditava”. A pergunta é interessante: em que medida é que os últimos acontecimentos abalaram as nossas crenças? Tenho pensado e parece-me que há pelo menos três certezas que deixei de ter.

1. Dinheiro a crescer nas árvores

Impressão de moeda pelo banco central para financiar diretamente o Estado sempre foi tabu para mim. Os riscos são enormes e o maior é mesmo o de correr bem. Em correndo bem uma vez, a tentação para imprimir moeda na crise seria grande. Mas a partir do momento em que haja a percepção de que a moeda pode ser criada por simples conveniência, como se crescesse nas árvores, será impossível manter o seu valor. Não há melhor forma de destruir uma economia do que destruir a sua moeda.

Esta terá sido a primeira certeza que pus de lado. Ao ver como os Governos fechavam países e ao perceber como se iam endividar, perguntei-me como seria possível financiar tudo isto. Sendo todas as alternativas más, a impressão de moeda até parece razoável. Participei, com vários colegas, na elaboração de um manifesto que desafiava o BCE a fazer isso mesmo. Para minha surpresa, várias dezenas de economistas de todo o mundo, alguns bastante conservadores, juntaram-se ao manifesto.

Pelo menos neste assunto a acusação de que os economistas se agarram a dogmas e não se adaptam à realidade é injusta.

2. Participação no euro

Desde que sou intelectualmente adulto, nunca tive certezas de que a decisão de entrar no euro foi correta. Mas sempre tive a certeza de que sair do euro seria um desastre. Mesmo durante a crise das dívidas soberanas, em que muitos apelaram a que saíssemos do euro, considerava a hipótese uma loucura.

A verdade é que a situação é tão incerta que não devemos descartar possibilidades. É possível que Itália e Espanha tenham uma crise tão profunda que acabem por escolher sair do euro, o que lhes permitiria fazer desvalorizações competitivas das suas moedas e, via inflação, desvalorizar as suas dívidas. Sem estes países, não fará sentido Portugal continuar no euro.

Luís Viegas Cardoso

Governantes, empresas e especialistas têm vindo a analisar a possível utilização de aplicações digitais (*apps*) como estratégias de rastreamento da covid-19. Neste momento, 39 países à escala global estão a desenvolver este tipo de aplicações, incluindo vários países a nível asiático ou europeu. Num momento de desconfinamento e, sobretudo, de reabertura de fronteiras, deve-se garantir que todas as aplicações estarão interligadas entre si, de forma a que o rastreamento da covid-19 seja eficiente e ações de isolamento sejam levadas a cabo sempre que casos positivos sejam detetados.

Já em termos tecnológicos, enquanto que Israel e a Coreia do Sul decidiram utilizar o sistema GPS para monitorizar a propagação do vírus nas suas comunidades, permitindo a geolocalização dos seus cidadãos, a Google e a Apple ou mesmo académicos do MIT Media Lab decidiram utilizar a

que, não sendo a ideal, seja a suficiente para impedir a desagregação do euro. De qualquer forma, este assunto deve deixar de ser tabu.

que, não sendo a ideal, seja a suficiente para impedir a desagregação do euro. De qualquer forma, este assunto deve deixar de ser tabu.

3. Uso de dados pessoais pelo Estado

Um dos assuntos difíceis é o do uso de dados pessoais para vigiar os nossos movimentos. Há mesmo quem fale em certificados de imunidade. Discute-se com naturalidade o que era um reduto inviolável da nossa privacidade.

Esta discussão surge a propósito de uma doença benigna, como a covid-19, com uma baixíssima taxa de letalidade e de complicações. Tudo indica que a maioria das pessoas que foram infetadas nem se tenha dado conta de ter estado doente. Se um vírus tão leve causa tanto histerismo e disrupção, o que acontecerá quando houver uma pandemia verdadeiramente mortal ou incapacitadora?

Um Estado ou um Governo ter acesso aos movimentos e aos dados de saúde de uma pessoa é mais característico de sociedades totalitárias do que de democracias. Mas, se a reação à covid-19 tem sido o que tem sido, é muito provável que, perante um vírus letal, sejam as populações a impor aos Governos o uso deste tipo de dados. Numa situação destas, as ditaduras podem parecer particularmente apelativas. E se sempre foi um pesadelo viver em ditadura, viver em ditadura quando é tão fácil ao Estado aceder a tantos dos nossos dados privados seria um inferno.

Possivelmente, mais vale garantir que as democracias têm os instrumentos necessários para lidar com estados de calamidade e avançar já, enquanto ainda é possível discutir racional e livremente, e impor limitações ao uso de dados (e até a sua destruição ao fim de algum tempo).

Percebo a fragilidade da argumentação. Que sentido faz, para defender a democracia, aceitar que fique mais parecida com um regime totalitário? Tenho dúvidas, mas não consigo deixar de dar importância à forma como tantos se dispõem a prescindir da sua liberdade e privacidade para enfrentar um vírus que, apesar de tudo, é bastante inócuo.

É possível que Itália e Espanha tenham uma crise tão profunda que acabem por escolher sair do euro. Sem estes países, não fará sentido Portugal continuar no euro

E LUÍS AGUIAR-CONRARIA ESCREVE NO EXPRESSO DIGITAL ÀS SEGUNDAS-FEIRAS

Conselheiro Assuntos Digitais, Presidência Comissão Europeia (I.D.E.A.)

Podem as apps da covid-19 ser eficientes, seguras e confiáveis?

tecnologia *bluetooth*, pois é aquela que se torna menos intrusiva, armazenando apenas o número de telefone e ID do *bluetooth*.

Visto que um vasto conjunto de aplicações digitais estão a ser desenvolvidas à escala global, levantando novas questões sobre a soberania tecnológica da Europa, convém olhar atentamente para os projetos de empresas europeias, alguns desenvolvidos em Portugal, ou para o projeto pan-europeu (PEPP-PT), que reúne mais de 130 membros em oito países europeus e que defende a utilização da tecnologia *bluetooth* como a que mais se coaduna com os valores europeus. Neste caso, importa ainda clarificar qual a ‘distância social’ e o ‘intervalo de tempo’ em que indivíduos precisam de estar próximos entre si para que o *bluetooth* seja ativado entre telefones e a informação registada, de forma a não se tornarem sistemas de vigilância em massa, mas sim e apenas com efeitos de rastreamento de covid-19.

Importa sublinhar que estas novas aplicações devem estar em sin-

tonia com o regulamento europeu de proteção de dados, honrando a privacidade individual, como alertaram recentemente cerca de 300 académicos numa carta aberta. Para respeitar a nossa privacidade e ser completamente seguro, todos os ID temporários recolhidos pelos dispositivos *bluetooth* devem ser excluídos após os 14 dias de quarentena mencionados pelas autoridades para fins de isolamento, bem como serem armazenados de forma individual e não num grande repositório de dados, evitando assim ataques *online* mais amplos e destrutivos.

À medida que empresas, académicos ou mesmo governos desenvolvem novas aplicações digitais, a Comissão Europeia publicou um guia prático que recomenda diferentes padrões e exigências, a fim de respeitar os princípios e valores europeus. Existindo já um conjunto de boas práticas, aguardamos que as empresas contribuam para o desenvolvimento de novas aplicações digitais que sejam, apenas e só, úteis para rastrear e diminuir a expansão da covid-19.



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

DISTOPIA AO VIRAR DA ESQUINA

Meu caro leitor, a questão não é sabermos se você vai entrar em *burnout*. Todos nós vamos conhecer variações do *burnout*. A questão é sabermos se você continuará a funcionar em casa e no trabalho apesar do *burnout*. Este período testará os limites da resiliência de cada um de nós, criará divisões entre resistentes e desistentes. Nas empresas, a quarentena será uma peneira que criará uma divisão entre aqueles que mantiveram a falange fechada e aqueles que baixaram a guarda. Tenho medo desta divisão, meu caro. Aliás, tenho pavor desta impetuosidade darwinista.

O mundo não pode ser só dos mais fortes, dos mais resistentes, dos puros, dos heróis, daqueles que resistem, daqueles que não quebram. Quando tudo isto terminar, a tentação das chefias será punir aqueles que não responderam heroicamente à chamada e premiar os heróis da quarentena; a tentação será premiar a força e punir a fraqueza. Devemos ter o máximo de cuidado com este impulso moralista, que tem um potencial de desumanização enorme. Não nos podemos reger por uma lógica darwinista. Até porque não conhecemos os problemas de saúde física e mental das pessoas. Nem devemos conhecer. Uma pessoa que fraqueje na quarentena não é necessariamente fraca *per se*, pode estar só a passar por uma fase terrível. O que me leva, meu caro, à distopia que está já ao virar da esquina: a compilação e utilização dos nossos dados de saúde pelas empresas e pelos Estados.

Imagine que se torna possível este cenário: você concorre a uma vaga de uma empresa; antes mesmo de o ouvir, a empresa tem acesso aos seus dados de saúde e descobre que você tem sérios problemas de saúde

Como tantos Governos ocidentais, o nosso Governo prepara uma *app* autoritária que visa controlar os movimentos de pessoas doentes com covid-19. Ou seja, se você tiver contacto com o vírus, os seus movimentos passam a ser vigiados pelo Estado em nome do bem comum. Não aceito esta intrusão. Não aceito que você seja tratado como uma criança ou como um escravo. Se estas *apps* que imitam as soluções chinesas não são inconstitucionais, então não sei para que serve a Constituição. Ser livre tem um preço. A liberdade tem um custo. Não podemos querer uma coisa e o seu contrário, não podemos desejar uma liberdade ocidental nos tempos normais e um Estado totalitário chinês quando os tempos apertam. Até porque estas *apps* que surgem no sulco aberto pelo arado da covid-19 são apenas a porta de entrada para uma tentação possibilitada pela tecnologia.

Que tentação? Recomendando-lhe a série “Westworld” (HBO), que, na sua terceira temporada, emerge como a grande análise à tentação de que falo: a compilação e aproveitamento de dados pessoais, nomeadamente os da saúde. Imagine que se torna possível este cenário: você concorre a uma vaga de uma empresa; antes mesmo de o ouvir, a empresa tem acesso aos seus dados de saúde e descobre que você tem sérios problemas de saúde, ou é cardíaco, ou tem fortes probabilidades genéticas de desenvolver cancro numa idade ainda “produtiva”, ou tem propensão para apañar gripes, ou é propenso a depressões; o algoritmo até diz que você optará pelo suicídio em breve. Perante este quadro, a empresa decide que você não merece a aposta. Esta distopia, dramatizada por “Westworld”, não está assim tão longe. Estamos a caminhar para um mundo onde os fracos e doentes deixarão de ter o direito à superação.

E HENRIQUE RAPOSO ESCREVE NO EXPRESSO DIGITAL DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

Opinião

A nova fase da pandemia

Uma nova perspectiva para a reabertura da sociedade

Alexandre Relvas, Miguel Lucas, Miguel Pinto Luz e Pedro Santa Clara

Depois da primeira fase de combate à epidemia — que teve, felizmente, bons resultados —, vamos entrar agora numa nova fase, em que temos que aprender novas formas de viver e trabalhar na presença do SARS-CoV-2 — tal como sempre fizemos ao longo da História com outros, do sarampo à malária, do VIH à tuberculose. Nesta nova fase, parece-nos fundamental que as decisões do Governo sejam baseadas em factos sejam transparentes, discutidas e partilhadas. Só assim se pode esperar que os portugueses ajustem os seus comportamentos durante os muitos meses com que certamente teremos de conviver com o vírus.

Quando, há mais de uma semana, quase 400 subscritores endereçaram uma carta aos mais altos dirigentes da Nação, mais do que resposta, queríamos contribuir com ideias e disponibilizar a nossa colaboração. O propósito foi claro: ajudar a encontrar um caminho para o regresso à vida o mais normal possível.

Temos registado com satisfação o acolhimento e implementação de muitas das ideias sugeridas na nossa carta: o uso de máscaras, a massificação de testes serológicos e até a proposta que gerou mais polémica rece-

beu recentemente apoio do primeiro-ministro para a utilização, com supervisão da Comissão de Proteção de Dados, de informação cedida pelos operadores de redes móveis para notificar cidadãos expostos a risco de contágio via SMS ou contacto telefónico.

Mas se, por um lado, ficamos satisfeitos pelo acolhimento e simpatia perante as propostas apresentadas, por outro, a implementação de medidas desgarradas não garante a consistência, nem muito menos o envolvimento que é fundamental para garantir o regresso das pessoas à sua vida normal. Só com confiança será possível voltar a abrir a nossa economia. Mas isso pressupõe planeamento integrado de médio e longo prazo, transparência na comunicação e aprendizagem constante.

A palavra chave neste período, tão cara e rara neste país, é planeamento. Só com planeamento: podemos ter sucesso, minimizando os efeitos de uma possível segunda vaga e assegurando que nunca mais seja decretado novo confinamento, que seria certamente ainda mais devastador; podem as empresas preparar o regresso à atividade com segurança para os seus trabalhadores; pode o SNS fazer os investimentos necessários para responder à evolução da epidemia; podemos ser capazes de proteger os mais vulneráveis, nomeadamente os portugueses que estão em lares ou centros de acolhimento; podemos garantir que o reinício das aulas pode cor-

rer com normalidade. Precisamos de um plano concertado e bem explicado para envolver e coordenar todos os portugueses no propósito comum.

Em democracia e num Estado de Direito, a transparência é fundamental para estabelecer confiança entre os que governam e os que são governados. Quando falamos de transparência, falamos da necessidade de os decisores públicos darem a conhecer os objetivos, os processos de tomada de decisão, os pareceres que recebem, os modelos utilizados, a evidência em que estes se baseiam e as implicações esperadas das medidas escolhidas não só no controlo da epidemia, mas também na vida em sociedade. Não está em causa a legitimidade, licitude ou legalidade das decisões do Governo, mas está seguramente em causa a qualidade destas decisões e o seu impacto nas nossas vidas. O debate e a justificação das medidas são elementos fundamentais que têm faltado até agora. Como sociedade, devemos retirar de todo este processo ensinamentos para a tomada de novas decisões, fazendo periodicamente um balanço e uma avaliação do impacto das consequências económicas e sociais, nomeadamente noutras áreas da saúde pública, dos caminhos escolhidos até à data.

Este balanço periódico é fundamental como aprendizagem para a ponderação de novas medidas que necessitam de ter uma perspectiva integrada da vida nacional. É certo que não sabemos a evolução completa desta epidemia, nem os seus impactos no futuro, mas, enquanto não existe uma vacina, é urgente criar mecanismos seguros de regresso à vida normal. É tempo de dar uma resposta eficaz. É tempo de aproveitar o conhecimento e capacidade de todos, congregando os conhecimentos e vontades de que o país dispõe para, no presente, preparar o futuro.

In Memoriam

1935-2020 Foi a biógrafa celebrada de Samuel Beckett, Simone de Beauvoir e de vários outros escritores, bem como de Al Capone

Deirdre Bair

José Cutileiro

Deirdre Bartolotta Bair, que morreu na sua casa em New Haven, Connecticut, Estados Unidos da América, no passado dia 17 de Abril, de insuficiência cardíaca, biógrafa celebrada de Samuel Beckett e de Simone de Beauvoir (e de vários outros escritores, bem como de Al Capone) — e autora depois de outro livro de sucesso sobre episódios, às vezes divertidos, às vezes rocambolescos, às vezes penosos da escrita desses dois livros —, ia quando era adolescente buscar livros à biblioteca pública em New Haven, sua cidade natal, e um dia a bibliotecária recusara-se a emprestar-lhe um ‘por não ser para a idade dela’, o que levava seu pai a procurar no dia seguinte a bibliotecária para lhe dizer que devia emprestar à filha todos os livros que esta quisesse levar consigo, o que a bibliotecária passara a fazer e eu conto aqui porque se deve recordar que sem uma cultura de liberdade, onde burocratas pagos pelo Estado não possam ditar a adolescentes e suas famílias o que estes e estas sejam autorizados a ler, não há vida social decente possível, quotidiano das pessoas que não seja quotidianamente aviltado para sempre (a proibição nesse dia era de “Forever Amber”, mas noutro lugar e noutra altura poderia ter sido da Bíblia, ou do Alcorão, ou do Manifesto Comunista ou do “Discurso do Método” — ou de qualquer sátira de má qualidade a ditadouro de pior qualidade ainda).

À vontade nas letras e dada a elas, foi fazendo o seu caminho de estudiosa dessas coisas por Columbia e outras universidades da costa oriental dos Estados Unidos, licenciou-se a certa altura pela de Pennsylvania, e depois quase por capricho, sem nunca ter lido antes nenhuma biografia, fosse de quem fosse, escrevera a Samuel Beckett propondo-se escrever a sua biografia e pedindo para isso a ajuda. Esperava, como muitos outros e outras ou não receber resposta nenhuma ou receber um negativa displicente, mas



FOTO FARAH NOSH/GETTY IMAGES

para grande surpresa sua, meia dúzia de dias depois chegou carta de Beckett, dizendo-lhe que poderia meter-se a isso, e que ele não a ajudaria nem lhe dificultaria o trabalho (“neither help nor hinder”). Começaram então visitas a Paris, relutantemente recebidas pelos escassos amigos e confidentes do Mestre (alguma inveja também de colegas americanos) e as dificuldades do próprio Mestre quanto a

A sua biografia de Simone de Beauvoir foi considerada ‘livro do ano’ pelo ‘New York Times’

duvidosos episódios de homossexualidade. A intriga medra nestes meios e a jovem americana, vindo tantas vezes sozinha a Paris, certamente procurava aventuras. Não era o caso, e ao fim de alguns anos, em 1978, a sua biografia de Beckett apareceu, veio a ganhar importante prémio americano e continua a ser uma referência. Passado algum tempo, entendeu-se com Simone de Beauvoir e meteu-se a escrever a biografia dela. Ai, as dificuldades foram outras, por exemplo, as reticências e relutância em

falar de Beauvoir sobre certos aspectos da vida dela: durante a ocupação fora bem paga por empresa financiada pela Alemanha nazi; sobre a sua possível bissexualidade — “sim, eu e Sylvie beijamo-nos na boca, apalpamos as maminhas uma à outra mas não fazemos nada lá em baixo, por isso não nos pode chamar lésbicas”. Mas deu-se bem com Simone de Beauvoir, foi inspirada pelo feminismo dela, coisa nova nessa altura, mas entendeu-a bem como escritora, e a biografia, publicada em 1990, foi considerada ‘livro do ano’ pelo “New York Times” e vendeu bem. Entre os seus outros biografados, figuram também Carl Jung e Anaïs Nin, mas Beauvoir e Beckett vão mais longe na descoberta permanente da língua francesa (e no caso de Beckett, também inglesa). Quando soube da morte de Deirdre Bair, resolvi lembrá-la por ter explorado, dos menores mais sórdidos às mais amplas visões, os bons e maus jeitos de dois daqueles que no século XX mais fizeram para purificarem o dialecto de cada uma das suas tribos — sobretudo neste tempo de aviltamento literário e cultural.

José Cutileiro escreve de acordo com a antiga ortografia

Cartas da semana

Os originais das cartas não devem ter mais de 150 palavras, reservando-se a Redação o direito de as condensar. Os autores devem identificar-se indicando o nº do B.I., a morada e o nº do telefone. Não devolvemos documentos que nos sejam remetidos. As cartas também podem ser publicadas na edição online.

Para contacto:
Cartas@expresso.imprensa.pt

A tristeza dos dias

Esta pandemia desnudou a fragilidade das relações entre seres humanos. Viu-se com clareza, e por parte de quem não se esperava, a perda de decisão de eliminar os mais velhos, os mais frágeis, os mais dependentes, com resquícios de eugenismo que se julgava enterrado com o 3º Reich!

ELISABETE OLIVEIRA, FARO

Solidariedade

Forças políticas e sindicalistas virem levantar questões de aumentos de salários e direitos dos funcionários públicos de forma indiscriminada no momento que atravessamos demonstra irresponsabilidade e insensibilidade. Convém não esquecer que a maioria do emprego é proporcionado pelas pequenas e médias empresas, onde, na esmagadora maioria, patrões e empregados estão condenados nos próximos meses a uma perda brutal dos seus rendimentos, ou mesmo total. Teremos de ser todos ca-

pazes de nos reinventarmos nas responsabilidades e funções que desempenhamos, com especial foco na solução de forma justa e solidária em tempos onde adquirem especial protagonismo muitos funcionários públicos.

RICARDO RODRIGUES,
PAÇO DE ARCOS

A decadência americana?

O estado a que chegaram os EUA, com um Presidente ignorante e mal-educado, deve preocupar-nos, pois isso é o reflexo da decadência norte-americana nos últimos anos. É inadmissível na atual crise não haver um líder que comande a resposta ao perigo e se mostre à altura dos desafios de um futuro perigoso.

MANUEL ALVES, LISBOA

Moralidade

Se um funcionário da nossa Administração Pública se sentir lesado por um ato de um seu superior hierárquico, poderá recorrer para quem acima, por sua vez, se encontrar do autor desse mesmo ato.

Entretanto, se o funcionário tem prazo para recorrer, sob pena de indeferimento liminar da sua pretensão, por extemporânea, a pessoa para quem ocorre igualmente prazo tem

para o seu recurso apreciar. Sucede, porém, que não raro se assiste a todo um desrespeito pelos prazos de pronúncia por parte de quem a eles está obrigado, empurrando o recorrente, em desespero de causa, para a via judicial.

LUÍS GANHÃO, QUARTEIRA

Cara Dr.ª Isabel Vaz

No Expresso de 18 de abril li o que disse: “A pandemia apañou o SNS de calças na mão.” Esta afirmação é gratuita, no meu entender, já que o SNS e os seus profissionais deram e continuam a dar uma resposta digna não só à pandemia mas a todo o tipo de patologias. E lembro que atende aos “ricos” e aos “pobres”. E o privado? O privado, a quem se encontra ligada enquanto gestora, está habituado a comer *filet mignon*! Para além de ser o Estado a sustentar 12 anos de formação de intensivistas e outros profissionais, que depois são aliciados para o privado.

LUÍS BATALAU, MÉDICO

Retificação

Ao contrário do que foi publicado no artigo “Descer a avenida mas à janela”, na passada semana, a Celeste dos cravos não era florista. Trouxe os cravos do *self-service* onde trabalhava.

OBITUÁRIO



Honor Blackman

1925-2020 Atriz britânica, atingiu a fama nos anos 60 com o papel de Cathy Gale na icónica série inglesa “Os Vingadores” (não confundir com a série de filmes de super-heróis com o mesmo nome da Marvel). A personagem de Cathy — era a assistente sofisticada com um gosto particular por fatos de couro de John Steed, o protagonista — atingiu uma tal popularidade que a atriz foi escolhida para o papel de Pussy Galore, no filme “007 contra Goldfinger”. Honor interpretava o papel da “piloto pessoal” e líder de um

gangue feminino ao serviço de Goldfinger, o vilão. A tensão com Sean Connery faria dela uma das mais celebradas Bond Girls da história dos filmes. Ficará para a história como a atriz mais velha de sempre — 37 anos — a interpretar o papel de uma Bond Girl nos filmes inspirados nos livros de Ian Fleming. Era republicana e militante dos democratas liberais. Fez parte do movimento Republic, que pretendia substituir a rainha por um chefe de Estado eleito e, por isso, recusou o título de Dama do Império. Depois do êxito de “Goldfinger”, gravou um disco, entrou em filmes com Brigitte Bardot e, outra vez, Sean Connery (“Shalako”, um peculiar *western* britânico); fez de Hera em “Os Argonautas” e andou em digressão pelos palcos britânicos com peças como “My Fair Lady” e “Cabaret”. Dia 5, de causas naturais.

☛ **João de Azevedo (1950-2020)**, pintor e ilustrador, é autor de uma das capas mais icónicas dos discos de José Afonso: “Com as Minhas Tamanquinas”. Fez as capas das agendas do SOS Racismo e é autor de “Táxi”, um bizarro livro que assina a meias com Fernando Cabral Martins. Dia 25, de embolia pulmonar. ☛ **Per Olov Enquist (1934-2020)**, escritor sueco, é autor de 20 romances, mas só um foi publicado em Portugal: “A Visita do Médico Real”, de 2011. É autor do guião de “Pelle, o Conquistador”, de Bille August, que ganhou o Óscar de melhor filme estrangeiro em 1987. Na juventude, foi recordista sueco do salto em altura. Dia 25, de causas não reveladas. ☛ **Irrfan Khan (1967-2020)**, ator indiano, era uma estrela de Bollywood e tornou-se conhecido mundialmente com o papel de apresentador vilão em “Quem Quer Ser Bilionário?”. Dia 26, de infeção.

TRIBUNA FUTEBOL



A reunião onde tudo se terá decidido, com os presidentes dos três grandes, da Federação e da Liga a caminho de São Bento FOTO ANTÓNIO COTRIM/EPA

Retoma A I Liga encontrava-se suspensa desde 12 de março. Pode regressar no final de maio, mediante condições

O FUTEBOL ESTÁ DE VOLTA. AGORA À PORTA FECHADA

PEDRO CANDEIAS
e ISABEL PAULO

Quando António Costa chegou ao Palácio da Ajuda, pouco antes das 18h00 de sexta-feira, para anunciar aos portugueses e às portuguesas como é que o país iria sair do confinamento, já o ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, adiantara no Parlamento como é que as coisas se iriam processar no desporto — e em particular no futebol: a I Liga tem autorização para regressar à atividade no fim de semana de 30 e 31 de maio, na chamada terceira fase de desconfinamento; a II Liga, nem por isso, a final da Taça de Portugal será marcada oportunamente. Refira-se que ambas as competições profissionais de futebol se encontravam suspensas desde 12 de março, com 24 de 34 jornadas disputadas. Por outro lado, a prática de desportos individuais ao ar livre — surf, ténis, golfe — pode ser retomada a partir da próxima segunda-feira, sem utilização de balneários ou piscinas, e todos os campeonatos de modalidades de pavilhão — basquetebol, andebol, hóquei em patins, voleibol e

desportos de combate — foram cancelados e ou proibidos.

Na apresentação das novas medidas, António Costa foi bastante explícito a propósito das condições da retoma do futebol: será “à porta fechada” e depois de devidamente autorizado pelo “protocolo sanitário da Direção-Geral da Saúde” apresentado pela Liga, que consiste em controlos vários a jogadores, técnicos, *staff* e outros intervenientes no jogo. O primeiro-ministro também exigiu que os estádios tivessem condições logísticas e estivessem equipados com todos os itens necessários para o efeito: por exemplo, acessos, gel desinfetante, garantia de distanciamento social nos balneários, etc.

O Expresso sabe que o Governo admite que estes complexos desportivos venham a ser alvo de vistorias,

de forma a assegurar que todas as normas de higienização sejam cumpridas. Provavelmente, nem todos os estádios serão verificados, porque a hipótese mais viável neste momento aponta para que as restantes 10 jornadas sejam jogadas em menos estádios e em contrarrelógio; o Marítimo e o Santa Clara, por causa de deslocações de e para o Funchal e São Miguel, terão possivelmente de permanecer no continente, para evitar eventuais contágios em viagens de avião.

Para a generalidade dos clubes da I Liga, o regresso da competição era uma imprescindibilidade face à “luta pela sobrevivência” que muitos deles enfrentavam desde a paragem do campeonato. Por causa das quebras de receitas relacionadas com a bilheteira, sim, mas sobretudo porque os operadores de televisão decidiram não pagar os meses de abril e maio, justificando estas medidas com o facto de não haver futebol.

O caso da II Liga é um pouco mais complexo. Com a competição suspensa, a teoria com mais aderentes é esta: o Nacional e o Farense, os dois primeiros classificados, sobem à I Liga e os últimos classificados, Cova da Piedade e Casa Pia, descem de divisão. Porém, há quem na Liga também defenda a exceção de uma II Liga com 20 equipas em 2020-2021, que depois

voltaria à normalidade com a descida de quatro equipas no final dessa época.

Os bastidores do poder

Na segunda-feira, o Governo anunciou que o primeiro-ministro, António Costa, receberia no dia seguinte os presidentes do Benfica (Luís Filipe Vieira), do Sporting (Frederico Varandas), do FC Porto (Pinto da Costa) e da Federação Portuguesa de Futebol (Fernando Gomes) para discutir a retoma do futebol. De fora, digamos, desta convocatória inicial para ir a jogo em São Bento ficou o presidente da Liga Portuguesa de Futebol (LPF) — o regresso à competição nas I e II Ligas esteve então para ser debatido na ausência do responsável máximo pela organização desses mesmos campeonatos. Mas Pedro Proença acabou por ser convidado, no próprio dia e à última hora, e foram comunicadas coisas distintas sobre este desalinhamento: o Gabinete do Primeiro-Ministro justificou o atraso ao Expresso com a ausência de resposta do presidente da Liga; o jornal “Record” escreveu que foi o presidente da Federação a chamar o presidente da Liga à reunião. De uma forma ou de outra, a Liga foi desconsiderada a propósito de um assunto em que era tida e achada — e a Federação, que tem a seu cargo a Taça de Portugal e os campeonatos não profissionais, todos eles cancelados, tomou a dianteira do processo. E quando, à saída da reunião de São Bento, foi preciso fazer uma declaração ao país a assegurar que “haveria uma decisão sobre o regresso” do futebol, Fernando Gomes falou; a Liga mandou dizer que só falaria quando António Costa falasse.

Não é de agora que as duas entidades se acotovelam entre si para definir espaços de poder; há, aliás, uma cronologia de acontecimentos que evidencia estas jogadas de bastidores pouco subtis. O “Público” escreveu, a 14 de abril, que a Federação lamentava o facto de não ter sido consultada pela Liga quando esta enviara uma carta a pedir ao Governo “um conjunto de medidas de urgência para minimizar os efeitos da crise do novo coronavírus”.

Depois, quando já preparava a “Retoma Progressiva à Competição” — um documento *work in progress* sujeito a pelo menos duas revisões — para

COMO FICA?

■ A 1ª jornada das 10 que faltam para o campeonato será disputada a 30 e 31 de maio

■ A final da Taça, que chegou a estar em dúvida, também irá realizar-se, mas sem público

■ Todos os jogos serão à porta fechada e em estádios que cumprem condições de segurança

■ A prática desportiva individual (surf, ténis e golfe) e ao ar livre é permitida a partir de 4 de maio, sem utilização de balneários e piscinas. Fora de jogo ficam os desportos coletivos *indoor*

■ Clubes aguardam que a DGS aprove protocolo sanitário da Liga para o retorno competitivo

ser apresentado ao Governo, a Liga viu-se ultrapassada pela Federação, que criou um grupo de trabalho concorrente para elaborar o manual de regresso à competição. A *task force* federativa reuniu consenso no Governo e na DGS, pois é formada por especialistas de saúde pública da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, Conselho Nacional de Saúde e serviços de infecciologia do Curry Cabral, em Lisboa, e do São João, no Porto; não menos importante, Adalberto Campos Fernandes, ex-ministro da Saúde no Governo da “geringonça”, com António Costa, também faz parte desta equipa.

Mas não são apenas as entidades governamentais que parecem inclinar-se favoravelmente à Federação. Um presidente de um clube campeão da I Liga e um representante de um histórico na II Liga garantem que o tal documento da “Retoma Progressiva à Competição” era um “nado-morto”, “diretamente enviado para o lixo”, um “plano lunático”. Outro alto interveniente neste processo de regresso à normalidade condicionada garante que “os dirigentes preferem agir com a Federação, pois está melhor relacionada com quem tem capacidade para decidir”.

pmcandeias@expresso.imprensa.pt



MONEY, MONEY, MONEY #31

O que significa uma reabertura faseada para a restauração? Rui Sanches, CEO da Platform, umas das maiores empresas do sector, traça um cenário difícil, agora e no futuro, para a restauração. A reabertura prevista para 18 de maio é ainda uma incógnita. Abrir, mas em que condições? Subscriva o podcast de Economia.



COMISSÃO POLÍTICA #124

Desconfinamento avança a medo, entre a espada e a parede. Governo e Presidente, que se ancoraram nos técnicos para decidir o isolamento, preparam-se para reabrir a economia e as ruas sem os técnicos darem o conforto. A política decide-se a medo — e sabendo que haverá sempre consequências. Quais?



HUMOR A PRIMEIRA VISTA #26

Cátia Domingues feat. Ramy Youssef. A guionista da equipa de Ricardo Araújo Pereira em "Isto É Gozar com Quem Trabalha" faz voluntariado em campos de refugiados e afirma que nestes "hospícios a céu aberto" a comédia serve como salvação. Ouça e subscriva o podcast de comédia e stand-up.



VAI FICAR TUDO BEM Ouça os 30 episódios da corrente telefónica cheia de histórias, conselhos e desejos que ajudaram a passar os dias em casa.



O MUNDO A SEUS PÉS #16 Para onde vai a China depois da pandemia? A segunda maior economia mundial não quer que a pandemia lhe arruine os planos de afirmação geopolítica em que tanto apostou nos últimos anos. A fatal ocultação de dados segue-se a diplomacia da máscara, ao passo que se reforça o controlo da população.

PODCASTS EXPRESSO



Isabel Jonet
Presidente da Federação de Bancos Alimentares

“Há agora pessoas a passar fome. A pobreza mata e vai matar”

Texto **BERNARDO MENDONÇA**
Foto **TIAGO MIRANDA**

Passaram 26 anos desde que Isabel Jonet entrou como voluntária para o Banco Alimentar contra a Fome e hoje é presidente de uma instituição que angaria alimentos para 2600 entidades. E se antes desta pandemia os Bancos Alimentares apoiavam 380 mil pessoas, os números dispararam no último mês. Na recém-criada Rede de Emergência Alimentar já chegaram 12.060 novos pedidos de ajuda, de famílias ou de grupos, que abrangem cerca de 58 mil pessoas. São os novos pobres. Profissionais das artes, do turismo, empresários e demais trabalhadores precários e da economia informal que, de uma forma súbita e imprevista, ficaram sem sustento, sem o que colocar no prato, desde que o país fechou. É o outro vírus, o da pobreza, que cresce no país e ‘vai matar’.

É voluntária no Banco Alimentar há 26 anos. Esta é a pior crise de que tem memória?

É. E nunca vi uma situação abrupta e tão brutal para as famílias. Foi muito inesperado. Apesar de nos virem alertando desde janeiro que vinha aí um vírus do Oriente, nós achámos que não ia passar os Pirenéus. Mas quando se começaram a ver as imagens de Itália e Espanha, afinal o vírus estava aqui ao lado e, de repente, chegou. E foram decretadas medidas de estado

de emergência que fecharam a economia e conduziram muitas pessoas a uma situação de desespero.

E subitamente começou a bater-lhe à porta uma nova vaga de pedidos de ajuda?

As pessoas vivem em Portugal com salários tão baixos que qualquer pequena brisa as desequilibra. E isto foi um furacão. Estas pessoas tinham um orçamento familiar no limite, sem hipótese de poupança, sem almofada de segurança, e a meio do mês de março deixaram de trabalhar. Ora, quando chegaram ao fim do mês de março não tinham sequer qualquer salário e forma de pagar a renda da casa. No caso das empregadas domésticas, sabemos que muitos patrões nem lhes pagaram os primeiros 15 dias de trabalho.

Além das empregadas domésticas, está a atingir muitos outros profissionais precários, a recibo verde, da área do turismo, das artes, da restauração, dos ginásios...

Sim. Ou osteopatas, empresários, taxistas, condutores de Uber. Pessoas que vivem sem um contrato laboral regular, seja com o Estado ou as empresas, que são trabalhadores independentes. E se deixaram de trabalhar, deixaram de ter dinheiro e não tinham qualquer rede. Há uma grande precariedade laboral. Até esta manhã tínhamos 12.060 novos pedidos de ajuda, de famílias ou de grupos, que estimamos serem à volta de 58 mil

pessoas. Por exemplo, há um só grupo de Leiria que [nos] encaminhou 150 brasileiros. Ou seja, há pedidos mais vastos do que um agregado familiar. E temos de nos lembrar que, além destes novos casos que chegaram à Rede de Emergência Alimentar, já existiam 380 mil pessoas a receber apoio.

Esta crise criou um novo perfil de pessoas carenciadas. São os novos pobres?

Nunca me posso esquecer de que em 2007 foi manchete do Expresso precisamente essa designação: novos pobres. E caiu-me meia esquerda em cima porque estava a falar de médicos e advogados sobre-endividados. Mas neste caso não é um sobre-endividamento, é uma total ausência de rendimentos e remunerações. Temos uma pobreza que tem mais a ver com a conjuntura da economia, que está bloqueada. E com salários baixos é impossível pouparem. Esta onda de crise criou inesperados novos pobres.

Neste momento há quem passe fome em Portugal?

Posso dizer que agora há pessoas a passar fome. Antes, dizia que havia pes-

soas com carências alimentares. Mas neste momento digo-lhe que há bolsas suburbanas onde as pessoas passam fome, não têm nenhuma capacidade de comprar comida, não têm dinheiro. Infelizmente, todos os dias chegam muitos casos assim. E por vezes as pessoas vão fisicamente ter connosco. E faço questão de as receber para que não percam a esperança e para lhes explicar porque é que temos que as encaminhar para a instituição da sua zona. Muitas vezes conseguimos satisfazer os casos no próprio dia, ou no dia seguinte, mas estas pessoas precisariam de ter uma esperança de que a breve prazo a sua vida ia voltar a endireitar-se. E isso é que é mais difícil, porque não podemos prometer empregos.

O estado de emergência foi uma decisão hipocondríaca?

Foi uma decisão política motivada pela angústia do povo.

Mas a pobreza também mata...

A pobreza mata e vai matar. Não sei se qualquer outro político poderia ter tomado outra opção. A pressão veio de baixo para cima.

Que medida o Governo deveria tomar em breve?

Dar dinheiro a mais pessoas no curto prazo. Fazer com que elas possam voltar a ter dinheiro para consumir. Sem consumo não há produção. Como? Facilitando o acesso aos subsídios de desemprego. Neste momen-

to, muitas pessoas que estão fora do mercado de trabalho não têm acesso ao subsídio de desemprego.

Se voltasse atrás, emendaria a polémica afirmação que dizia que “os portugueses não têm de comer bifes todos os dias”?

Nem uma linha. Muitas pessoas não entendem o sentido de uma metáfora. O que disse e repito é que cada um de nós só pode ter os gastos que são adequados aos seus rendimentos. Essa foi uma altura em que muitas famílias estavam sobre-endividadas e o que comentei foi que, quando era pequena, em minha casa dizia-se ‘quando não há dinheiro para comer bifes, não se comem bifes’. Come-se carne de porco ou ovos estrelados. É uma metáfora. Não ligo nenhuma a críticas destrutivas de alas da sociedade que não fazem nada pelos outros e que não merecem o menor respeito. Tenho perfeita consciência do que tenho feito ao longo da minha vida. E aceito todas as críticas construtivas.

O que é mais difícil para si?

Encarar diariamente a dureza da vida que atinge muitas pessoas. Nós em Portugal temos um milhão de pessoas que vivem com menos de 250 euros por mês e dois milhões de pessoas que vivem com menos de 450 euros por mês. É um quinto da população portuguesa. Ora, estas pessoas não podem ser livres. Nem sequer na hora de votar.

bmendona@expresso.imprensa.pt



OUÇA A ENTREVISTA COMPLETA NO PODCAST “A BELEZA DAS PEQUENAS COISAS” EM EXPRESSO.PT



OS DIAS DA QUARENTENA

1º DE MAIO

A data de hoje é, em Portugal, mais importante do que em outras paragens. Menos de uma semana depois do 25 de Abril de 1974, com cerca de um milhão de pessoas na rua (irrepetível), serviu de legitimação à queda do regime anterior. Mas, ao contrário do que pensaram certos sectores, não legitimou qualquer regime. Um ano depois, em 1975, já o PCP tentava impedir a entrada do PS nas comemorações. Hoje, o 1º de Maio surge como uma estranha exceção aberta para a CGTP. É certo que diz que cumpre todas as regras, mas imaginem que os bispos diziam isso mesmo da Páscoa ou do 13 de Maio em Fátima; ou que seria a UGT a querer comemorar na rua e não a CGTP. Há dois pesos e duas medidas (e esta licenciada por Marcelo) e enquanto persistirem há uma ameaça à solidez da nossa democracia.

É ISTO UM MINISTRO?

Não o conheço pessoalmente e pode ser o melhor dos homens. Mas a cena que fez a propósito da TAP é verdadeiramente detestável. O que vimos? Um ministro usando o seu poderzinho para ameaçar publicamente uma empresa que teoricamente tutela. Que vem dizer que não gosta da sua administração e que “isto agora é outra música”. Eu não conheço em detalhe a situação da TAP, mas sei que as companhias aéreas estão todas aflitas. Também sei que o Governo, a correr pavlovianamente atrás do BE, põe a hipótese de renacionalizar a companhia. De facto, parece a solução para aquilo começar a dar lucro. Porque não haver turismo é uma ‘narrativa’, e a nossa esquerda consegue impor as suas ‘narrativas’ a qualquer ‘narrativa’. Que tédio! E que deslante de Pedro Nuno Santos (voltou ao estilo ‘até as perninhas lhes tremem’ quando defendia não pagar a dívida).

ISTO É UM MINISTRO!

Pedro Siza Vieira assumiu as responsabilidades por diversas trapalhadas ocorridas com o devido pagamento dos *lay-offs*. Ponto. Disse que a máquina não teve capacidade de processar tantos pedidos e que o Governo “defraudou as expectativas”. No geral, é simples ser sério.

O DUO MARAVILHA

Para os devidos efeitos fica aqui registado que Bolsonaro e Trump só fazem asneiras. Cansa-me todas as semanas dar conta de imbecilidades. Por outro lado, fico a pensar porque somos tão condescendentes para tipos como Ortega (Nicarágua), Bukele (Equador), Lukashenko (Bielorrússia), Duterte (Filipinas), que são, provavelmente quatro ou cinco vezes pior.

LIBERDADE

Um dos temas mais interessantes a debater é até que ponto aceitamos limitar a liberdade em nome da saúde pública. Seria fácil responder, caso postulássemos que a minha liberdade termina onde começa a do outro. Mas nesta pandemia nunca sabemos quem ameaça quem (com casos assintomáticos para uns e mortais para outros). Por outro lado, poderemos confinar em função da idade, como parece muita gente desejar? Parece claramente inconstitucional. E o rastreio por telemóvel e a medição de temperatura terão de ser proibidos? Ou teremos de rever muitos conceitos em nome da vida em comunidade?

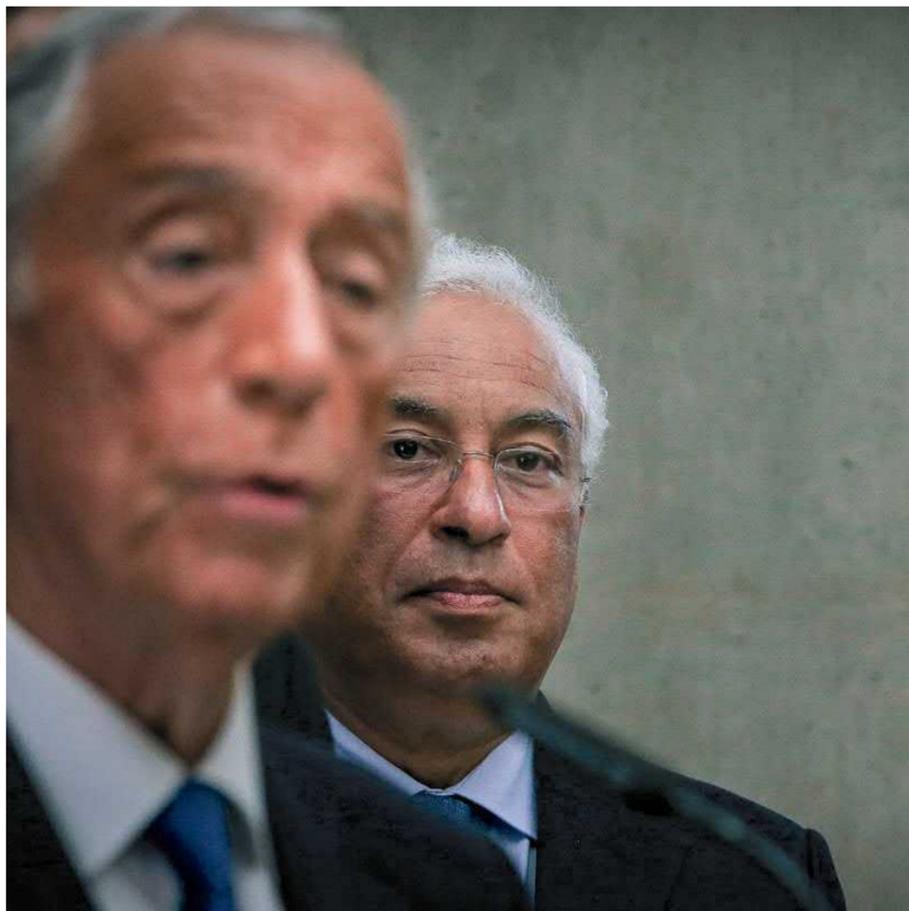


FOTO MÁRIO CRUZILUSA

LÍDERES CAUTELOSOS SABEM TER MEDO E RECUAR. NÃO SÃO FERRABRÁS

Mesmo antes de conhecer em pormenor as medidas do Governo para esta nova fase, confesso que tenho gostado das cautelas de Marcelo e António Costa. Acho compreensível, humano e até digno de louvor admitir que as coisas podem correr mal e que, caso assim seja, se volta atrás. Não são declarações políticas habituais, como não têm sido as de Rui Rio na oposição. Gosto de pessoas que decidem de acordo com princípios gerais adaptados à realidade, que neste caso é totalmente imprevisível. Ao invés, os que parecem firmes e muito coerentes movem-se, no geral, por ideologias dogmáticas e acabam sempre num abismo qualquer.

Perante esta pandemia, é preciso saber ter medo. E saber ter medo não é fácil. Não é o medo cobarde, que paralisa e desorienta, deprime e desespera. Mas também não é o desprezo por toda e qualquer medida restritiva, argumentando que esse medo favorece parte da sociedade (no geral, os ‘maus’). Há uma medida exata para o medo: é a coragem de o enfrentar. Porque é algo natural, tão velho que se acomoda como ‘afeto’ (assim dizem os psiquiatras) na parte do cérebro a que chamamos ‘reptiliano’. Não há nada de mais natural.

Ter coragem não significa ser cabo de um grupo de forçados. Esses são os temerários, assim como os que fazem *bungee jumping*. Não resolvem nada, apenas aumentam os ní-

veis de adrenalina. A coragem pode ser fugir ordenadamente, quando é necessário. Grandes e corajosos militares o fizeram, chamando-lhe retirada para não se confundir com fuga histórica; mas ser corajoso é, igualmente, ter a humildade de dizer: “Não sei!” Ou de confessar que o caminho se faz por tentativas e erros.

Quem são, para já, os líderes mais prejudicados pela gestão da pandemia? Trump e Bolsonaro. Não por acaso, responsáveis democráticos como Merkel e Jacinda Ardern (Nova Zelândia) reforçam as suas posições

Curiosamente, os que afirmam que o medo é uma forma de dominação dos povos para os levar atrás de teses mais ou menos autoritárias e populistas parecem não ver notícias. Quem são, para já, os líderes mais prejudicados pela gestão da pandemia? Trump e Bolsonaro. Não por acaso, responsáveis democráticos como Angela Merkel e Jacinda Ardern (Nova Zelândia) refor-

çam as suas posições. O oportunismo de Orbán (Hungria) ou de Modi (Índia) seria exercido com qualquer outra desculpa. Os grandes totalitarismos (de direita ou de esquerda) exercem-se, sobretudo, com base em ressentimentos, inveja, ódio instilado. Muitos pretextos servem políticas que têm por objetivo fraturar sociedades. O que temos de evitar é esse desejo forçado de separação, como se tudo fosse uma guerra de interesses mesquinhos, assim como as fanfarronadas de imaginárias superioridades morais ou genéticas.

O bom e saudável medo das ameaças reais imediatas, pois como dizia Aristóteles “os males demasiado distantes não nos metem medo” — toda a gente sabe que vai morrer, mas raro se pensa na morte como próxima —, esse medo que nos chama à ação cautelosa e protetora é algo que devemos à evolução enquanto espécie e que partilhamos com todos os animais. Recusar ou ignorar as medidas de prudência é primário (como se vê nalguns países); querer avançar à viva força porque as cautelas causam danos à economia é eticamente reprovável. Uma vida vale sempre tudo e, como sempre, o mal que está mais próximo é ao que temos de reagir primeiro. Seguir-se-ão novos males, novos medos e novos modos de os combater. Pretender ter hoje uma solução clara e definitiva para algo que, em boa verdade, não conhecemos é digno de vendedor de banha da cobra ou de aprendiz de feiticheiro.

hmonteiroexpresso@gmail.com

REFLEXÕES VIRAIS



AUSTERIDADE
Gostava de entender o que entendem certas pessoas por austeridade. Com o desemprego a aumentar,

com cada vez mais gente em *lay-off*, com cada vez maiores filas na ‘sopa dos pobres’, dizem-nos que não. Que não vai haver austeridade. E eu fico estupefacto. A austeridade é, para eles, um processo, uma política, não um resultado. Vamos com calma: eu sei que o Governo não tem culpa da pandemia que assola o mundo e nem geriu de forma criticável a resposta à crise. Mas a austeridade está instalada na maioria das famílias e das pessoas que vivem em Portugal. Existe austeridade. Coisa diferente é esse facto não ser sentido por quem governa, mesmo quando se dispõem a ir dar umas colheres de sopa aos necessitados; coisa diferente é o Governo assegurar que tudo fará para minorar essa austeridade; ou não ligar ao défice gerado (como pode, por autorização de Bruxelas). Mas não será isso que evitará a austeridade, o esforço duro e penoso, a encolha que cada família (na sua maioria) vai fazer, porque sente os rendimentos a escaparem-se. E isso é austeridade, seja ela propiciada pelo Governo ou pelas circunstâncias. No texto sobre o medo elogiei a sensatez de Costa. Mas, neste ponto, torna-se incompreensível o seu pensamento (ou o facto de estar amarrado a outros pensamentos).



A DISTÂNCIA
A expressão ‘distanciamento social’ tornou-se uma bengala que se usa a propósito de tudo e de nada. É um

pouco parecida com a frase ‘amigo pessoal’. Acontece que a única forma de ser amigo é sê-lo pessoalmente, uma vez que amigos pessoais não existem (ressalvando os que ‘conhecemos’ das redes sociais e que, à falta de melhor palavra, chamamos amigos). A distância que mantemos uns para os outros, por imperativo do vírus, não é assim tão social, deveria até chamar-se associial, porque nos impede de cumprimentar, do beijinho ao abraço, do aperto de mão ao *high five*. Torna-se, assim, um tudo-nada irritante ouvir e ler constantemente na comunicação social que este ou aquele não manteve o distanciamento social. O que não fez foi manter as devidas distâncias, como é recomendado pelas normas do distanciamento social. Mas quem quer saber de purismos?

NÚMEROS
Nunca as vidas foram tão números como hoje. Número de infetados, de internados, de mortos... E a lei dos grandes números torna tudo isto difícil de entender.

Os mais de 3 milhões de infetados são cerca de 0,04% da população mundial. Em Portugal são 0,2%, e mesmo em Espanha são 0,4%. Mas o problema é o R0 — lá estão os números!



Juntem o mais determinado marinheiro com o mais intrépido piloto e o mais destemido soldado. O que tereis? A soma de todos os seus medos

Churchill falando aos chefes de Estado-Maior em 1943

Ricardo Costa



É A CIÊNCIA, ESTÚPIDO!

Nesta altura já todos aprendemos que as epidemias só se combatem com imunidade de grupo, um remédio ou uma vacina. Como as duas últimas opções vão demorar, resta-nos tentar a imunidade. É isso que tentaremos fazer, a partir de segunda-feira.

Um dos principais desafios da “abertura” é conseguir rastrear retroativamente o movimento dos novos infetados. Se as autoridades não mapearem os novos casos, será impossível controlar a velocidade a que se propaga a doença pela população.

Promover a imunidade de grupo em 2020 não é o mesmo que enfrentar a peste antonina ou a pneumónica. Os instrumentos de que dispomos são imensos e não há razão para não os usarmos.

A utilização dos telemóveis é a solução mais evidente. Levanta sérios problemas de privacidade — e todos sabemos como a tecnologia facilitou a vida aos Estados totalitários —, mas há soluções coadunáveis com a democracia.

A pergunta costuma ser, a saúde ou a economia? Mas a resposta está na ciência e no uso da tecnologia

A UE desconfiou, com razão, da parceria inédita entre a Google e a Apple. A Google tem um cadastro imenso e a Apple recusou-se a colaborar com o FBI no ataque terrorista de San Bernardino. Confiar os dados de saúde a empresas habituadas a fazer dinheiro com dados é muito perigoso.

Mas há muitos esforços em rede para encontrar uma solução eficiente, que garanta o anonimato e as liberdades. Não podemos aceitar o cruzamento de dados — na Coreia do Sul, os dados da *app* de saúde estavam associados às câmaras de vigilância e a transações bancárias 4 — nem abrir portas a um Leviatã cibernético. Mas podemos ser razoáveis.

Os alemães, que têm bem presente a memória da Gestapo e da Stasi (Merkel cresceu na ex-RDA), vão avançar com uma “*app* saudável”, sabendo que precisam de uma adesão em massa e voluntária da população. O Reino Unido, pátria das ideias liberais, tem o NHS a desenvolver o seu sistema de rastreamento.

Não se pode pisar a Constituição nem fingir as leis, muito menos em temas de privacidade. Mas há soluções razoáveis e seguras. Discutir a utilização da tecnologia numa epidemia não é o mesmo que ter o Governo a medir-nos a tensão ou o colesterol.

O sistema de *ratings* sociais em prática na China é abjeto. Mas achar que a utilização de uma *app* numa epidemia é iliberal é errado. A cedência de dados anónimos no controlo de uma doença pode, pelo contrário, ser a base do exercício de direitos que têm estado confinados. A resposta a esta crise está na ciência: na descoberta de uma vacina, de medicamentos e de meios que controlem a imunidade.

rcosta@expresso.imprensa.pt

e ainda...

Reportagem
A vida nas escolas que nunca fecharam P22

Entrevista
O presidente do Conselho Nacional de Saúde P24

Joaquim Caetano
Diretor do MNAA alerta para riscos R48

Calor. PSP está atenta

Com a subida da temperatura, PSP admite tomar medidas adicionais. Algumas regiões chegam aos 33°C

O calor que se vai fazer sentir no fim de semana, principalmente no domingo, que é Dia da Mãe, está a ser tido em conta pela Polícia de Segurança Pública (PSP), que admite interditar algumas zonas. O estado de emergência será levantado este sábado (dia 2), mas ainda há regras a cumprir, como, por exemplo, a proibição de sair do concelho de residência até segunda-feira.

“Obviamente que a predisposição das pessoas para sair é influenciada se estiver muito calor ou a chover”, reconhece fonte oficial da PSP ao Expresso. “Estando calor, poderá haver mais propensão [a saídas de casa], estamos conscientes e temos isso em consideração no nosso planeamento.”

De acordo com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), as temperaturas podem chegar no próximo domingo aos 33°C no Alentejo e Ribatejo. No resto do país, em termos médios, vão variar entre os 25°C e 30°C. “Junto

“As zonas balneares, turísticas, os locais habituais de passeio, vão ser zonas que irão merecer muita atenção”, diz PSP

às praias são mais baixas, na ordem dos 20°C, 22°C, 23°C, 24°C”, diz ao Expresso Ângela Lourenço, meteorologista do IPMA.

A PSP conta com “a consciência das pessoas e a motivação” para que se supere definitivamente esta crise sanitária, mas garante: “Vamos continuar

com muitas operações e muito controlo na rua. As zonas balneares, turísticas, os locais habituais de passeio vão ser zonas que irão merecer muita atenção e, se verificarmos que é necessário, até vão ser zonas a que interditaríamos o acesso, seja rodoviário ou pedonal.”

Afinal, porque vai estar tanto calor? “Vamos ter a influência de um anticiclone”, explica Ângela Lourenço. “Vai colocar-se numa posição que permite que o território do continente seja afetado por uma massa de ar que vem de sul. Isto significa, na maior parte das vezes, que é ar quente e seco. Vem da região do Norte de África.” De acordo com esta meteorologista, esse fenómeno irá notar-se sobretudo dias 3 (domingo), 4 e 5 de maio. “Em alguns locais a subida de temperatura será abrupta ou acentuada.”

Antes disso, nos dias 1 e 2, poderá ocorrer chuva nas regiões Norte e Centro, em particular no Minho e Douro Litoral.

Aparelho desinfetante não tripulado



COVID-19 As pessoas que fazem fila, protegidas por máscaras, aguardam a sua vez para serem banhadas com uma mistura de substâncias, incluindo lixívia, antes de se submeterem a testes de diagnóstico do novo coronavírus. A originalidade reside no facto de a desinfecção se realizar recorrendo a drones. A imagem foi captada na passada quinta-feira, na região de San Martín, perto de Lima, capital do Peru, mas já desde fevereiro que as autoridades chinesas recorrem a aparelhos voadores não tripulados para desinfetarem cidadãos e reduzir os riscos de contágio. FOTO SEBASTIÁN CASTAÑEDA/REUTERS

Julgamento dos Comandos continua

Juíza reservou a maior sala do Campus. Quem não quiser ir, pode seguir o julgamento à distância pela internet

A juíza Helena Pinto reservou a sala grande do Campus da Justiça, em Lisboa, para prosseguir com o julgamento dos 19 militares dos Comandos acusados de responsabilidade na morte de dois recrutas no primeiro dia do curso de 2016.

Apesar de o processo não ter arguidos presos e de estar abrangido pelo decreto-lei que suspendeu o prazo de prescrição de todos os casos não urgentes, a magistrada entende que tem condições para continuar e marcou para dia 18 de maio o recomeço deste julgamento. A magistrada vai dar aos advogados margem para decidirem se irão estar na sala de audiências ou

se irão seguir o julgamento à distância através de um programa disponibilizado pelo Ministério da Justiça. Pelo menos um dos advogados — Alexandre Lafayette — já disse que não prescinde de estar na sala e solicitou, por escrito, que a sala fosse desinfetada e que lhe fosse facultado material de proteção. A maior parte dos advogados de defesa era contra o prosseguimento do julgamento enquanto dura o estado de exceção provocado pela pandemia de covid-19.

Uma das últimas sessões foi marcada por um desentendimento entre as duas juízas e a procuradora Isabel Lima, que se recusou a interrogar uma testemunha alegando que as outras magistradas não estavam a prestar atenção. Saiu mesmo da sala. As juízas e a procuradora participaram disciplinarmente umas das outras.

Portugueses acordam mais tarde

A ‘sociologia do esgoto’ revela que a covid-19 mudou comportamentos

O confinamento decretado pela covid-19 alterou as rotinas dos portugueses. Um estudo feito pela empresa Águas do Tejo Atlântico — que abrange 23 concelhos e um total de 2,4 milhões de pessoas — chegou à conclusão de que o pico dos efluentes residuais passou das 8h para as 10h da manhã, acentuando-se à hora de almoço. De acordo com a ‘sociologia do esgoto’, isto significa que as pessoas estão a acordar duas horas mais tarde e a confeccionar mais refeições em casa. A empresa analisou os dados do sistema de monitorização dos esgotos de sete subsistemas comparando o antes e o depois do estado de emergência.

Expresso

Sexta-feira
1 de maio
de 2020

01
05

#2479
expresso.pt

Últimas

Primeiro Dia Mundial da Língua Portuguesa Mais de duas dezenas de personalidades lusófonas da política, letras, música ou desporto vão juntar-se num evento virtual para comemorar a 5 de maio o primeiro Dia Mundial da Língua Portuguesa. António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa vão participar no evento transmitido através das redes sociais do Instituto Camões.

Pedro Costa premiado nos EUA A San Francisco Film Society e o Festival Internacional de Cinema de São Francisco atribuíram o Prémio Golden Gate Persistence of Vision 2020 ao realizador Pedro Costa. É o primeiro português a receber o galardão.

PM italiano zangado com autarcas As críticas ao confinamento de quase dois meses estão a crescer no Sul de Itália, onde há poucos casos e já há vários negócios abertos. Mas Giuseppe Conte, primeiro-ministro italiano, não aprova e avisou os autarcas que quebrar medidas continua a ser ilegal: “Não podemos deitar tudo a perder por causa destas decisões precipitadas.”

Ramadão em Caxemira desolado como nunca Este Ramadão não tem precedentes naquela região de maioria muçulmana, que está em dificuldades para começar a recuperar do confinamento. Após viverem dois períodos de restrições seguidos, as pessoas na região de administração indiana de Sriginar optaram por um Ramadão sossegado para evitar o contágio por coronavírus.

Drones transportam testes à covid-19 Um empresa polaca está a testar a possibilidade de utilizar *drones* para transportar entre hospitais as amostras biológicas de pessoas suspeitas de poderem estar infetadas com covid-19, de forma a acelerar os resultados.

Alemanha bane Hezbollah Berlim colocou 1050 elementos da linha radical do Hezbollah na lista das organizações terroristas, e está a levar a cabo buscas para encontrar membros suspeitos daquele movimento que tem sede no Líbano, que estão doravante proibidos de entrar ou permanecer em solo alemão.

Gasóleo em Espanha abaixo de um euro por litro O litro de gasóleo em Espanha já está a menos de um euro (€0,99) e encher o depósito do carro já custa, em média, menos 12 euros que em janeiro deste ano.

TEMPO FIM DE SEMANA

	SEXTA	SÁBADO		
Bragança	19° 11°	22° 10°		
Porto	17° 16°	19° 15°		
Guarda	18° 8°	20° 8°		
Lisboa	22° 16°	24° 15°		
Évora	25° 11°	27° 11°		
Faro	25° 13°	27° 15°		
P. Delgada	20° 17°	18° 14°		
Funchal	22° 17°	23° 17°		
MARÉS	SEXTA	SÁBADO		
	Baixa	Alta	Baixa	Alta
Porto	10:18	16:19	11:39	17:41
Lisboa	10:30	16:21	11:54	17:42
Faro	9:58	15:51	11:18	17:16

FONTES: IPMA E INSTITUTO HIDROGRÁFICO

Calor “É preciso que o acaso vire a formiga ao contrário para que ela veja o céu”, diz um provérbio árabe. Está cinzento, mas o tempo vai aquecer.